



# REVISTA MUNICIPAL

Ano XXIV — Número 96  
1.º Trimestre de 1963



PUBLICAÇÃO CULTURAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

NA CAPA:

*Reprodução do quadro de Dirk Stoop (Terreiro do Paço no Século XVII) existente no Museu da Cidade de Lisboa.*

# REVISTA MUNICIPAL

*DIRECTOR*  
HENRIQUE MARTINS GOMES

*ASSISTENTE GRÁFICO*  
JOSÉ ESPINHO

*DESENHOS DE*  
CARLOS O. PINTO  
CARLOS FERREIRO  
CARLOS RAFAEL  
LEONILDO DIAS  
JOSÉ ESPINHO

*CAPA DE*  
LEONILDO DIAS

## SUMÁRIO

*RONDA DOS VELHOS MONUMENTOS DE LISBOA*  
MAIA ATHAYDE

*O BANCO DE LISBOA NO EDIFÍCIO DOS PAÇOS DO  
CONCELHO*  
MÁRIO COSTA

*O SENADO DA CÂMARA E OS SEUS PRESIDENTES*  
FERREIRA DE ANDRADE

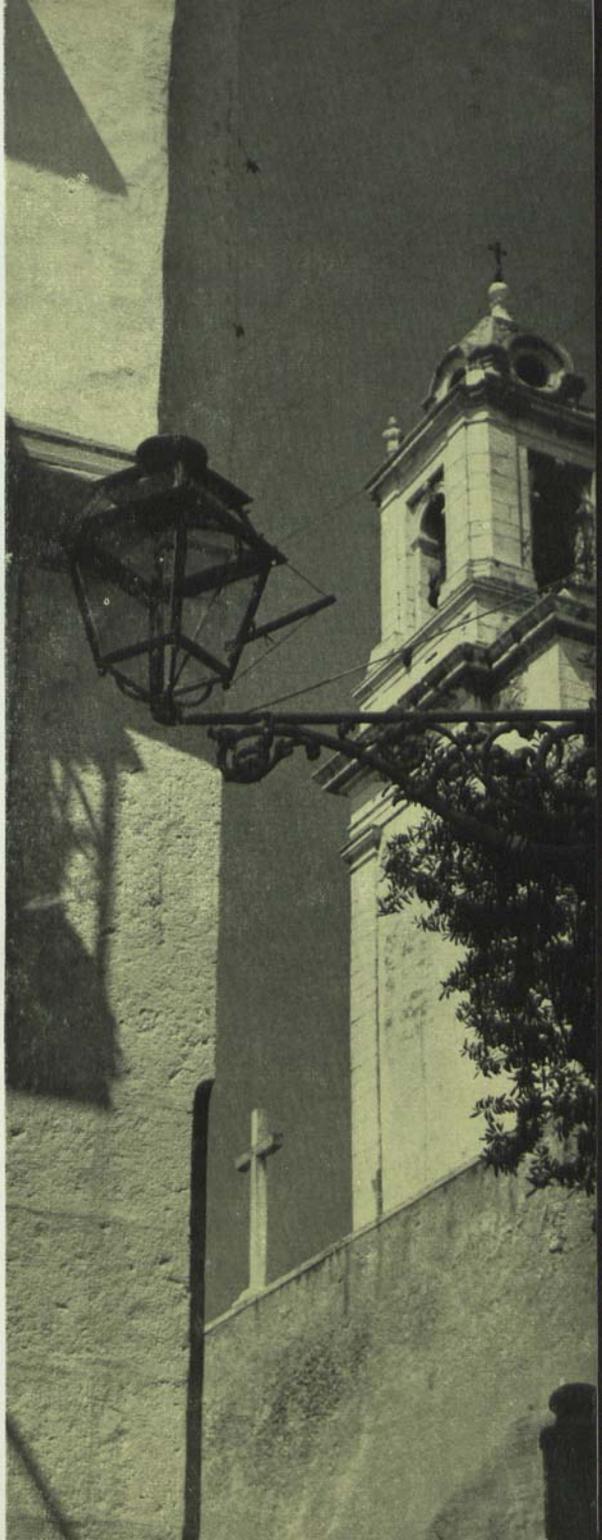
*O JARDIM ZOOLOGICO DOS PEQUENINOS*  
ANTONIA DE SOUSA

*DUAS PROCISSÕES TRADICIONAIS EM LISBOA*  
COSTA GARCEZ

*ACONTECIMENTOS CIDADINOS*

*D. JOSÉ RAMÍREZ BETHENCOURT «ALCALDE» DA  
GRANDE CANÁRIA HÓSPEDADO DE HONRA DO MUNICÍPIO*

*HORS-TEXTE—PALACIO FRONTEIRA—VISTA DO JARDIM  
GRANDE, SOBRE A GALERIA DOS REIS*



# REVISTA MUNICIPAL

EDITORA  
INSTITUTO MUNICIPAL DE CULTURA

CONSELHO EDITORIAL  
PRESIDENTE

VICE-PRESIDENTE

MEMBROS  
CONSELHO EDITORIAL

SECRETARIA  
GERAL

ASSISTENTE

COORDENADOR GERAL DE CULTURA

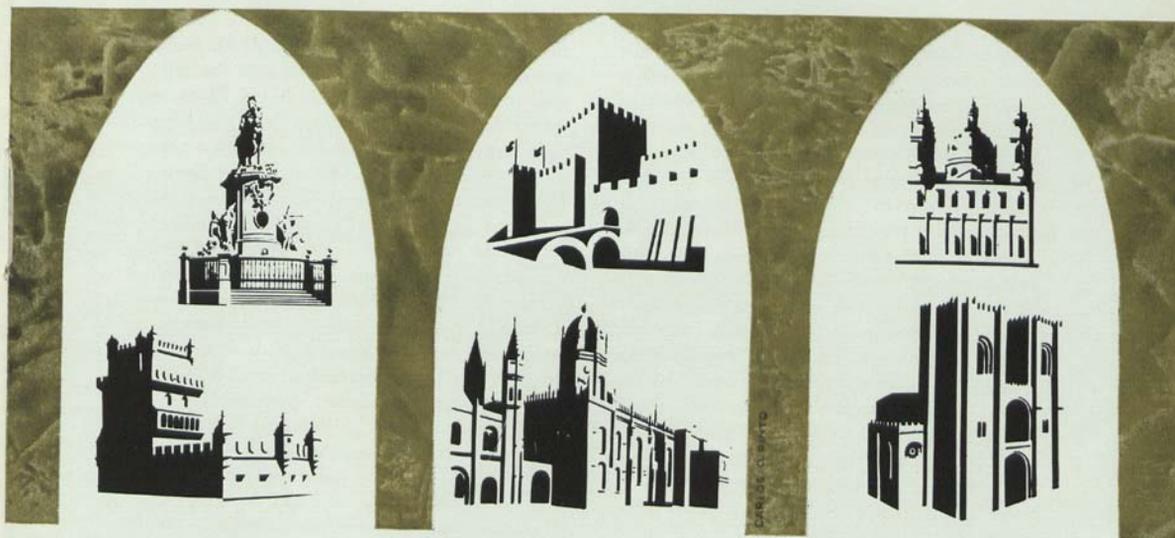
COORDENADOR DE CULTURA

COORDENADOR

COORDENADOR DE CULTURA



OS ARTIGOS PUBLICADOS  
NA «REVISTA MUNICIPAL»  
SÃO DA RESPONSABILIDADE  
DOS SEUS AUTORES



## Ronda dos velhos monumentos de Lisboa

POR MAIA ATHAYDE

Os artistas que desde o século XVI até 1755 retrataram Lisboa representam, em regra, a silhueta da cidade erigida de torres ponteagudas. Tendo em conta que os seus desenhos e azulejos derivam, muitas vezes, do mesmo protótipo, de Bráunio, que no século XVI lhe fixou o panorama; e, ainda, que a objectiva óptica desses artistas primava mais pelo saboroso e pelo pitoresco do que pela exactidão, principalmente na escala; podemos, não obstante, admitir que o grande terramoto de Lisboa passou sobre a cidade como rasoeira, afeiçoando-lhe o perfil ao simples ondular das colinas sobre que assenta. Com efeito, a fachada de Lisboa, clara e horizontal, vista do rio não é pródiga em acidentados arquitectónicos que prendam fortemente a atenção. É antes um grande quadro impressionista, onde o olhar passeia deleitado antes de encontrar seus pontos fortes. No extremo limite ocidental, uma vista razoavelmente apurada

é atraída pela Torre de Belém ou Baluarte do Restelo. A pouco e pouco, acompanhando as ondulações do terreno, encontrará a grande mole do Paço da Ajuda, mais nítida ainda contra o fundo escuro de Monsanto, onde o olhar não repousa, antes se afasta até fixar-se no zimbório elegante e nas floridas torres da Basílica da Estrela. Até há pouco tempo nenhum pormenor importante sobressaía ao longo do comprido perfil que vai da Estrela ao morro do Castelo. Nem as pontas agudas das torres de Santa Isabel nem a modesta torre quadrangular de S. Roque conseguiam impor-se num perfil impreciso, perdidas no amálgama das construções anónimas. Grandes massas de prédios de arrendamento acabam de introduzir no perfil lisboeta uma nota estridente, para não dizer insólita, precisamente na sua zona mais tranquila. Qualquer que seja o juízo do futuro sobre esta alteração da fisionomia tradicional da cidade, não nos detenhamos, agora, neste pormenor ainda

mal definido e paremos por um momento o nosso olhar no Castelo de S. Jorge. Perdidos os telhados cónicos das suas torres em que são pródigas velhas gravuras, o Castelo marca presença soberana ao compasso das suas ameias restauradas, ao qual responde o contraponto dos pináculos de S. Vicente-de-Fora, numa profusão de inspiração espanhola. Visto assim de relance o longo perfil da cidade, o olhar procura as manchas dominantes do painel. A zona portuária, sobrepujada a ocidente pela massa clara, neo-barroca, do Museu de Arte Antiga e estendida por toda a orla ribeirinha, é rasgada pelo clarão luminoso da Praça do Comércio. Se nos collocarmos no eixo desta, chamam-nos a atenção, à esquerda, as ruínas veneráveis do Carmo, suspensas sobre a Baixa pombalina; e, à direita, as torres prestigiosas da Sé-Catedral, a cuja protecção se acolhe esse grande monumento que é Alfama. E, finalmente, a vista se fixa num estranho bloco branco, orgulhoso da pureza elementar da sua forma cúbica — a Igreja-Panteão de Santa Engrácia.

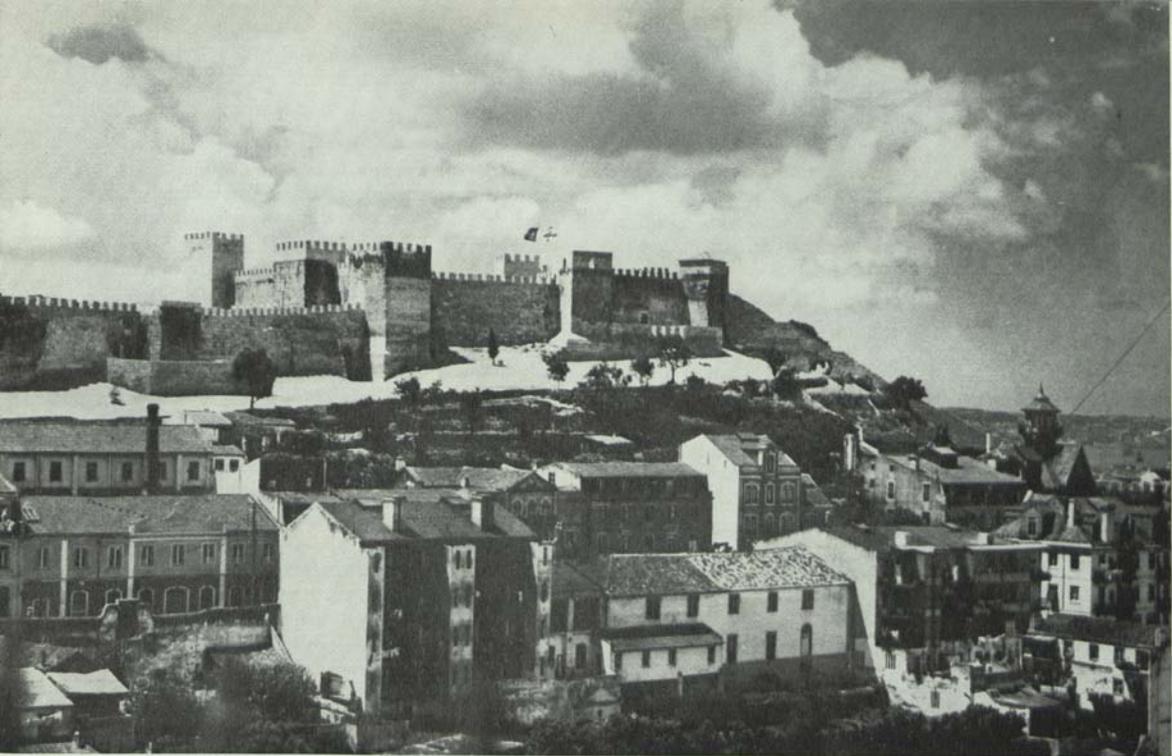
Como estamos no rio, vamos começar pela Praça do Comércio uma rápida visita a alguns monumentos da cidade. Tem-se falado demasiadamente de neo-classicismo para definir o estilo dos architectos que traçaram e construíram a Baixa pombalina. Não cabe aqui discutir o assunto; convém, contudo, reflectir em que sobriedade não é, necessariamente, classicismo e em que os homens chamados a reconstruir Lisboa tinham que o fazer com recursos limitados e trabalhando contra o tempo. Isso os levou a depurar seu estilo. Eram, porém, de formação barroca. Manuel da Maia traçara o Aqueduto das Águas Livres, barroco pelas suas massas monumentais, apesar da pura elegância dos seus arcos. Carlos Mardel, artista delicado, mais rococó do que barroco, construíra a formosa casa de Lázaro Leitão Aranha, à Junqueira, e traçaria mais tarde, amorosamente, os chafarizes da Esperança e da Rua do Século.

Entre Manuel da Maia e Carlos Mardel situa-se, pelo estilo, Eugénio dos Santos e Carvalho que traçou esta deliciosa Praça do Comércio. Seus torreões, directamente inspirados no grande pavilhão que Tércio erguera no Paço da Ribeira, sensivelmente onde é agora o torreão oeste, mais baixos porém, deviam ser sobrepujados por cúpulas barrocas, mais altas, mais elegantes que a de Tércio. Seu arco triunfal, fechando a Rua

Augusta com ar festivo e leve, seria a moldura de fundo adequada para a estátua de D. José I, que Machado de Castro modelou num «rocaille» que, como o mostrou o Prof. Mário Chicó, se inspira directamente no S. Jorge de Weltenburg, obra-prima do rococó bávaro. E, em toda a volta da Praça, o rendilhado da arcaria completaria harmoniosamente este conjunto. Desafortunadamente, as cúpulas não se contruíram e o arco foi substituído pelo actual — esse sim, neo-clássico e pesado — de modo que se frustrou em parte o pensamento inicial. Mas tão belo era o projecto de Eugénio dos Santos, que a Praça do Comércio pôde resistir, vitoriosamente, à perda de unidade que as circunstâncias lhe impuseram, para ainda encher de admiração quantos a contemplam.

Se sairmos do Terreiro do Paço pela Rua do Arsenal, veremos o bellissimo Pelourinho monolítico, em frente do elegante edificio que Domingos Parente desenhou para os Paços do Concelho. Tomemos, porém, a direcção contrária e detenhamo-nos, um momento, a admirar a Conceição Velha, bela fachada, dum manuelino mais tardio do que o dos Jerónimos e muito mais carregado de renascentismo. O vasto portal, entre os dois grandes janelões, inscreve-se numa espécie de alfiz formado por dois contrafortes e uma platibanda rendilhada; e no seu tímpano de volta inteira, inscrito num arco canopial acogulhado, um precioso baixo-relevo iconográfico representa Nossa Senhora da Misericórdia, tendo a seus pés, ajoelhados, com outros personagens, o papa Leão X, o rei D. Manuel e sua irmã a rainha D. Leonor, fundadora da Misericórdia, a que a igreja pertencia.

Um pouco mais adiante veríamos a manuelina Casa dos Bicos, que foi da família de Afonso de Albuquerque; mas voltemos atrás e sigamos em direcção à Sé. De passagem olhemos o bonito pórtico manuelino da velha igreja da Madalena, destruída, e que a nova fachada, extremamente simples, abriga com excessiva solicitude. Como filha adoptiva da Sé, a pequena igreja de Santo António oferece-nos agora a elegante fachada que Mateus Vicente desenhou, tripartida e emoldurada por belas colunas e pilastras jónicas, que são como que um eco delicado dos fortes botarés que reparam em três corpos a fachada românica da Sé-Catedral, construída em tempo de D. Afonso Henriques. Os corpos laterais desta, constituídos



*Castelo de S. Jorge — Fachada Norte*

pelas faces poentes das torres, a do lado norte com sinais de transição para o gótico no apontado das janelas sineiras, perfilam-se como sentinelas

#### ERRATA

Na página 7, 2.ª coluna, linha 11, onde se lê: «...século XVI), deve ler-se: «...século XIV».

proporções das suas naves e do transepto criam um belo efeito espacial, cujo ritmo é marcado pelos altos colonelos adossados, que arrancam directamente da base dos pilares até às impostas dos arcos torais. O transepto é iluminado por duas rosáceas e uma torre lanterna no cruzeiro, hoje de um só andar, de abóbada nervada e oitavada. Não só pela disposição da luz, mas porque a mesquinha capela-mór actual perturba a unidade do conjunto, há que olhar as naves de costas voltadas ao nascente, de preferência à entrada ou

ao meio do ramo norte do transepto. Então se nos desvenda o jogo das arcarias, a sábia distribuição dos vãos e o belo trifório que, correndo ao longo das galerias sobrepostas às naves laterais, continua ainda ao longo das paredes do transepto até à entrada da ousia. De cada lado do arco triunfal, onde existiam os absidíolos primitivos, abre-se o deambulatório que, com a sua coroa de capelas radiais e a derrubada capela-mór, constituíam a cabeceira mandada construir por D. Afonso IV, no segundo quartel do século XVI, num gótico robusto mas harmonioso, que casa bem com o românico anterior. Por uma das capelas passamos ao claustro, construído em tempo de D. Dinis num gótico mais fruste, encaixado no cinto irregular da muralha, evocativo na sua arcaria de fraca altura e de onde podemos melhor apreciar o arranjo e a disposição de volumes da cabeceira. E, depois de admirarmos a belíssima e preciosa grade românica de ferro forjado, que fecha actualmente a última capela do sul da ala oriental do claustro, regressemos ao templo, admi-

remos ainda uma vez as naves e detenhamo-nos, por um minuto, na encantadora capela gótica que Bartolomeu Joanes mandou construir e cuja porta abre para o interior da Sé, junto à torre norte.

Ao sairmos da Sé subamos a Rua do Limoeiro, cortemos à esquerda junto à Igreja de S. Tiago, e, pelo Largo do Contador-Mor, deixando à ilharga o Pátio de D. Fradique com o robusto portal barroco do solar Belmonte, alcancemos a porta de S. Jorge, rasgada na muralha do Castelo que tem o seu nome. Estamos no berço de Lisboa, de onde a cidade partiu à conquista do seu destino. Subindo a rua, fica-nos à direita o Bairro de Santa Cruz, protegido pela muralha que circunda todo o vasto recinto. Por uma rampa, à esquerda, alcançaremos a Esplanada, onde se encontra a reprodução da estátua do conquistador de Lisboa, que Soares dos Reis modelou para Guimarães, e de onde se logra a melhor panorâmica da Baixa pombalina com a magnificente Praça do Comércio. Nas muralhas que circundam todo o Castelo e nas do Castelejo, que é propriamente a fortaleza e constitui a sua parte monumental, sobrepujaram-se ao longo dos séculos, vestígios dos vários povos que as dominaram. Há nelas, com muita probabilidade, pedras romanas, talvez visigóticas e, com certeza, sarracenas. Entre a Esplanada e o Castelejo, onde agora se acham, dispersos, vestígios de muitas construções e outras se ergueram com materiais encontrados, houve uma formosa Alcáçova moura, sobre a qual os reis de Portugal ergueram o Paço Real da Alcáçova, que D. Manuel I habitou; e ainda hoje se podem ver as fundações da capelinha de S. Miguel que lhe ficava em frente. Com o domínio espanhol, o Castelo de S. Jorge foi abandonado à sua sorte e não cessou de abastardar-se. Só o Castelejo, com as suas rijas muralhas, resistiu o suficiente para permitir a recente restauração. E vale a pena visitá-lo, atravessar a barbacã que o protege a sul e oriente, e penetrar no recinto pela porta primitiva junto à fortíssima torre de Ulisses, não longe da torre de Menagem, situada no ângulo de sudeste. Vale a pena percorrer os caminhos de ronda sobre as muralhas poderosas e visitar as suas torres, de algumas das quais se avista um dos melhores panoramas de Lisboa. Saíamos do Castelejo pela porta da Traição; percorrendo para leste o passeio do lado norte, passemos junto ao saliente da muralha que abriga a porta onde a tradição coloca

o feito de Martim Moniz e alcancemos a de Santo André. Estamos fora da muralha e, descendo a rampa coleante, encontrar-nos-emos à porta de um dos mais notáveis monumentos da cidade.

A Igreja barroca do Menino Deus, construída no tempo de D. João V e cuja atribuição a João Antunes parece hoje assegurada, ficou por terminar. Faltam-lhe os remates das torres, e o telhado que a cobre é de recurso. Não obstante, a fachada, de magnífica cantaria, é muito bela e original. O interior, de uma só nave e de planta oitavada inscrita num rectângulo, é profusamente decorado com mármore policromos embutidos, tão do gosto de João Antunes, cuja arte, no aspecto decorativo, amava bastar-se a si própria, sem recurso à talha de madeira.

Descendo ao Largo Rodrigues de Freitas, pela Rua de Santa Marinha chegaremos a S. Vicente-de-Fora. A bela igreja maneirista que Filipe Tércio riscou apresenta-se-nos em todo o esplendor da sua pedra branca, que a pátina do tempo não macula. Ressalta a elegância dos alçados, apesar da falta evidente do zimbório. Neste belo edifício desdobra-se como num compêndio, toda a arte de Tércio, desde a sábia economia da planta, em que a igreja e os anexos se inscrevem num rectângulo alongado; desde a fachada, com seu ar palaciano, em que as torres coroadas ao gosto espanhol não destoam; até o interior de linhas puras e incisivas, com a mais bela abóbada de caixotões talvez existente em Portugal. Ao lado sul da igreja encosta-se o conjunto dos edifícios conventuais, onde uma porta de moldura barroca conduz ao duplo claustro, com a sua magnífica colecção de azulejos historiados setecentistas.

Vamos deixar S. Vicente-de-Fora e descer o Campo de Santa Clara. A meio caminho, à esquerda, ergue-se o palácio que Manuel da Costa Negreiros construiu para os Viscondes de Barbacena, num barroco onde já se adivinha o rococó; ao passo que, à direita, uma estranha mole de cantaria, de aparente forma cúbica, nos atrai irresistivelmente. Entrando na segunda travessa e contornando o imponente edifício revela-se-nos a verdadeira planta; cruz grega de topos arredondados, os ângulos preenchidos por torres quadradas, dinamicamente ligadas ao corpo do edifício, no conjunto mais barroco que se ergueu em Portugal. Sua fachada principal, a ocidente, escan-

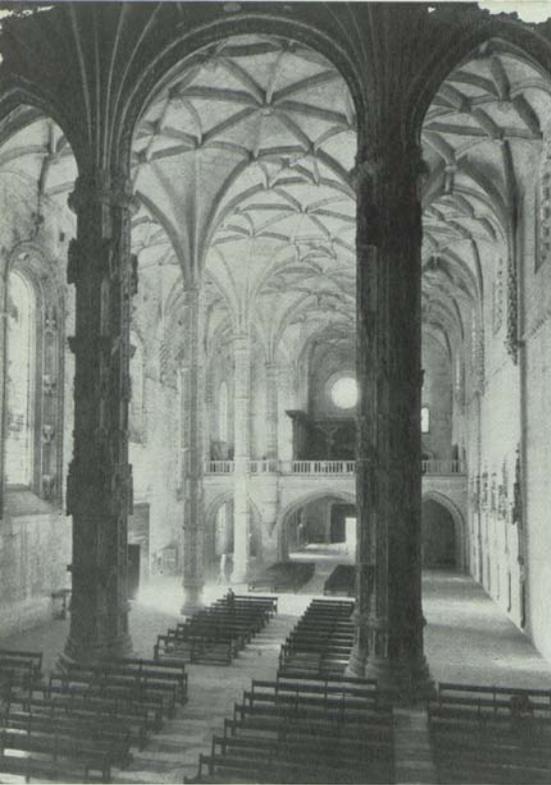
dida por quatro colunas gigantescas, mau-grado o extremo abandono a que o monumento e todo o local estiveram votados, é duma majestade impressionante. Nesta Igreja de Santa Engrácia, que o lisboeta desconhece, atingiu Mestre João Antunes o ponto mais alto da sua arte. Não importa que tivesse ficado incompleta. Mesmo incompleta resistiu ao tempo, aos terramotos e, pior do que tudo, ao abandono, porque tinha a qualidade do definitivo. Uma grande esperança nasce hoje para este belíssimo monumento. Um dia, o lisboeta descuidado pedirá penetrar nos portais ora entaipados e admirar finalmente a composição dos seus alçados, as belas abóbadas em concha, listadas de mármore rosa sobre branco, o poderoso sentido espacial do seu arquitecto. Entretanto desçamos a Calçada do Cascão e, junto à porta do prédio n.º 35 olhemos ainda uma vez para Santa Engrácia e admiremos o segredo da sua resistência. Depois tomemos um carro que nos leve à Madre de Deus.

*Sé-Catedral de Lisboa — Naves vistas do braço norte do transepto*



*Igreja do Carmo — Portal Poente*

Tudo o que ali era força e majestade é aqui fragilidade e graça, com uma única excepção para o austero claustro grande, maneirista. O portal manuelino, reconstituído, e o claustro pequeno, tocado da graça mudejar, mais visível ainda no tecto de alfarge da chamada «capela árabe», falam-nos do tempo da fundadora D. Leonor e de seu irmão D. Manuel I, como o claustro grande e o sub-coro, nos falam de D. João III e a igreja actual, construída após 1755, recorda o tempo de D. José. Mas é, sobretudo, a decoração que faz o encanto da Madre de Deus: talha de execução primorosa nos tabernáculos e altares, no púlpito, na tribuna e nas molduras, ou aplicada directamente sobre a pedra, abundante sem excesso; azulejos dos séculos XVI ao XVIII e pintura, muita pintura, refinada e preciosa na pequena sacristia, de grande interesse iconográfico no coro, de muito apreço na capela-mor, e por toda a parte,



*Igreja dos Jerónimos — Nave, vista da cabeceira*

no ante-coro, nas paredes e na abóbada da nave, sempre presente, selando, mesmo quando modesta, a harmonia do conjunto.

Seguindo a orla ribeirinha do Tejo para nordeste, iremos encontrar, entre prédios incaracterísticos e desgraciosos, um belo edifício que foi Palácio da Mitra e é hoje o Museu da Cidade. A reconstrução que no princípio do século XVIII empreendeu o Arcebispo D. Tomás de Almeida, 1.<sup>o</sup> patriarca de Lisboa — cujas iniciais se ostentam na grelha forjada do grande portal rasgado na muralha do Pátio de Honra — não lhe fez perder completamente o ordenado aspecto seiscentista; e os seus ricos revestimentos de azulejo merecem, só por si, uma visita.

Voltemos ao centro da cidade e comecemos agora pela Praça dos Restauradores. Este grande obelisco que recorda a data de 1640 é, sem dúvida, um dos melhores monumentos comemorativos de Lisboa; assim como o belo Palácio Foz, que Fabri

construiu no princípio de oitocentos para o Conde de Castelo Melhor e que lhe fica ao pé, é o mais formoso e equilibrado edifício que foi erguido em Lisboa no século XIX.

Passemos ao Rossio, coração da cidade, com a sua estátua erguida em honra de D. Pedro IV e as suas taças ornamentais. O lado oriental está, mais ou menos, como o traçou Carlos Mardel, incluindo a Igreja de S. Domingos, recuada, que o fogo consumiu interiormente. Do lado norte, o Teatro Nacional ostenta as belas colunas jónicas que pertenceram à destruída Igreja de S. Francisco da Cidade. E o Palácio dos Condes de Almada, recuado também, a nordeste, com o seu portal seiscentista, suas chaminés piramidais, quinhentistas, seus azulejos comemorativos, recorda a epopeia da Restauração.

Como sentinela da Baixa, erguem-se, no alto, a sudoeste, as ruínas imponentes do Carmo, que foi, no seu tempo, a maior igreja de Lisboa. Mandou-a construir o Condestável D. Nuno Álvares Pereira, que ali professou e morreu. Estas rudes capelas absidais, no gótico nacional não completamente evoluído, são ainda as que os seus olhos contemplaram; mas pouco mais o terramoto lhe deixou de pé. Poupou-lhe, no entanto, a quase totalidade da fachada oeste, típica das igrejas góticas das ordens mendicantes, de uma extrema simplicidade mas de beleza essencial. E, nela, deixou-lhe intacto o portal puríssimo, inscrito num arco de carena.

Deitemos um rápido olhar para a formosa fonte colocada em face da igreja e alcancemos o Largo de S. Roque. Essa fachada de extrema singeleza foi talvez desenhada pelo Tércio; mas é o interior que faz desta igreja um monumento de primeira grandeza. Planta jesuítica por excelência, tão simples como a fachada; nave única coberta por um tecto de madeira com pintura dos fins de quinhentos, transepto pouco diferenciado das capelas laterais; tal é, em resumo, o templo maneirista de S. Roque, igreja-tipo da Contra-Reforma. Belos mármore embutidos, florentinos; excelentes azulejos dos séculos XVI e XVII, alguns assinados e policromados; ferros forjados e dourados; madeiras preciosas esculpidas; uma colecção de retábulos de altar, de talha dourada ou policromada, de várias épocas; tudo em abundância e qualidade suficientes para fazerem desta igreja um monumento notável. Mas é, sobretudo, a capela bar-



*PALACIO FRONTEIRA — VISTA DO JARDIM GRANDE, SOBRE A GALERIA DOS REIS*

roca de S. João Baptista o que chama aqui o visitante. Salvi e Vanvitelli desenharam-na para o rei Magnânimo e os melhores artistas italianos da época a construíram em Roma, peça por peça, e a encheram de obras de arte preciosas, pela execução e pelo material, numa tão grande profusão que, com as suas alcaias e paramentos, se criou o fabuloso museu anexo à igreja.

Passando pelo Camões, desçamos ao Chiado e entremos na Rua Serpa Pinto. Logo adiante se nos depara um pequeno e calmo e gracioso largo, cuja face sul é enobrecida pela fachada neo-clássica, sóbria e bem proporcionada do Teatro de S. Carlos. A arcada saliente, de cantaria esquadriada, suporta o balcão do andar nobre, de muito agradável composição, ritmada por quatro colunas toscanas, semi-embebidas na parede. O sentido arquitectónico desta fachada encontra, na do prédio que lhe fica em frente, um eco discreto e feliz. Esta pequena jóia do urbanismo—o Largo de S. Carlos— como que faz parte integrante do teatro, construído na última década de setecentos por risco de José da Costa e Silva e que abriga no seu interior a mais formosa sala de espectáculos existente em Portugal, com cinco ordens de camarotes sobre planta elíptica e decorada com o mais requintado bom gosto.

Voltemos à Praça Luís de Camões, onde uma ronda de humanistas, cientistas e poetas faz a guarda de honra no sopé da estátua do grande épico, moldada por Vítor Bastos; e desçamos a Calçada do Combro, a meio da qual encontraremos uma das mais belas e das mais esquecidas igrejas de Lisboa e também das mais antigas, por ter escapado ao terramoto — a Igreja de Santa Catarina ou dos Paulistas. Edifício severo e imponente, sua fachada só não é um dos cartazes de Lisboa por estar afogada num local sem horizonte. Interiormente é um museu de talha dourada mas com uma unidade que está ausente de S. Roque, pois que todos os retábulos das capelas da nave, barrocos, são do mesmo tipo a que o Prof. Robert Smith chamou estilo nacional — colunas e arquivoltas torsas, de arco perfeito, dispostas à maneira dos portais românicos. O retábulo maior, um pouco mais tardio, é uma peça de arte monumental, ainda do período barroco mas com influência italiana, ao passo que o magnífico tecto de estuque, posterior ao terramoto, bem como o belo órgão colossal, são já do período rococó.

A caminho da Estrela, onde nos aguarda a Basílica do Sagrado Coração, veremos a bela e vasta fachada, clara e calma, que Ventura Terra desenhou para o Palácio da Assembleia Nacional, cujo corpo central, porém, não conseguiu resolver da melhor forma o difícil problema posto aos seus architectos.

Se a fachada dos Paulistas sugere S. Vicente-de-Fora, a da Basílica da Estrela lembra irresistivelmente Mafra, onde seus mestres trabalharam. Mateus Vicente, porém, que a traçou e dirigiu até morrer, passara já pela experiência de Queluz, onde seu estilo se limpou da secura de Ludovice e se animou da Graça do período rococó e duma elegância mais íntima e mais portuguesa. A arquitectura clara e luminosa, assenta sobre uma planta também clara e nítida: cruz latina, de braços salientes, que põe em relevo o zimbório esbelto, enquanto que as torres se afastam para libertarem seu prospecto frontal. O interior, onde o cruzeiro com o zimbório assente sobre pendentes é muito belo, apesar de mais austero mantém o mesmo espírito elegante; e a decoração exclusivamente arquitectónica, ignora a talha de madeira e repousa apenas no aproveitamento da cor dos mármore, em especial os rosas e os cinzentos.

Desçamos às Janelas Verdes e admiremos a bela ordenação seiscentista da fachada do Palácio Alvor, onde está instalado o Museu Nacional de Arte Antiga. Seus dois portais de composição barroca, que engloba as janelas de sacada correspondentes no andar nobre, olham um dos mais tranquilos e pitorescos recantos da cidade — o Largo do Dr. José de Figueiredo, de cenográfico desenho e planta rectangular com os cantos da cabeceira arredondados. A peça mais notável deste largo é o delicado chafariz, cuja arquitectura se atribui a Reinaldo Manuel dos Santos. Sua planta, de concepção original, alterna, circularmente, dois tanques com dois lanços de escada, defendidos lateralmente por corrimãos de cantaria oblíquos, ligados ao parapeito circular que emoldura a plataforma central. No meio desta, uma taça tem no seu eixo um pedestal em forma de urna de base quadrada, enorme apesar da elegância do seu perfil, com as faces ornadas de carrancas e sobre a qual se vê um formoso grupo escultórico, do cinzel de António Machado, onde Cupido entrega uma seta a sua mãe, encantadoramente vestida.



*Torre de Belém — Balcão geminado*

Um fino espírito, derradeira flor do rococó, se evola deste pequeno monumento.

Passemos rapidamente pelas Necessidades, onde o Palácio nos dá um bom exemplo da arquitectura civil, repousada e sóbria, dos meados de setecentos, e subamos ao Alto de Santo Amaro, que guarda o único edifício verdadeiramente renascentista de Lisboa. Construído nos meados de quinhentos, embora com reminiscências estruturais góticas no artozoado do seu surpreendente nártex, que abraça o santuário, e nos contrafortes salientes, a ermida de Santo Amaro, de planta circular, coberta por graciosa cúpula semi-esférica com lanternim, com os seus belíssimos azulejos policromos, renascentistas, conserva quase intacto o seu aspecto primitivo, simples e seguro ao mesmo tempo, como uma experiência de Bramante.

Tomemos o caminho de Belém pela Junqueira, longa sucessão de palácios e casas nobres dos

séculos XVIII e XIX e demoremo-nos um pouco para admirar a sedutora e íntima elegância, tão portuguesa, do palacete que Carlos Mardel construiu para o Principal Lázaro Leitão Aranha. Mais adiante, na praça que tem o nome e a estátua do grande Afonso de Albuquerque, o Palácio de Belém, residência actual do Chefe do Estado, e cuja origem remonta ao século XVI, foi restaurado no século seguinte e comprado em 1726 ao Conde de Aveiras por D. João V, que de novo o restaurou e lhe acrescentou o jardim da Cascata. Por ordem de D. José I, construiu Azzolini um picadeiro anexo ao palácio, peça arquitectónica neo-clássica muito feliz, que é hoje o notável Museu dos Coches.

Um salto à Ajuda permitir-nos-á um rápido golpe de vista ao palácio construído sobre risco de Fabri durante a regência de D. João VI e, infelizmente, inacabado. Sua única fachada completa, talvez pesada, não é, contudo, desarmonica. Sua

*Igreja da Conceição-Velha — Portal*



decoreção interior, muito desigual, conta escultura de Machado de Castro e pintura de Sequeira e Vieira Portuense; suas tapeçarias sobre cartões de Goya são famosas; e a Biblioteca, riquíssima, é das mais notáveis do País. Em frente do palácio, a linda torre sineira setecentista, que Manuel Caetano de Sousa construiu para a igreja demolida, espera sozinha e mutilada um olhar de merecido interesse.

Desçamos a Calçada do Galvão em direcção aos Jerónimos. Esta bela igrejinha branca, lamentavelmente isolada e esquecida, é a Igreja da Memória, voto de acção de graças pelo malogro do atentado contra D. José I. Seu architecto Bibiena riscou-a num neo-clássico puríssimo e coroou-a de zimbório para encher de luz um dos interiores de mais feliz inspiração de igrejas lisboetas.

A brilhante, original e fecunda florescência do gótico final português tocado das primícias do Renascimento, a que chamamos Manuelino, teve seu berço junto ao Sado; mas foi nas praças do

Restelo que deixou, porventura, as suas mais esplêndidas mensagens—a Igreja de Santa Maria de Belém, dos frades Jerónimos e a Torre de Belém ou Baluarte do Restelo. Santa Maria de Belém é o desenvolvimento genial da temática enunciada na Igreja de Jesus, de Setúbal, por Mestre Boitaca, que a ambas concebeu e criou, no seu estilo pessoal, imprevisito e másculo. Ele foi quem lhe desenhou a planta, que Haupt considerou «absolutamente bela» e elevou a maior parte da sua fábrica. É dele a grande nave-salão, aparentemente tripartida mas, na realidade, una como a milagrosa abóbada com que João de Castilho a cobriu, de 25 metros de abertura, suspensa no ar quase sem contrafortes e apenas pousada nos seis pilares intermédios, de elegância inverosímil. São ainda de Boitaca a composição e a execução geral do portal sul «um dos mais esplêndidos do mundo» também no dizer de Haupt, e as grandes frestas que o ladeiam, bem como o traçado estrutural do portal poente, onde Nicolau

*Igreja de Santa Eufácia — Fachada Poente*



Chanterenne prodigalizou, depois, a sua arte refinada e onde retratou, ajoelhados, o rei D. Manuel e a rainha D. Maria. Seria dele a primitiva capela-mor. É dele, finalmente o andar térreo do claustro assombroso. Quando, em 1517, João de Castilho o substituiu, o essencial estava feito; este, porém, tinha ainda grandes problemas a resolver e é inegável que os resolveu brilhantemente. Sua formação plateresca contrastava com o naturalismo túrgido de Boitaca. Mas a extrema habilidade de Castilho para conciliar o que parecia incompatível triunfou de toda dificuldade, como o demonstra o claustro, onde ele construiu o andar superior justapondo a sua arte à de Boitaca com consumada perícia. E coroou a obra lançando sobre o transepto, sem qualquer apoio, a aérea abóbada de 19 metros de abertura. Mais tarde Diogo de Torralva levantou o coro, que possui um dos melhores cadeirais renascentistas de Portugal e teria traçado, segundo os cânones do Sério, a actual capela-mor, que Jerónimo de Ruão construiu.

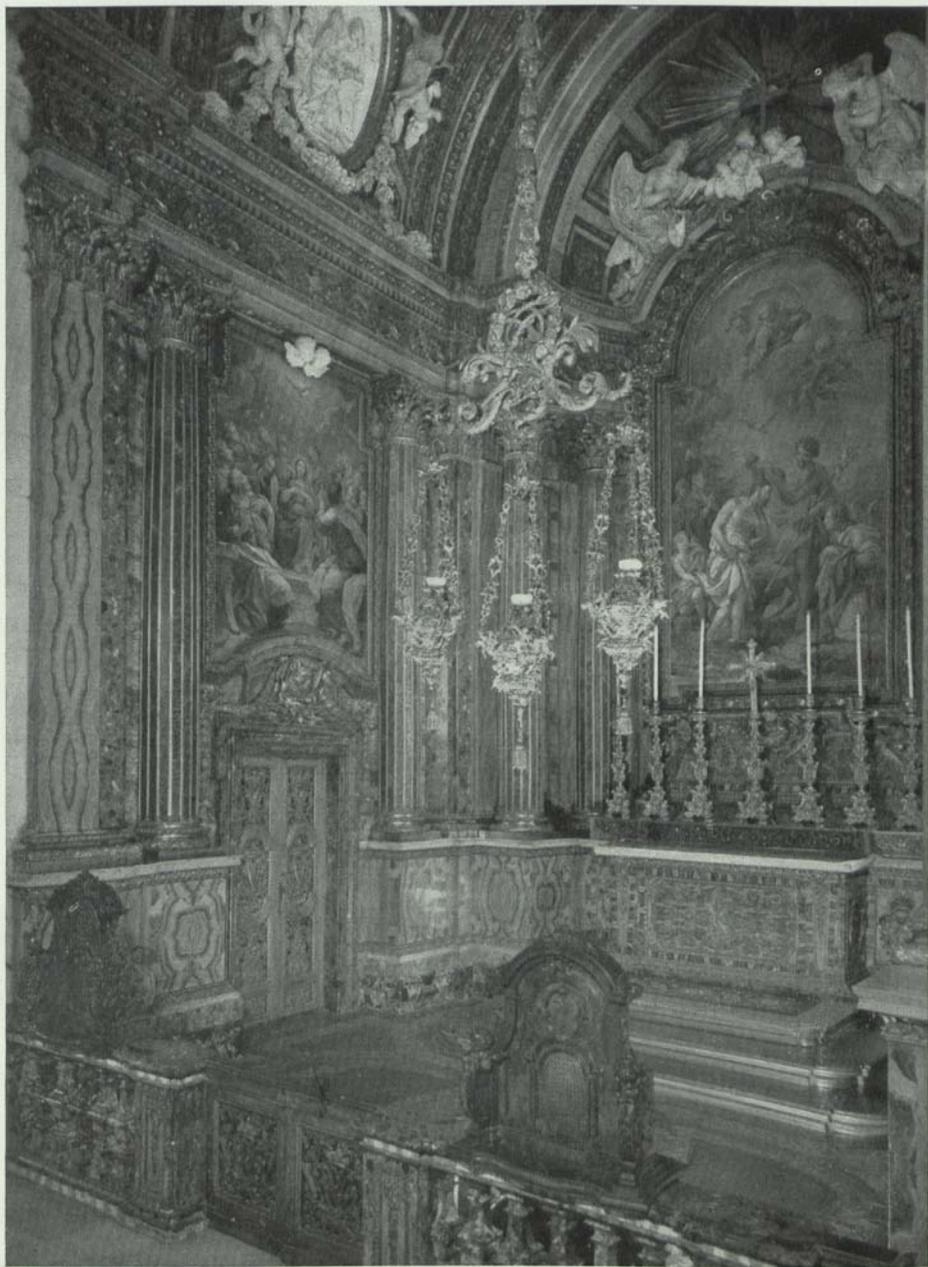
Apesar da sua milagrosa harmonia, os Jerónimos são, talvez, o monumento mais composto da arte manuelina. Mas cerca de 1515, Francisco de Arruda, «mestre do baluarte do Restelo» e herdeiro com seu irmão Diogo da arte de Boitaca, começa a erguer o monumento, que, apesar de algumas influências muçulmanas representa, talvez, o momento de maior equilíbrio da arte manuelina, o seu momento clássico — a Torre de Belém. Impar na sua beleza sóbria e, ao mesmo tempo, requintada, sábia nas proporções e no tratamento dos elementos decorativos — esta verdadeira obra-prima, guarda há quatro séculos e meio, através de muitas vicissitudes, o segredo da sua perene frescura. Jámais fortaleza alguma se vestiu de tanta gala. O baluarte poligonal, de ameias escudadas com a cruz de Cristo e guaritas de cúpula gomada implantadas nos ângulos, amarra-se simbolicamente por grosso calibre, que cinge todo o conjunto, à torre de menagem, da qual se adianta; e esta, com a sua ronda de mata-cães, suas frestas e graciosos balcões geminados, sua belíssima lógia rendilhada, suas salas abobadadas, ergue-se acima dele, diante do rio, robusta na sua extrema graciosidade.

A harmonia destas duas qualidades aparentemente contrárias é um dos encantos da arte manuelina. Quem volta as costas ao Baluarte do Restelo pode ver, no alto do que foi a cerca

do Mosteiro de Santa Maria de Belém, a Capela de S. Jerónimo, onde vamos reencontrar a arte de Boitaca. É uma massa cúbica de que se destaca uma ábside igualmente cúbica—forma elementar robusta por excelência — contrafortada nos ângulos por fortes gigantes coroados de pináculos torcidos. A nitidez de linhas e de formas e a ausência de decoração nos paramentos lisos e unidos, apenas bordados no alto da platibanda por um cabo contínuo e tenso, longe de o ocultarem fazem antes sobressair o elegante sentido das proporções, concretizado na porta principal com fina originalidade.

Esse segredo da robustez aliada à elegância, podemos vê-lo repetido, em maior escala, no mais colossal monumento da cidade: o grande Aqueduto que, no reinado de D. João V, Custódio José Vieira e Manuel da Maia lançaram, com suma audácia, por sobre o vale de Alcântara e que há mais de dois séculos não cessa de maravilhar os críticos mais exigentes. Porque nele não sabemos que mais admirar — se o rigor do seu traçado; se a excelência da sua fábrica, de cantarias primorosamente aparelhadas; se o sentido decorativo, obtido por meios extremamente simples e eminentemente arquitetónicos; ou se os seus arcos gigantescos, ora de volta inteira ora quebrados, num alarde do mais sábio e original domínio da ciência de construir. Cerca de 65 metros de altura atinge este grande monumento no ponto mais profundo do vale. Assenta aqui e maior dos seus arcos de mais de 28 metros de abertura, de perfil quebrado, e assente sobre pègões robustíssimos. Para um e outro lado, à medida que o terreno sobe, os arcos perdem altura e a sua flecha e o seu perfil vão-se adaptando sábiamente às necessidades técnicas e ao sentido estético da obra de arte. Sobre a crista dos arcos descansa a longa conduta abobadada por onde a água corre, acompanhada, de um e de outro lado, por um passeio outrora transitável. E, sobre tudo, a espaços ritmados pela cadência dos pilares, erguem-se clarabóias de elegante desenho barroco.

Seguindo o traçado do aqueduto, além do Alto da Serafina onde a arcaria se extingue, vê-lo-emos embeber-se no terreno para os lados de S. Domingos de Benfica, não longe do local onde se encontra o Palácio Fronteira, bela moradia senhorial de arquitectura seiscentista, onde o gosto ita-



*Igreja de S. Roque — Capela de S. João Baptista*

liano está presente no desenho florentino das fachadas que olham o pátio de entrada e os jardins e mais ainda nestes, que, apesar do notável interesse do edifício e seu recheio, constituem seu maior título de glória. O jardim grande, traçado à italiana, com canteiros de buxo, tanques octogonais e numerosas estátuas, é fechado a sul pela cenografia magistral do Grande Lago e sua moldura de arquitectura barroca sobre planta rectangular. O ponto forte deste conjunto, como que o seu pano de fundo, é constituído por uma vasta muralha em dois andares. O inferior, avançado, ostenta uma colecção de doze grandes painéis, agrupados três a três, com figuras equestres de azulejo azul em fundo branco, seiscentista; o superior, a famosa Galeria dos Reis, precedido de largo terraço, ostenta quinze nichos com bustos de mármore de reis de Portugal, em que estão incluídos o Conde D. Henrique e o Infante Santo D. Fernando. Não só a parede do fundo mas também o interior dos nichos são formados de azulejos variados, preciosos. Nos dois extremos desta Galeria erguem-se robustos torreões quadrangulares, de cúpula piramidal, que lhe dão passagem para as escadarias de acesso, sumptuosas, colocadas nos dois lados menores do lago. O lado maior, contíguo ao jardim, é defendido por rica balaustrada de mármore de Carrara, ornada de vasos e estátuas e prolongada nas escadarias e no terraço da Galeria dos Reis. Uma segunda galeria com mais bustos de monarcas prolonga a primeira para poente e conduz ao jardim de Vénus, onde a «Casa do Fresco» é, exterior e interiormente, forrada de azulejos seiscentistas; e finalmente, em plano superior a este, como maravilhoso complemento deste museu de cerâmica, o Terraço da Capela, onde magníficos painéis de azulejo policromo do século XVII

alternam com estátuas de mármore, por sobre as quais se vêem medalhões de faiança à Della Robbia, em molduras de composição vegetalista. Terminamos aqui esta já longa digressão através dos velhos monumentos de Lisboa, num sentido assás lato, pois que nela incluímos alguns relativamente recentes como o Palácio Foz, dos princípios do século XIX. Paramos neste ponto para não fatigarmos o leitor, que não por esgotamento do assunto. Uma peregrinação mais completa nunca poderia esquecer edifícios religiosos monumentais como a Igreja da Luz, apesar de mutilada, com o seu grande retábulo maneirista; ou a do Hospital de S. José, que foi sacristia da de Santo Antão-o-Novo destruída em 1755, glória do sentido arquitectural duma época; ou essas outras de aparência modesta e riquíssimos interiores, como as da Pena, da Conceição dos Cardais, das Comendadeiras de Aviz, de S. Bernardo, no Hospital Militar da Estrela; ou os esquecidos claustros de Lisboa, o de Chelas tão abandonado e tão rico de poética beleza ou o de S. Domingos de Benfica, integrado no Instituto dos Pupilos do Exército, tão elegante no seu maneirismo; ou, ainda, as belas moradas senhoriais como o formoso Palácio Galvão-Mexia, ao Campo Grande e o Palácio Galveias, ao Campo Pequeno, pertença do Município como o anterior, com uma planta que ficou clássica entre as residências nobres portuguesas do século XVII, de que ele é um dos melhores paradigmas. Não nos propusemos uma resenha exhaustiva do acervo artístico da cidade nem tão pouco quisemos trazer nada de novo à curiosidade dos estudiosos; mas tão somente dizer aos lisboetas, lisboeta adoptivo que somos, que na nossa cidade não há apenas luz e pitoresco, mas também um património artístico em que raramente reparamos mas que é credor do nosso interesse atento e comovido.





Reconstituição gráfica do lado sul da Rua de El-Rei, formado por uma parte do antigo edifício dos Paços do Concelho e prédios anexos

## O Banco de Lisboa no Edifício dos Paços do Concelho

POR MARIO COSTA

O que era o antigo edifício dos Paços do Concelho, traçado pelo arquitecto Eugénio dos Santos Carvalho, começado a construir em 5 de Abril de 1770 e concluído em 6 de Outubro de 1774, disseram-no dois grandes da Olisipografia, Luís Pastor de Macedo e Norberto de Araújo, autores do valiosíssimo estudo *Casas da Câmara de Lisboa*. Nesse local, antes do Terramoto, se assentavam, a Poente, o Pátio da Capela Real, e, a Nascente, parte do Paço Real da Ribeira e a Casa da Índia<sup>(1)</sup>.

A anterior sede da Câmara de Lisboa, como o actual grande e magnífico palácio, situava-se na bem delineada Praça do Município<sup>(2)</sup>, que em 1783 se denominou Largo do Pelourinho, e se designava, ao tempo do sismo fatal, Praça das

Arrematações ou dos Leilões (depois de lhe terem chamado Largo da Patriarcal), precisamente o lado Poente, para o qual abria a porta principal. Ao Sul ficava a Rua Direita do Arsenal, do lado Nascente a Rua Áurea, e, a Norte, a Rua Nova de El-Rei (vulgo dos Capelistas). Não existia a Rua Henriques Nogueira, contemporânea dos actuais Paços, e assim chamada só depois de 1910.

O edifício, sem ser grandioso, era dotado dum estilo elegante e bem arquitectado, sendo dotado de maior capacidade do que o actual, pois nos seus quatro pavimentos possuía uma capacidade aproximada a 20 000 metros quadrados. O seu custo total foi de 121 099\$271, como apurou Picotas Falcão<sup>(3)</sup>.

(1) Lugar citado, págs. 110-111.

(2) Edital de 24 de Março de 1886.

(3) *O Município de Lisboa e as Casas da sua Câmara*, pág. 57.

Pois foi nesse excelente paço, que deu uma composição de nobreza ao simpático largo, ajudado pela beleza do artístico pelourinho, que se instalou o Banco de Lisboa, tomando para si o primeiro andar, do lado da Rua do Arsenal, a que correspondiam doze janelas. As casas fortes ficavam no pavimento térreo e o acesso fazia-se pelo Largo do Pelourinho, directa e independentemente pelo portão nobre ou principal.

O Senado da Câmara ocupava a princípio a ala do lado poente (a que correspondia o formoso largo), utilizando assim o referido portão nobre, mas, pouco tempo depois, preferiu outras dependências, na ala do lado oposto, voltada para a Rua Áurea, formando ângulo com o Terreiro do Paço (\*).

Como o lado da Rua do Arsenal tinha que obedecer ao conjunto arquitectónico da Praça do Comércio, a Câmara mandou fazer ali um portão de ferro e escadaria de pedra, e abriu janelas de sacada, tudo no estilo dos edifícios que já serviam de secretarias de Estado.

Vilhena Barbosa, o oportuno informador, acrescenta: «Agradou acaso aos vereadores, ou talvez aos desembargadores do Senado, esta face do novo edifício, e tomaram-na para si, privando-se da entrada do Largo do Pelourinho, muito mais nobre e com um excelente pátio para entrarem as carruagens...» (5).

Este logradouro ficava iluminado de noite, circunstância que dava lugar a um gasto que nessa época se considerava de grande monta, merecia destaque e estava sujeito a gratificação ao «moço do pátio».

As salas do Banco de Lisboa estavam forradas de panos de arrás, de qualidade inferior — «segundo informações que temos à vista», diz Picotas Falcão (6), como já o havia escrito Ribeiro Guimarães (7) — às que guarneciam as paredes da Câmara. Estas representavam a vida do Imperador Constantino e haviam custado 16 000 cruzados, ou sejam 6400\$000 réis da época.

O edifício municipal era nomeado pelo público e pelos guias e noticiaristas, como se do Banco fosse.

O *Guia de Viajantes em Lisboa*, do ano de 1845, dava a seguinte indicação, referindo-se à Praça do Pelourinho: «...O lado do Oriente é ocupado todo pelo palácio do Banco de Lisboa, entre as Ruas do Arsenal e de El-Rei...» (8). Vilhena Barbosa escrevia no ano em que rompeu o fogo, quando o detentor da casa já era o Banco de Portugal: «Guarnecem a praça da banda de leste, entre as duas primeiras ruas mencionadas (*as mesmas acima*) o edifício do Banco (... )» (9). E, na noite do cataclismo, em 1863, o povo gritou numa expressão de alarme e terror: «Há fogo no Banco!».



Além do Banco de Lisboa, e também do Banco de Portugal, mais tarde, foram inquilinos da *Domus Municipalis*: a Junta do Depósito Público ou dos Depósitos da Corte e da Cidade, a Inspeção Fiscal da Fazenda Militar, a Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, a Junta dos juros dos reais empréstimos (antecessora da Junta do Crédito Público), a Junta do Comércio, a Casa dos Vinte e Quatro, a Repartição do Selo, a Secretaria do Conselho Ultramarino, a Companhia Confiança Nacional, a Companhia das Obras Públicas de Portugal (10), a Companhia das Lezírias do Tejo e Sado (11), a Companhia Mercantil, a Contadoria Geral do Distrito, a Companhia de Navegação do Tejo e Sado, a Administração do Contrato do Tabaco (12), a Companhia de Seguros «Fidelidade» (13), a Companhia de Seguros «Firmeza» (14) e a Associação Mercantil Lisbonense, que saiu em 1856, por já lhe serem insuficientes as instalações. E para lá foi também, em 1836, no dia seguinte ao do incêndio do Palácio do Tesouro, antigo Paço dos Estaus, a Repartição do Tesouro Público.

(5) Lugar citado, pág. 24.

(6) *Arquivo pitoresco*, vol. VI, pág. 130.

(7) Esta, e a outra Companhia, tinham os escritórios reunidos.

(8) Entrada pela Rua Áurea, n.º 1 e 2 (*Diário do Governo* de 30 de Março de 1859). — Em seguida ao incêndio dos Paços do Concelho, esta Companhia transferiu os seus escritórios para a Rua Áurea, 140, 2.º (anúncio publicado no *Diário de Lisboa* de 30 de Novembro de 1863).

(9) Posteriormente ao incêndio, acomodou-se na Rua de S. Francisco, 29.

(10) Entrou em 1848, por transferência da Rua dos Capelistas, 91, 1.º.

(11) Esta Companhia foi absorvida pela «Fidelidade», em 1850. *Diário do Governo* n.º 155, de 4 de Julho.

(\*) *Casas da Câmara de Lisboa*, pág. 113.

(5) *Arquivo pitoresco*, vol. VI (ano 1863), pág. 298.

(6) *O Município de Lisboa e as Casas da sua Câmara*, pág. 62.

(7) *Sumário de várias histórias*, vol. II, pág. 138.

O Banco de Lisboa foi o primeiro segurado, no ramo marítimo, da Companhia de Seguros «Fidelidade», pela remessa de 32 960\$000 réis em dinheiro, de Lisboa para o Porto, a bordo do navio a vapor «Lord das Ilhas». Pagou o prémio de 123\$000 réis, à taxa de 3/8 %<sup>(15)</sup>.

Eis a minuta do seguro apresentada, pelo Banco de Lisboa, quando este já tinha uma existência de 13 anos:

«Segura a Direcção do Banco de Lisboa em o Barco a Vapor Lord das Ilhas, Commandante Joaquim José Gonsalves de Mattos Corr.<sup>a</sup> deste Porto de Lisboa para a cidade do Porto, de todos os riscos sem excepção a quantia de trinta e dois contos novecentos e sessenta mil réis em metal, valor de um Caixão com oito mil soberanos de Ouro, e com a marca e sello à margem carregado a bordo do dito vapor para ser descarregado na sobredita Cidade, na viagem a que está próximo a sahir. Lisboa 17 de Outubro de 1835. Os Directores — Bernardo José Ferreira de Barros — António Gomes Loureiro.»

Em 1826 e 1828, quando se fizeram algumas remessas de dinheiro do Porto para Lisboa, a bordo do paquete a vapor «Restaurador Lusitano», que era o único que tinha a seu cargo a carreira, o seguro dos valores, contra todos os riscos, foi tomado pelas Companhias «Bonança» e «Restauração».

Na Rua do Arsenal n.º 2 estava estabelecido com «Casa de Câmbio e Descontos», a firma Trindade & Irmão<sup>(16)</sup>; e noutra loja da Praça do Comércio, junto à «Arcada do Senado», actualmente Ministério do Interior, de que era gerente Francisco José da Silva, vendia-se a *Gazeta de Lisboa* desde 9 de Novembro de 1799<sup>(17)</sup>. A renda desta casa era de 50\$000 réis, e a que estava fixada a outros estabelecimentos vizinhos, incluindo tabernas, oscilava entre 60\$000 e 100\$000 réis. Um outro, que servia de cocheira, não pagava renda, porque, «por aviso régio, fôra dada a um filho de Simão Martins»<sup>(18)</sup>.

No n.º 2 da Rua do Ouro «por baixo da Ilustríssima Câmara Municipal», houve um «Armazém de cerveja», a que o dono, em 1834, juntou uma «Casa de Caffé», que fazia a venda da *Gazeta do Governo*, e fornecia «assucar em pedra, conforme a moda Franceza, e todas as qualidades de bebidas espirituosas». Isto tudo se explicava no anúncio publicado na *Gazeta*, acrescentando como pormenor curioso: «Também se acha um grande sortimento de vinhos engarrafados do Porto, Madeira, Champagne, Bordeos, etc. etc. Licores finos de todas as qualidades. Xaropes de orxata, de grosseilles, de framboises, de capilé. Se continua igualmente a vender as cartas de jogar da Fábrica da rua da Flor da Murta»<sup>(19)</sup>.

Os prédios do lado da Rua de El-Rei, que tinham sido alienados pela Câmara, pertenciam aos Duques de Palmela, Baronesa da Folgosa e Tomás dos Santos Vaya; e o que dava para a Rua Áurea era propriedade de Figueiredo Lapa. Um outro, também com frente para a Rua Nova de El-Rei, como os anteriores atingido pelo incêndio que referimos adiante, e que pertencia ao Dr. Alberto Carlos Cerqueira de Faria e seus sobrinhos, passou à posse da Câmara em 30 de Agosto de 1865, que o adquiriu após expropriação por utilidade pública, por ser «indispensável para a reedificação dos paços do concelho»<sup>(20)</sup>.

Neles se acomodaram vários estabelecimentos comerciais, entre os quais a Confeitaria de Balthesqui, que teve como sucessor, seu genro, José Pucci (casa frequentada pela gente mais chique), e a de António Coqueijo; a hospedaria Froes, o alfaiate José Júlio de Carvalho, as lojas de feragens de Viana & David e de Carvalho Costa & Leitão; uma barbearia-cabeleireiro e um depósito de louça da Índia.

O extremo nascente do edifício dos Paços do Concelho estava ligado ao bloco fronteiro, lado oriental da Rua Áurea, por meio de um passadiço, que se designava passagem da *Rainha-mãe*. Tinha dois pisos sobrepostos. Em 1814 estava arruinado, tornando-se urgente a sua demolição. E o Ministro das Obras Públicas assim o determinou,

<sup>(15)</sup> A Companhia de Seguros «Fidelidade» no seu primeiro centenário, pág. 8.

<sup>(16)</sup> *Diário do Governo* de 16 de Fevereiro de 1859.

<sup>(17)</sup> *A Marquesa de Chaves*, de Eduardo de Noronha, pág. 298.

<sup>(18)</sup> *Sumário de vária história*, de Ribeiro Guimarães, vol. II, pág. 142.

<sup>(19)</sup> Lugar citado, n.º 147, de 18 de Dezembro de 1834.— Em 1859, o n.º 2 da Rua do Ouro dava entrada para a Companhia das Lezírias do Tejo e Sado.

<sup>(20)</sup> *A Obra dos Paços do Concelho — Defesa do architecto da Câmara Municipal de Lisboa Domingos Parente da Silva*, pág. 40.

nunca mais se reconstruindo <sup>(21)</sup>. Serviu de habitação real no tempo de D. Maria I, especialmente quando esta Soberana frequentava os banhos das Alcaçarias, e assim se chamou, muito imprópria-mente «Palácio Real do Terreiro do Paço».

Nesse pretense e efémero paço, que, de 1780, não foi além de 1796, faleceu em 10 de Setembro de 1788 o príncipe D. José, filho de D. Maria I, casado com sua tia D. Maria Francisca Benedita.



O Banco de Lisboa instalou-se nos Paços do Concelho, a título gratuito, pois nem o Governo, com o qual foram estabelecidas todas as combinações, nem o Senado da Câmara, exigiram daquele estabelecimento o pagamento de qualquer renda.

E nesse regime se viveu, até que, em 12 de Abril de 1836, a primeira edilidade do País, que já tratara do assunto em 11 de Fevereiro do mesmo ano e em 26 de Novembro de 1835, dirigiu uma nova representação a Sua Majestade, pedindo para «ser autorizada para fazer avaloar a renda, que devem pagar o Banco de Lisboa, a Junta do Depósito Público, e todos quantos estabelecimentos ocupam gratuitamente predios do Município, como recurso para ocorrer a parte das despesas, a que é forçada pelo Decreto de 18 de Julho de 1835» (que estabeleceu um novo sistema administrativo).

Dessa representação extratamos a seguinte passagem:

«Naquelles dois documentos entende esta Municipalidade haver bastantemente mostrado, que nenhum motivo justo se oferece para que o Banco de Lisboa, a Junta do Deposito Publico, e o Estabelecimento, que se aposentam no edificio antigamente occupado pela Secretaria dos Negocios da Fazenda, continuem a disfrutar gratuitamente tão vastos edificios do Município, em quanto este começa a vergar com o peso de novos encargos, e ao mesmo passo, em que larga se lhe abre a estrada para ruinosos empenhos! e com effeito, Senhora, ou se consulta a Justiça, ou se queira atender a equidade, subsiste sempre inabalavel o princípio ali admitido, que neste momento de novo se reproduz. Por quanto; com que jús

poderia o Banco de Lisboa, e a Junta do Depósito Público, exigir a continuação indefinida de uma graça (não dividida) desta Municipalidade, quando nem aquella Estabelecimento, nem a mencionada Repartição, carecem de alheias generosidades» <sup>(22)</sup>.

Verifica-se, no entanto, que, em Outubro de 1834, assinara o Banco com a Câmara um termo de trespasse de «hum quarto de Casas, primeiro Andar, na Rua do Arsenal n.º 60, pela quantia de 240 000 rs. annuaes», sendo parte destes compartimentos sublocados à Associação Mercantil, pela renda annual de 150 000 réis «em metal». O primeiro recibo foi passado em 1835.

Como consequência da representação acima, que teve a aceitação dos poderes públicos, a partir de 1 de Julho de 1837, foi estabelecido um novo contrato de arrendamento que englobava todas as dependências ocupadas, pela renda annual de 1300\$000; mas como o Banco cobrava da Associação Mercantil Lisbonense a quantia de 150\$000 réis, o encargo futuro ficou reduzido a 1150\$000, como confirma o relatório da gerência desse ano: «A Direcção tem de comunicar-vos, Senhores, que tendo o Banco até agora gozado gratuitamente do uso deste Edificio por concessão do Governo, foi notificado pela Camara Municipal, para lhe pagar a renda deste 2.º semestre do ano passado, e tendo-se procurado tomar todas as informações, soube-se que se não podia recusar a isso e effectuando-se o arrendamento paga annualmente Rs. 1150\$000».

Em 1863, a renda estava elevada a 1418\$250, com inclusão no arrendamento dos 1.º e 3.º andares e da água-furtada, sendo reduzida para 900\$000 réis, depois do incêndio.

A Companhia Confiança Nacional, um dos desfrutadores do palácio da Câmara, instalou-se primeiro na parte que era ocupada pelo Depósito Público e pela Inspekção Fiscal da Fazenda Militar, que receberam ordem para retirar dali as suas repartições, sendo-lhe atribuída pela Câmara a renda annual de Rs. 1000\$000. O contrato effectuou-se em 14 de Fevereiro de 1845, com início no 1.º de Julho seguinte <sup>(23)</sup>.

<sup>(21)</sup> *Lisboa de Ostrora*, vol. 1, pág. 200.

<sup>(22)</sup> *Sinopse dos principais actos administrativos da Câmara Municipal de Lisboa* — Ano de 1835, pág. 37.

<sup>(23)</sup> *Ruas de Lisboa*, por Gomes de Brito, vol. II, pág. 29.

Em Novembro do mesmo ano, ainda a Câmara «Deliberou, conforme o que tinha justo o vereador servindo de Presidente (*Augusto Xavier da Silva. Acionista da Companhia Confiança*), que se arrendasse à Companhia Confiança Nacional a casa situada na Rua Nova de El-Rei n.ºs 58 a 62 (24), pelo tempo de onze anos e meio, a começar no 1.º de Janeiro p. f., pelo preço anual de 320 000 réis» (25). Outro arrendamento se firmou, o de duas salas, com cinco janelas para a Rua do Arsenal, que haviam servido de Contadoria e Cartório da Câmara, pela renda anual de 300 000 réis, tendo sido liquidado o 2.º semestre de 1845 em 13 de Fevereiro do ano seguinte.

Mas o desejo de sempre da Companhia Confiança Nacional foi instalar-se no 3.º andar do edifício, incluído no arrendamento do Banco de Lisboa e que servirá já às Companhias de Crédito Nacional, União e Auxiliar, então em liquidação. E lá estava, em 1846, quando foi deliberado que a mesma Companhia passasse a pagar renda ao Banco, pelos compartimentos cedidos. Os serviços da sua Caixa Económica, fundada em 20 de Abril de 1845, também aí funcionaram, assim como os do Contrato do Tabaco.



Tem interesse cidadão, o texto do ofício datado de 3 de Março de 1839, dirigido aos «Il.<sup>mos</sup> e Ex.<sup>mos</sup> Srs. Presidente e mais Srs. da Câmara Municipal de Lisboa», em que a Direcção do Banco de Lisboa, como sua inquilina, solicitava providências, por estar «em concerto a Calçada do Largo do Pelourinho, ficando mais alta que a entrada do Arco d'aquelle Edifício, e seo Pateo, e tambem os canos que se achão mais baixos, que não dão sahida ás immundicias, estando o mesmo Pateo, e entrada precisados de concerto». E, em 23 de Novembro do mesmo ano, expunha-se à sobredita entidade «que o Pateo deste Edifício se acha em muito mau estado de calçado, que precisa resguardar a entrada do Portão, para que não continue a entrar-lhe para dentro a água das chuvas quando são copiozas e para que se lhe

fassão condiçoens aonde vão parar todas as vertentes do mesmo Pateo, que devem encaminhar-se ás Latrinas que n'elle se achão estabelecidas, e que por falta de taes escuantes exhallão pessimo cheiro».



Vamos ver agora como entrou na história da Capital e do País, o primeiro estabelecimento, de características acentuadamente bancárias, criado oficialmente pelos poderes legais.

Decorria o ano de 1821. As Cortes Gerais estavam reunidas no antigo Convento das Necessidades. Palpitava-se a unidade de vistas, quanto à necessidade da formação de um banco de crédito e descontos, falta que estava sendo muito mal suprida pela imensidade de grupos financeiros que ofereciam capitais, para ajudas na construção de obras públicas ou para resolverem a situação deficitária do Erário Régio.

Logo nas primeiras sessões foram apresentadas várias propostas. E, em 16 de Agosto de 1821, o deputado Francisco Soares Franco tem o ensejo de fazer a leitura da sua moção «para que o Ministro da Fazenda apresente hum Plano de acordo com alguns capitalistas sobre a melhor forma de estabelecer hum *Banco Nacional*, o qual deva subsistir sem influência do Governo».

A 11 de Outubro aprecia-se a resposta do Ministro da Fazenda (José Inácio da Costa), contendo as bases em que devia estabelecer-se esse Banco, e o deputado José Joaquim Freire, em 7 de Dezembro, torna público o seu projecto, que seis dias depois é submetido à apreciação parlamentar, com o parecer da Comissão de Fazenda, composta por Francisco Xavier Monteiro, José Ferreira Borges, Francisco de Paula Travassos, Francisco Barroso Pereira e Manuel Alves do Rio.

Depois da leitura daquele documento, intitulado «Projecto de Decreto para a criação d'hum Banco Nacional nesta cidade de Lisboa, para a amortização do papel-moeda», o presidente põe a questão: «se he ou não util a criação do Banco» — «e logo o Snr. Soares Franco abriu a discussão, apoiando o projecto, e dizendo que o estabelecimento do Banco será de summa utilidade» (26).

(24) A única propriedade, desse lado da Rua dos Capelistas, pertencente à Câmara.

(25) *Sinopse da Câmara* — Ano de 1845.

(26) *D'ário das Sessões*.

O artigo 1.º rezava assim: «Erigir-se-ha na cidade de Lisboa huma corporação, denominada Banco Publico Nacional que existirá por espaço de vinte anos, debaixo da immediata protecção das Cortes».

Feitas algumas observações a respeito da denominação a dar ao referido Banco, resolveu-se chamar-lhe *Banco de Lisboa*.

Não importa agora aprofundar se, com essa escolha ou preferência, se quis homenagear a nossa linda urbe, plena de grandes tradições, velha de alguns séculos, que fora centro das maiores actividades mundiais, que detivera em suas mãos a chave do comércio do Oriente. Hoje, a uma tão grande distância, é nesse sentido que tomamos essa feliz resolução.

Criara-se o primeiro Banco do país, com privilégio de emissão de notas, decretado pelas Cortes Geraes, em sua sessão de 29 de Dezembro de 1821. E, dois dias depois, o monarca-reinante dava-lhe a sanção legal, apondo a assinatura na Carta de lei que estabeleceu o *Banco de Lisboa* — banco de empréstimo, depósito e desconto, com o capital de 5000 contos em acções de 500\$000 réis, e o exclusivo da emissão de notas em Lisboa, durante 20 anos.

No considerando inicial, dizia a própria Lei que o Banco «desterrando a usura, e promovendo o comodo das transacções entre os particulares, seja simultaneamente applicavel à amortização do Papel Moeda. . .».

Usando do direito que lhe consignava o artigo 3.º da Carta de Lei — «A Subscrição para este Banco se abrirá no primeiro de Janeiro de mil oitocentos e vinte e dois, debaixo da inspecção de tres pessoas, nomeadas pelo Presidente das Cortes» — este titular deu conta na primeira sessão da Câmara, que havia designado «para administradores do Banco de Lisboa a António Francisco Machado, Joaquim da Costa Bandeira, e José Bento de Araujo, e acrescentou que se lizonjeava muito que esta nomeação merecesse a approvação do Soberano Congresso»<sup>(27)</sup>, fazendo publicar o seguinte *Artigo d'Officio*:

«Francisco Manuel Trigo de Aragão Morato, actual Presidente das Cortes Geraes, Extraordinarias, e Constituintes da Nação Portuguesa.

Em execução do artigo terceiro do Decreto das Cortes de 29 do corrente mez, e anno nomeio para Inspectores do Banco de Lisboa, os Cidadãos António Francisco Machado, Joaquim da Costa Bandeira, e José Bento de Araujo<sup>(28)</sup>, por confiar que elles servirão este lugar com muita honra, e imparcialidade. Pelo que mandei passar a presente Carta que vai por mim assignada, e sellada com o sello das Armas Nacionaes, servindo este exemplar de titulo para o Cidadão António Francisco Machado. — Joaquim Guilherme da Costa Posser, Official Maior da Secretaria de Estado dos Negocios do Reino, com exercicio deste Lugar na Secretaria das Cortes Geraes, e Extraordinarias da Nação Portuguesa a fiz escrever, no Paço das Cortes aos 31 de Dezembro de 1821. — Francisco Miguel Trigo de Aragão Morato.

«N. B. Na mesma data e conformidade se expedirão cartas a Joaquim da Costa Bandeira, e José Bento de Araujo»<sup>(29)</sup>.

Por sua vez, os Inspectores nomeados, estabeleciam o primeiro contacto com o publico:

«Tendo o Excellentissimo Senhor Presidente das Cortes Geraes, Extraordinarias, e Constituintes da Nação Portuguesa, nomeado para Inspectores do Banco de Lisboa, António Francisco Machado, Joaquim da Costa Bandeira e José Bento de Araujo, em execução do Artigo III do Decreto das mesmas Cortes de 29 de Dezembro passado: tem estes a satisfação de annunciar, que se acha aberta a Subscrição para o mencionado Banco, em casa de José Bento de Araújo, na rua de S. Julião n.º 59, aonde se acharão presentes os Inspectores todos os dias, desde as dez horas da manhã até ás duas da tarde, e todo o dia, se preciso fór; podendo cada hum dos Concorrentes realizar a sua Subscrição por si, ou por Procuração reconhecida, indicando nella o numero das Acções com que pretende entrar em hum tão util Estabelecimento, e designando ao mesmo tempo o lugar da sua habitação. Lisboa 1 de Janeiro de 1822. — António Francisco Machado — Joaquim da Costa Bandeira — José Bento de Araujo»<sup>(30)</sup>.

(27) Três personalidades de grande importância social, que vieram a fazer parte da primeira direcção.

(28) *Diário do Governo* n.º 1, de Terça-feira, 1 de Janeiro de 1822.

(29) *Idem*, n.º 2, de 2 de Janeiro de 1822. — As listas dos subscriptores vieram publicadas no *Diário do Governo*.

(30) *Diário do Governo* n.º 1, de Terça-feira, 1 de Janeiro de 1822.

A subscrição teve início a 2 de Janeiro e a lista de accionistas abriu com os nomes dos 3 inspectores, que, poucos dias depois, novamente elucida-  
vavam o público:

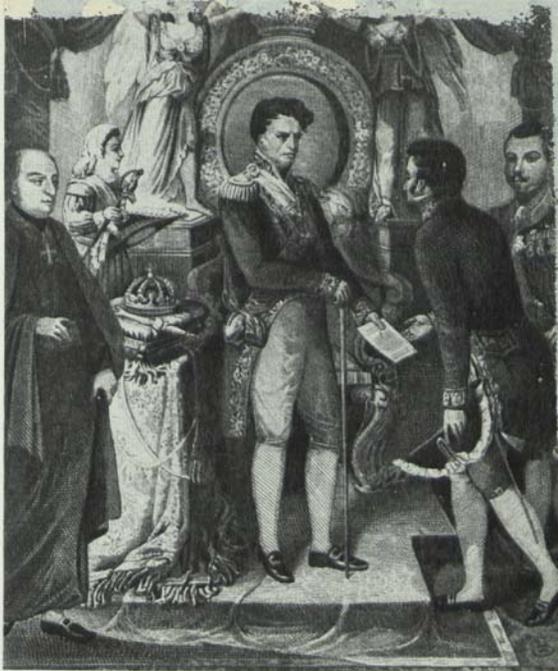
«Lisboa 15 de Janeiro. Tendo os Inspectores da Subscrição para o Banco de *Lisboa*, recebido várias cartas de pessoas das Provincias, que desejão saber o modo de effectuar as suas subscrições, quando não tenham correspondencia para esta Capital, e procurando os mesmos aplanar todas as difficuldades, que obstem a realizar tão louvaveis, como uteis e patrióticos desejos, annunciação, que toda a pessoa das Provincias que entender ser Accionista do Banco, poderá fazer a sua procuração aos Inspectores do Banco de *Lisboa*, dirigindo-lhe em carta fechada, vindo reconhecida, e declarando o lugar da habitação, e numero da casa; e quando se houver de realizar o capital das Acções, porque cada hum subscrever, se darão as providencias, que forem mais análogas à comodidade dos Senhores subscriptores.» (21)

José Bento de Araújo, em cujo escritório se iniciaram os fundamentos do Banco de Lisboa, foi um importante comerciante da nossa praça, sócio fundador e director da Associação Mercantil Lisbonense, funções que igualmente exerceu na Companhia Confiança Nacional.

Aquela casa, cuja entrada hoje se faz pelo n.º 30 da citada Rua de S. Julião, compõe-se de loja e sobre-loja, ligadas por uma escada interior, e serve de Posto de Socorros da Companhia de Seguros Comércio e Indústria. Ainda lá se vê um dos vulgares e antigos poços, que serviam para abastecimento de água aos moradores das respectivas propriedades.

Em 2 de Julho, estando a Direcção eleita, já no exercício das suas funções, annunciou-se:

«A Direcção do Banco de *Lisboa* participa ao público, que o livro das Subscrições para o mesmo, se achará desde o dia 4 do corrente em diante, na casa do Banco ao *Pellourinho*, aonde poderão concorrer aquellas pessoas que quizerem subscrever, desde as dez horas da manhã, até as duas da tarde. Declarando que em virtude da resolução do Soberano Congresso de 15 de Março: quem assignar depois do dia em que a mesma



*El-Rei D. João VI entrega ao Presidente da Direcção do Banco de Lisboa, a Carta de Lei que reabilita o Banco emissor recémcriado*

(Grav. de Renato Araújo—Dama litografia de Manuel Luís da Costa)

Direcção principiar a receber as sommas subscriptas, pagará o juro respectivo na conformidade da mesma Soberana resolução.» (22)



Tentemos agora historiar as diligências feitas, com vista à obtenção de sede condigna para o Banco de Lisboa, cuidados que levaram à sua entrada nos Paços do Concelho.

O Banco estava formado oficialmente. Era preciso procurar-lhe sede. E, como vamos ver, o estabelecimento bancário nascente, que adoptara para a sua designação o nome desta nossa linda cidade, foi acolher-se nos Paços do Concelho, precisamente a Casa que tinha por missão velar pelos destinos da velha Orlisipo, avizinhandose, assim, dos serviços administrativos da principal Câmara do País.

Muito naturalmente, foi essa a grande preocupação da primeira Direcção do Banco, que envidou todos os esforços até conseguir obter

(21) *Diário do Governo* n.º 63, de igual data.

(22) *Idem*, n.º 153, de 2 de Julho de 1822.

instalações condignas e seguras, que permitissem o início das operações. De tais diligências resultou a publicação da Portaria de 19 de Fevereiro de 1822, pela qual o Governo designava para o efeito uma parte do edifício do Arsenal da Marinha, que a referida Direcção considerou incómoda e com falta de proporções necessárias, atendendo à importância do Estabelecimento a que lhes cabia dar realidade e expansão.

A indicação do edifício do Arsenal da Marinha dá a entender que havia o propósito de aproximar o Banco, do Erário Régio, instalado em 1761, a título precário, junto daquele estabelecimento fabril do Estado, sendo a entrada pelo portal do lado esquerdo do portão principal, no mesmo local onde, durante muitos anos, funcionou o Tribunal de Contas e ainda se mantém o Tribunal da Relação.

O sítio escolhido para o Erário Régio, não foi do agrado do Marquês de Pombal. O estadista entendia que, uma instituição daquela natureza, precisava de estar instalada em edifício próprio e condigno, distante do mar, livre de ataques externos e do ateamamento de incêndios, considerando perigosas as construções adjacentes, na Ribeira das Naus, e as acomodações dos Algarvios, as Enfermarias das Galés e o Recolhimento de Santa Maria Madalena<sup>(23)</sup>.

Do conceito a que chegara o Banco de Lisboa, foi ciente Sua Majestade que, pela Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, expediu nova Portaria, datada de 7 de Março, autorizando o presidente e mais directores do Banco, «para verem e examinarem quaisquer Edifícios Públicos, e ainda mesmo de Corporações Religiozas, que possam estar em circumstancias de servirem (...)».

Não perdeu tempo a Direcção do Banco de Lisboa, e logo em 13 do mesmo mês se dirigiu por officio ao titular da pasta do Reino, dizendo ter já procedido «ao exame dos Edifícios e entre os que forão vistos observarão, e reconhecerão a preferência que tem a outro qualquer aquelle Edifício em que se acha estacionado o Deposito Publico por ser em huma grande parte construido de obobedas, circumstancia assas necessaria para estar acoberto de qualquer desastrozo incendio...».

E, a parte preferida, era a ala direita, «que faz frente à Rua direita do Arsenal da Marinha incluindo a salla em que o Ministro do mesmo Deposito faz as suas Sessoes».

Em 25 de Março, no local preferido, que fazia parte do edificio dos Paços do Concelho, encontrava-se o Presidente da direcção do Banco de Lisboa (Barão de Porto Covo), com o Intendente Geral das Obras Públicas (Brigadeiro Duarte José Fava)<sup>(24)</sup>, «a fim de se deliberar a acomodação para o mesmo Banco», e logo se acordou nas indispensáveis obras de reparação a fazer.

Poucos dias decorridos (em 6 de Abril), já o referido Intendente das Obras Públicas podia entregar as chaves das casas que havia mandado «limpar, lavar, e caiar»; e, em 14 do mesmo mês, a Direcção do Banco, a quem cumpria «combinar a segurança, com as proporções do mesmo edificio», solicitava do Secretário de Estado dos Negócios do Reino, que levasse ao conhecimento de Sua Majestade, esta nova pretensão: «que lhe sejam entregues todas aquellas Cazas, que sendo do primeiro andar, e no recinto d'alla direita, se achão occupadas por outras Repartições, e apenas separadas por hum tabique, que nem he compativel com as comodidades que se exigem, nem com a segurança que se requer...». Nessas casas funcionavam Contadorias, Tesourarias e mesmo Tribunaes.

Dois meses depois, ainda não tinha sido dado cabal satisfação ao requerido, sendo esta a situação: não se podia dispor das «Cazas em que existe o Expediente do Deposito, e a Caza em que se fazem os Ceiloens, e que finalmente a escada do Banco he aquella, que ainda está servindo para a condução dos moveis que se guardão em toda a agua-furtada sem ainda ao menos se haver principiado a abrir communicação para ella na escada que propriamente deve servir ao Deposito Publico». E ainda se «vê que grandes Toneis, e outros objectos de grande vulto se introduzem no pateo, e entrada do mesmo Edificio, indicando assim que não tem ainda Armazem aonde recolha,

(23) Antigo official do Real Corpo de Engenheiros, director da Aula de Desenho, Gravura e Escultura, Conselheiro de Sua Majestade, Intendente-Geral e Inspector dos Quartéis e Deputado da Real Junta da Fazenda dos Arsenais do Exército. Faleceu em Agosto de 1826. Em 1807, quando capitão-engenheiro, levantou a planta da cidade de Lisboa, litografada em 1831, na escala 1:5.000.

(24) *A Patrual Queimada*, do autor.

o que por Ley, he conduzido á quelle Depo-  
sito». Também era preciso mandar «fechar a  
comunicação das aguas-furtadas, que se faz  
pela escada do Banco, e ver emfim removidos os  
Toneis que existem no Pateo, pois que não só a  
necessidade que ha da conclusão deste Estabeleci-  
mento assim o exige; mas tambem para que a  
Direcção, tendo representado pela terceira vez  
a tal respeito, não possa ser arguida, de ommissão,  
e ficar desde hoje livre de qualquer imputação,  
que o Publico lhe queira fazer de negligente...».  
Deste modo, o Banco, julgando indispensável e  
urgente a remoção desses obstáculos, e porque  
precisava de estar de posse daqueles anexos, no  
dia 8 do seguinte mês de Julho, entendeu dever  
pôr em destaque «quanto era incompativel, que  
repartição alguma se communicasse pelas mesmas  
portas, ou ainda existisse no mesmo Edificio, sem  
hã separação construida com tanta segurança,  
quanta pedía hum local em que pouco a pouco  
se hia a depositar todo o precioso da Nação»,  
e fez subir nova instância junto do Secretário de  
Estado dos Negócios do Reino, que já se dera  
ao incómodo de examinar pessoalmente toda a  
área destinada ao Banco de Lisboa.



Na data de 16 de Agosto, o presidente da  
Direcção enviou um officio nestes termos, ao presi-  
dente das Cortes Gerais e Constituintes:  
«A V. Ex.<sup>a</sup> se dirige o Prezidente da Direcção  
do Banco de Lisboa rogando, se sirva apresentar  
ao Soberano Congresso, as ingenuas felicitações  
da mesma Direcção, e asseverar-lhe os sentimentos  
da maior gratidão e reconhecimento de que todos  
os Directores se achão possuidos pelos innume-  
ráveis beneficios que o Congresso tem dispendido  
a toda a Nação, e em particular pelo da criação  
do Banco de Lisboa; cuja transcendente utilidade  
promete ser o sustentáculo do Commercio, e in-  
dustria Nacional, Unicas fontes da prosperidade  
Publica=Bem quizera a Direcção ter, ha muito,  
começado as operaçoes do Banco, a nenhuma  
fadigas para esse fim se tem poupado, mas encon-  
trando a cada passo torpessos difficeis de aplanar;  
hé este o primeiro momento em que pode ter a  
satisfação de annunciar que o dia 21 do Corrente,  
será aquelle em que, suas transações vão ter  
principio, tendo recebido dos Subscritores, que até

hoje tem assignado a importancia de 3.202  
Açoens=Juntamente verá V. Ex.<sup>a</sup> os exem-  
plares das diversas Nottas, que o Banco vai  
emitir, as quais V. Ex.<sup>a</sup> se dignará apresentar  
ao mesmo Augusto Congresso.»<sup>(35)</sup>

E, dois dias antes daquelle que estava marcado  
para início das operações, lia-se na folha oficial:  
«A Direcção do Banco de Lisboa, faz publico,  
que no dia Quarta feira 21 do corrente mez de  
Agosto principiará as suas operações.

A repartição da compra, e venda do papel-moeda,  
oiro, prata, moedas estrangeiras, e papeis de cre-  
dito da nação, estará no pavimento baixo do edi-  
ficio. No primeiro andar, a do expediente, e  
averbação dos titulos dos accionistas; desconto  
de letras, e empréstimos sobre penhores; depozitos  
particulares; e Thesouraria.

As letras de cambio, e bilhetes das Casas de  
Arrecadação, se admitirão diariamente a desconto.  
As letras da terra, serão admissiveis nas terças, e  
sextas feiras de cada semana; sendo estes dias  
impedidos, a admissão se fará na vespera.

Os que pertenderem fazer depozitos no Banco,  
solicitarão o beneplacito da Direcção, para lhe ser  
aberta a conta.

O Banco estará aberto desde as 9 horas da manhã,  
até ás 3 da tarde em todos os dias que não torem  
domingos, ou dias santos»<sup>(36)</sup>.

No dia 22 de Julho, iniciou-se a escrituração do  
«Diário» A, cujo primeiro lançamento foi eni-  
mado por estas palavras sacramentais: «Em nome  
de Deos Amen». E, no final do mês de Agosto,  
estando presentes os Directores João Rufino Alves  
Basto e Pedro de Sousa, às nove horas, na abertu-  
ra do expediente do Banco, tocou o «Sino»,  
para principiarem as operações.

Instituição de um uso que ficou como tradição  
e é tomado como símbolo, único na Banca Na-  
cional. Também tem particular interesse esta  
disposição do primeiro regulamento: «Para comodi-  
dade do Público no expediente das diferentes  
Repartições do Banco se poderá estar coberto, e  
da mesma forma poderão estar também os Em-  
pregados».

<sup>(35)</sup> Os Secretários de Estado dos Negócios da Fazenda e do Reino também foram avisados do início das operações e igualmente receberam exemplares das notas que iam entrar em circulação.

<sup>(36)</sup> *Diário do Governo* n.º 194, de 19 de Agosto.

Os depósitos públicos, que se efectuavam na Real Junta do Comércio, Casa da Índia, Alfândega das Sete Casas e Administrações de falidos, passaram a fazer-se no Banco de Lisboa, em conta aberta no nome da Junta do Depósito Público<sup>(27)</sup>.

A Câmara Municipal de Lisboa, em Maio de 1834, tomava uma resolução do mesmo teor: «Fez depositar no Banco de Lisboa a maior parte do numerário existente nos cofres da Municipalidade, e determinou que assim para o futuro se continuasse a praticar, prevenindo-se deste modo qualquer caso de incêndio, ou algum incidente desastroso»<sup>(28)</sup>. E, em 1856, era no Banco de Portugal que estava depositado o dinheiro «para as obras e costeamento do *Passeio da Estrela*»<sup>(29)</sup>. Também no Banco de Lisboa, foram depositadas as chamadas «joias de D. Miguel».

O Banco de Lisboa formara-se sob o signo constitucional, e todos os seus homens haviam favorecido esse princípio político ou lutado pela causa, tão ardorosamente defendida, o que levantou embaraços à novel instituição de crédito, por parte dos vencedores, quando se deu a reviravolta política de 1823.

Entretanto, El-Rei D. João VI, que não se esquecera dos serviços públicos que esse estabelecimento de crédito já prestara, «tendo em consideração as reconhecidas utilidades e vantagens gerais», por Carta de Lei de 7 de Junho de 1824, reabilita esse estabelecimento de crédito por trinta anos, reduzindo o capital a 2400 contos, representados por 4800 acções de 500\$000 réis cada uma.

Assim prestigiado pelo poder real, o Banco de Lisboa, na sua marcha evolutiva, tendo sofrido os embates das lutas liberais, viu-se, de quando em quando, a braços com crises financeiras de vulto, como as de 1827 e 1837-1838, renovadas no período 1846-1847, tendo surgido então, em 19 de Novembro da era de 1846 — ano trágicamente assinalado pela revolução «Maria da Fonte» — uma nova instituição bancária e emissora de papel fiduciário, denominada Banco de Portugal, formado em resultado da fusão do Banco de Lisboa com a Companhia Confiança Nacional.

O Banco de Portugal, que continuou a ser inquilino da edilidade municipal, também conseguiu debelar as crises temerosas que se lhe depararam, e só não pôde vencer o tremendo incêndio que, em 19 de Novembro de 1863 — precisamente dezasete anos volvidos sobre a data da sua fundação — tornou pasto das chamas o magnífico e principal edifício público da cidade.

Ao trágico acontecimento referiram-se largamente os jornais da época, tais como *A Revolução de Setembro*, *O Paiz* e o *Jornal do Comércio*. Vilhena Barbosa escreveu uma crónica especial em *Arquivo Pitoresco*<sup>(30)</sup>, e Picotas Falcão, em *O Município de Lisboa e as Casas da sua Câmara*, encabeçou assim a sua descrição: «Todos os sinos da cidade começaram então a tocar a rebate e, à voz de «fogo no Banco!», milhares de pessoas correram àquele sítio».

Como noticiou o *Jornal do Comércio*, o presidente da Direcção do Banco de Portugal, Sr. José Lourenço da Luz e os mais directores, o tesoureiro e muitos outros empregados, compareceram logo no princípio do sinistro. Os salvados foram recolhidos na Igreja de S. Julião. Pouco sofreu o primeiro andar, onde se achava a Tesouraria do Banco e não foram atingidas as casas fortes, situadas no pavimento térreo, e que continham valores superiores a 25 mil contos de réis.

Foi bem concludente a reportagem de *A Revolução de Setembro*, e por isso transcrevemos as passagens mais importantes. Lia-se no seu número de 20 de Novembro: «O mais horrível fogo que há muitos anos se vê em Lisboa está a esta hora devorando os pavimentos superiores da imensa mole de edifícios compreendidos entre o último quarteirão do lado sul da rua dos Capelistas, o largo do Pelourinho, rua do Arsenal em frente do Ministério das Obras Públicas, e a rua do Ouro onde se acham reunidos a câmara municipal, a companhia de seguros fidelidade, o contrato do tabaco e o banco de Portugal.

O fogo manifestou-se às 9 horas e meia da noite na contadoria da câmara com a maior intensidade, e foi-se comunicando às outras repartições da mesma câmara, e ao escritório da companhia de seguros que é no segundo andar, e agora está devorando a casa do contrato do tabaco, concen-

(27) De conformidade com o Decreto de 4 de Abril de 1823.

(28) *Sinopse* — Ano de 1834, pág. 11.

(29) *Idem* — Ano de 1856, Sessão de 16 de Outubro.

(30) Lugar citado, vol. VI, pág. 299.

trando-se todo nos pavimentos superiores de todos os edifícios ali juntos, havendo toda a esperança de que a parte importante do edifício do banco de Portugal não tenha de sofrer as incalculáveis consequências deste terrível sinistro.

Os socorros são deficientíssimos, apareceram tarde e a água falta.

As chamas iluminam grande parte da cidade, e as faúlhas e as brasas vão cair a grande distancia. Incalculável número de pessoas presenciavam horrorizadas este espectáculo de devastação.

O próprio fogo do Thesouro velho não foi tão intenso e violento.

A perda de papeis importantes é já considerável.

O arquivo da Camara por ora está salvo».

No dia seguinte, já podia pormenorizar, e então, o mesmo periódico, informou assim os seus leitores: «Está consumada a devastadora obra do pavoroso incêndio de que ontem demos breve notícia a última hora.

A desgraça foi extraordinária e muito deplorável, mas não quis a Providencia que fosse tão atroz e horrivel como podia ser. São enormes os prejuizos, mas podiam ser infinitos e incalculaveis.

Salvou-se toda a escrituração, todos os valores, todas as fortunas de milhares de famílias confiadas à vigilante guarda do banco de Portugal, e ficaram assim assocegados os animos de toda Lisboa e do paiz, que tão empenhado é na conservação daquele importante estabelecimento (...). Deste estabelecimento apenas se perdeu a mobilia do segundo andar. Tudo o mais ficou intacto na casa forte. Ao contrato do tabaco, porém, não succedeu igual fortuna. Toda a escrituração do contrato passado, o qual não estava ainda absolutamente liquidado, e os livros do expediente foram presa das chamas...».

E no dia 22, fechava desta forma a sua reportagem: «O montão de ruinas que se vê em lugar daqueles belos edifícios oferece um aspecto doloroso e triste que compunge a quantos o observam. Ainda hoje se não apagou aquele imenso brazeiro».

★

O calamitoso desastre causou ao Banco de Portugal sério contratempo e embarços. Quase pode dizer-se que ficou sem sede, tão deficientes se

*Fachada principal do edificio pombalino onde se instalou o Banco de Lisboa e um aspecto do Pelourinho, na primeira metade do século XIX*

*(Grav. do «Arquivo Pitoresco»)*



apresentavam as instalações em que teve que acomodar-se no primeiro andar do lado da Rua do Arsenal.

Apesar de tudo foi aí, nos reduzidos compartimentos semi-poupados pelas chamas e por todas as suas consequências, que durante perto de 7 anos continuou a funcionar o Banco de Portugal. A renda anual, que era de Réis 1418\$250, foi reduzida para Rs. 900\$000, a partir do ano de 1864<sup>(41)</sup>.

No dia seguinte ao do incêndio, a Direcção do Banco reuniu no edificio da Junta do Crédito Público, logo posta à sua disposição. Assim o determinara o rei D. Luís, apesar de ausente de Lisboa, em viagem oficial pelo Norte do País, acompanhado de sua esposa, a rainha D. Maria Pia.

O Soberano, na data do desastre, encontrava-se em Coimbra. E, de lá, no dia 20, Anselmo José Braamcamp, telegrafou nestes termos ao presidente do Conselho de Ministros: «Sua Magestade deplora vivamente o fatal acontecimento de que v. ex.<sup>a</sup> lhe deu noticia, e deseja ser informado de tudo quanto fôr ocorrendo sobre este objecto, e sobretudo se há a lamentar alguma desgraça pessoal».

Nesse dia, publicava o *Diário de Lisboa*: «A direcção do banco de Portugal participa aos interessados nas operações do mesmo banco que se acha reunida na junta do crédito publico, às onze horas da manhã do dia 20 de novembro de 1863. — O presidente, *José Lourenço da Luz*».

Não é de menor interesse o aviso inserto no dia seguinte, no mesmo jornal oficial: «A direcção do banco de Portugal faz constar ao público que, apesar do incêndio que hontem teve lugar, continua amanhã, 21 do corrente mês de novembro, a funcionar na parte que ficou intacta do seu próprio edificio, estando aberta, como habitualmente, a thesouraria do mesmo banco para todas as suas operações desde as nove horas e meia da manhã até às trez da tarde. Lisboa, 20 de novembro de 1863. — Os directores, *Joaquim Caetano Lopes da Silva* — *José António Ferreira Viana Junior*».

Vê-se por aqui que, só no dia seguinte ao do incêndio, não funcionou o expediente do Banco.

★

A Direcção do Banco de Portugal, sensibilizada com a desvanecedora attitude do Soberano, dirigiu a Sua Magestade a seguinte mensagem, também publicada no *Diário de Lisboa*: «Senhor. — A direcção do banco de Portugal tem a honra de levar ao conhecimento de Vossa Magestade que se acha, em vista da autorização do governo de Vossa Magestade, reunida na junta do crédito publico; depois de haver feito as possiveis diligências para se convencer de que as casas fortes do banco e todos os valores existentes nelas se achavam a salvo, chegou à convicção de que efectivamente nenhuma apreensão pode haver a tal respeito; o que também foi presenciado por grande número de accionistas, que se prestaram a assinar a declaração afirmativa que a direcção eleva à presença de Vossa Magestade, rogando a Vossa Magestade se digne mandar que, em suplemento extraordinário da folha official do governo, seja ainda hoje publicada, assim como que a direcção resolveu que as operações ordinárias do banco continuem sem interrupção amanhã 21 do corrente, para cujo fim se achará aberta a tesouraria geral do estabelecimento às horas fixadas pelo regulamento administrativo do banco. Banco de Portugal, 20 de novembro de 1863. — O presidente, *José Lourenço da Luz*»<sup>(42)</sup>.

Enquanto a Direcção apreciava a situação criada e tomava as providências impostas por tão grave emergência, pelo Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria publicava-se a seguinte Portaria:

«N.º 234 — Convindo averiguar quaes sejam os edificios que devam ser construidos nos terrenos occupados pelos prédios incendiados no dia 19 d'este mez, a fim de que as novas edificações possam convenientemente satisfazer às necessidades do serviço municipal, e ao de outras repartições publicas que porventura n'ellas convenha estabelecer: manda Sua Magestade El-Rei, pelo ministério das obras publicas, commercio e industria, que uma comissão composta dos pares do reino Francisco Simões Margiochi e Joaquim Larcher, e do conselheiro Placido Antonio da Cunha e Abreu, membro do concelho de obras

(41) As reuniões da Assemblia Geral de 1864 e 1865 não puderam reunir nos Paços do Concelho. (*O Palácio Barcelinhos*, do autor).

(42) *Diário de Lisboa* n.º 264, de 21 de Novembro de 1863.

publicas, passe immediatamente a conferenciar sobre tão importante assumpto com a camara municipal de Lisboa e com a direcção do banco de Portugal, fazendo subir à sua real presença os resultados de taes conferências. Paço, em 26 de novembro de 1863—*Duque de Loulé*»<sup>(13)</sup>. Alguns dias depois, quando já se avaliara bem a extensão do desastre, não se esqueceu a Direcção do Banco de Portugal de comunicar publicamente o que se passara e de agradecer, em expressivos termos, a todos os que, com o seu esforço e abnegação, tinham contribuído, de algum modo, para a diminuição das consequências do fogo: «A direcção, posto que ainda profundamente comovida pelas dolorosas impressões da catástrofe que em a noite de 19 para 20 do corrente repentinamente acometeu este importante estabelecimento, ameaçando-o de total ruína, de que apruve à Providência preservá-lo, não pode retardar o cumprimento de um dever de gratidão, dando publico testemunho da eficaz cooperação que recebeu do governo e de grande número de particulares para evitar mais funestas consequências.

«À medida que o incêndio se desenvolvia com aspecto mais aterrador, a direcção, que estava no seu posto desde que se manifestou o sinistro, viu-se sucessivamente rodeada das autoridades civis e militares e diferentes funcionários, de accionistas e empregados do estabelecimento, e de outras muitas pessoas, que espontaneamente concorreram e prestaram com actividade e zêlo valiosos serviços.

«A direcção não se apavorou logo, atendendo à distância onde lavrava o incêndio em relação à parte do edificio occupado pelo banco e à informação técnica, que a seu pedido obteve, de que ainda se obviaria à invasão das chamas; tinha também a maior confiança na solidez e segurança das suas casas-fortes, em que se guardavam todos os fundos e objectos preciosos, e os principais livros de escrituração. Mas quando foi avisada, por informação igualmente técnica, de que o sinistro já não podia ser dominado, e cumpria atender a salvar da rapidez e violencia do fogo os haveres do banco, concentraram-se nesta diligência os seus esforços e de todos os que a coadjuvavam. Cabe pois a todos a satisfação do feliz

resultado, conseguindo-se ficarem incólumes os valores de que o estabelecimento é possuidor ou depositário, e igualmente salvos os livros e papeis mais importantes.

«Nesse afflitivo transe, e no cuidado de adoptar medidas urgentes para serenar a perturbação dos ânimos e fazer funcionar o estabelecimento desde logo e do melhor modo compativel com o successo, nenhuma força de atenção podia distinguir e individualizar, sem o risco de graves omissões, os relevantes serviços de muitos cavalheiros, de tantas pessoas de todas as classes, que por espontâneo impulso de dedicação prestaram o seu contingente de serviços e auxílios.

«A direcção agradece com profundo e indeleavel reconhecimento a todos os beneméritos que se empenharam em salvar o banco, e compraz-se em tornar bem patente a geral manifestação de vivo interesse do público pela conservação de um estabelecimento tão intimamente ligado com a prosperidade do país.

«Merecem também os seus louvores a força pública empregada no local do incêndio, as tripulações dos navios portuguezes e estrangeiros surtos no Tejo que acudiram prontamente, os partidos dos arsenais, e o pessoal da repartição dos incêndios, que durante este sinistro, de tão vastas proporções e tão prolongado, trabalharam todos com infatigavel diligência, e por vezes não pequeno risco.

Banco de Portugal, 27 de novembro de 1863 — O presidente, José Lourenço da Luz—José Manuel Leitão—José António Ferreira Vianna Junior—Augusto Xavier da Silva—António José Pereira Serzedelo — Joaquim José Fernandes — Joao de Brito — Joaquim Caetano Lopes da Silva — João Ribeiro Franco»<sup>(14)</sup>.

E, em 8 de Dezembro, mandou a mesma Direcção rezar um solene *Te-Deum*, na Igreja Paroquial de S. Julião, por se terem salvo os principais valores do Banco e dos que estavam sob a sua guarda, conforme anúncio publicado no *Diário de Lisboa* de 4 do mesmo mês.



Ao cabo de sucessivas reuniões, entre representantes da Câmara e do Banco de Portugal — e principalmente porque o Governo declarava re-

(13) *Diário de Lisboa* n.º 269, de 27 de Novembro de 1863.

(14) *Diário de Lisboa* n.º 271, de 30 de Novembro de 1863.

servar uma parte da área do antigo edifício «para acomodar a Secretaria do Reino e a sala do Conselho de Estado» — chegou-se à conclusão de que não era possível instalar o Banco emissor, no futuro palácio, cuja construção já estava em curso.

Picotas Falcão, Guarda-mor da Câmara, escrevia muitos anos depois: «A Câmara, reconhecendo ser acanhado o espaço reservado para as suas repartições, defeito este que provavelmente também foi reconhecido por parte da direcção do Banco de Portugal, pois que o espaço para ele reservado também era bastante exíguo, entrou em negociações com a direcção do referido banco para que mudasse para outro local a sua sede, o que se realizou em 1869»<sup>(45)</sup>.

D. Fernando Pais de Almeida e Silva, num estudo a que se dedicou sobre o Arquivo Geral da Câmara Municipal de Lisboa, também forneceu estas notas elucidativas: «... até que, em 1869, em virtude das negociações em curso para a transferência do Banco de Portugal para outro edifício, pois, conforme o projecto, neste ficaria também instalado, estando já construídas todas as abóbodas de pavimento térreo e primeiro andar e grande parte do Arquivo da Câmara, a Comissão fiscalizadora e administrativa da obra encarregou o arquitecto Domingos Parente da Silva de fazer certas modificações de harmonia com a dita transferência». E, mais adiante: «Em virtude da transferência do Banco de Portugal e das alterações introduzidas no projecto, foram desmanchadas todas as abóbodas das diferentes salas já construídas, exceptuando as do arquivo, em que, por economia, se não mecheu (...)»<sup>(46)</sup>.

Hoje, muito serenamente e a um século de distância, constatamos que, revelando cautela e espírito previdente, teria andado bem a Câmara em querer só para si o edifício que tinha em construção desde 29 de Outubro de 1866, data em que se iniciaram as obras de terraplenagem e demolição das ruínas.

Com o andar dos tempos, os novos Paços do Concelho, de linhas belas e atraentes, um dos melhores edifícios públicos da capital, vieram a tornar-se insuficientíssimos para todo o movimento

administrativo, sempre crescente, levando os responsáveis a instalar muitos dos serviços camarários em locais excêntricos da cidade.

E o Banco de Portugal, andando célere, teve a sorte de encontrar a pretendida sede na maior proximidade possível do edifício incendiado, ali, à mão direita, na «velha avó da Rua dos Capelistas», como o eminente académico Dr. Júlio Dantas classificou o grande centro financeiro alfacinha.

O novo edifício-sede reuniu dois prédios distintos mas contíguos, com três faces de grande destaque, situados na Rua Nova d'El-Rei (vulgo dos Capelistas), n.º 142 a 148 (antigo 72), Rua Áurea (ou do Ouro) n.º 17 a 37 (antigos 7 a 15) e Rua de S. Julião (dos Algibeles) n.º 155 a 161 (antigos 114 e 115). Um bloco de lojas, três andares e águas-furtadas<sup>(47)</sup>, tendo cada andar 4 janelas para o lado da Rua d'El-Rei, 11 para a Rua Áurea e 4 para a Rua de S. Julião.

A entrada para os dois prédios fazia-se pelos n.º 25 e 33 da Rua Áurea, n.º 148, dos Capelistas e n.º 161 de S. Julião. A todos os outros números, nas 3 faces da propriedade, correspondiam lojas de comércio.

No n.º 148 da Rua Nova d'El-Rei abriu-se a porta principal, fazendo-se outra comunicação pelo lado da Rua de S. Julião, n.º 161.

O edifício, de construção sóbria e sólida, apesar da banalidade do estilo, de traço pombalino, deu grandiosidade exterior à instituição, situando esta no melhor local da Baixa, que era bem o centro da actividade bancária e comercial.

Daqui por diante, as referências ao Banco de Portugal já ultrapassariam o que escrevemos, a intitular esta narrativa, só merecendo acrescentar que foi no dia 28 de Março de 1870 que teve lugar a abertura da nova sede. Era uma segunda-feira. Dia grande para a Banca alfacinha.



Pelo interesse cidadão que reveste, tem aqui cabimento uma operação de crédito em conta-corrente, efectuada pelo Banco de Lisboa com o Senado da Câmara, no ano de 1839.

<sup>(45)</sup> *O Município de Lisboa e as Casas da sua Câmara*, pág. 76.

<sup>(46)</sup> *Olisipo*, n.º 19 (Julho de 1942), pág. 172.

<sup>(47)</sup> O 4.º andar foi construído em 1887, para nele se instalar devidamente o Serviço de Estamparia, então em grande desenvolvimento.

Também o Banco de Portugal viria a conceder grandes créditos, quer ao Governo quer à Câmara Municipal de Lisboa, todos aplicados em obras de melhoramento e engrandecimento da Capital.

O palácio do Tesouro Público no Rossio, onde também estivera instalada a Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda e outras repartições dela dependentes, havia sido destruído por um pavoroso incêndio, ocorrido na noite de 14 de Julho de 1836. E, como o Governo tivesse determinado desde logo (decreto de 9 de Novembro), vender o edifício destruído<sup>(18)</sup>, o Senado da Câmara pensou então em aproveitar o local para neie construir um novo edifício — a que verdadeiramente se pudesse dar o nome de «palácio da cidade» — e que se destinaria à instalação de todos os serviços municipais.

Consequentemente, em Agosto do ano seguinte, a Câmara deliberou «que se pedisse ao Governo a posse do Palácio queimado, situado na Praça de D. Pedro, para ser encontrado o seu valor na dívida do mesmo Governo»<sup>(19)</sup>.

Em 9 de Outubro (de 1837) subiu à presença da Rainha uma nova representação<sup>(20)</sup>, que obteve favorável acolhimento, consignado no decreto de 13 de Novembro; e um outro diploma, datado de 2 de Junho do ano seguinte, deu aprovação aos projectados Paços do Concelho, cuja planta mencionava outras obras consideradas de conjunto, como a abertura da Praça ou Largo de Camões, que já tinha sido objecto do decreto de 29 de Outubro de 1836, e que, em 1925, passou a chamar-se Largo de D. João da Câmara.

Aquele segundo decreto foi confirmado pelas Cortes Gerais (Carta de lei de 6 de Maio de 1839), e a Câmara tomou de seguida posse do respectivo terreno, a que foi atribuído o valor de 30 contos. Mas, como não possuísse os indispensáveis fundos para levar a cabo tão grande

empreendimento, o Município dirigiu-se às Cortes<sup>(21)</sup> e obteve a necessária autorização para contrair um empréstimo até ao limite de quarenta contos de réis<sup>(22)</sup>.

Para fazer face aos primeiros encargos, a Câmara solicitou do seu inquilino, o Banco de Lisboa, o empréstimo da quantia de 19 500\$000, equivalente ao adiantamento de quinze anos da renda que o mesmo Banco pagava pelas dependências ocupadas no palácio do Pelourinho.

A proposta foi aprovada, ficando o capital emprestado garantido pela adjudicação das referidas rendas; e o juro, que era de 5% ao ano, coberto pelas rendas dos prédios da Câmara situados na Rua do Príncipe, Travessa do Forno, Praça de D. Pedro e Largo de S. Domingos.

No acto da assinatura da escritura, lavrada nas notas do notário António Simão de Noronha<sup>(23)</sup>, em 11 de Outubro de 1839, a Câmara fez-se representar pelo vereador-fiscal Manuel José Henriques de Campos; comparecendo em nome do Banco os directores Joaquim José Rolin e Jacinto José Dias de Carvalho.

A importância do empréstimo, que se realizou apenas por 18 750\$000<sup>(24)</sup>, foi creditada em conta da Câmara e sucessivamente levantada por meio de cheques (45 no seu total), contando-se então os juros a que havia direito.

Como a Câmara, em virtude do prosseguimento das obras, tivesse que demolir as casas, cujo rendimento garantia ao Banco o pagamento dos juros do empréstimo, concordou aquele estabelecimento de crédito em que se fizesse nova escritura, em 1 de Outubro de 1841, aceitando que as rendas a vencer respondessem não só pelo capital emprestado como pelos respectivos juros. Teve, é claro, que encurtar-se o prazo do vencimento do crédito.

Entretanto, a Câmara desistiu da construção do projectado edifício, mas não prescindiu de continuar a utilizar o empréstimo, que empregou

(18) O seu produto seria aplicado às despesas de abertura da nova Rua Camões (Portaria de 29 de Outubro), que veio a sei Praça, e por fim Largo de D. João da Câmara.

(19) *Sinopse da Câmara* — Ano de 1837, pág. 20.

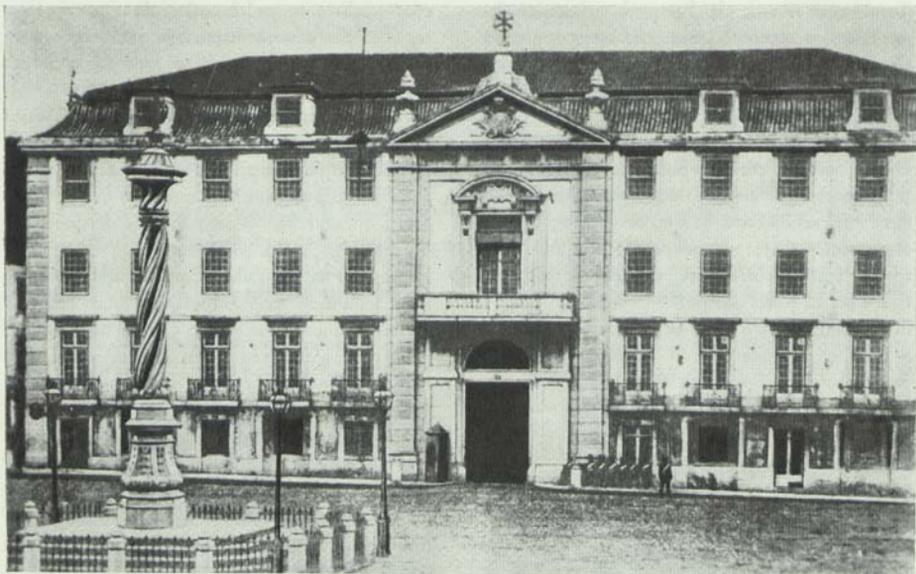
(20) *Idem*, *idem*, pág. 84. Ainda outras representações foram dirigidas em 18 de Maio e 22 de Outubro de 1838.

(21) Representação de 15 de Junho de 1839 (*Sinopse* — Ano de 1839).

(22) Decreto de 18 de Julho de 1839 (*Diário do Governo* n.º 172, de 23 do mesmo mês).

(23) Cartório na Rua do Ouro n.º 28 (antigo).

(24) Para esse total serviu de base a renda de 1250\$000 e não 1300\$000.



*Outro aspecto da antiga fronteira do edifício dos Paços do Concelho, que foi sede do Banco de Lisboa. À direita, a guarda militar*

*(Colecção Barcia)*

em obras de urbanização que tinha em curso <sup>(25)</sup>, liquidando integralmente o adiantamento, dentro do prazo do contrato.

\*

Por assim o entenderem os seus dirigentes, desde sempre que, ao Banco de Lisboa, para defesa dos bens que lhe estavam entregues e de que aqueles eram responsáveis, foi destinada uma força militar, constituída por um destacamento da Guarda Nacional. Essa medida não foi mais do que um reforço doutra guarnição que, para o mesmo local, já era enviada, com a missão de vigiar o edifício dos Paços do Concelho, porque aí se instalava a Junta do Depósito Público que arrecadava os valores que por lei deviam dar entrada nessa Repartição.

Já o primitivo regulamento administrativo, datado de 25 de Junho de 1822, dizia no seu número XI:

«A Direcção solicitará do Governo huma Guarda Militar da força que julgar bastante, pedindo ao mesmo tempo se recomende ás outras Guardas toda a actividade em auxiliar a do Banco, quando seja necessário.»

Compenetrados dos seus deveres, os representantes do Banco, logo em 18 de Julho, apresentaram-se a dirigir o seguinte officio ao Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, de seu nome Cândido José Xavier:

«A Direcção do Banco de Lisboa, tendo de começar a recepção dos Fundos no dia 22 do corrente, e precisando para isso de huma Guarda de Official Subalterno com a força de vinte soldados, incluindo na mesma a que costuma vir para o Depozito Publico, que bem possa guardar dois Estabelecimentos de tanta ponderação, roga a V. Ex.<sup>a</sup>, haja de levar ao conhecimento de S. Magestade que no mencionado dia 22, he de necessidade que a guarda se ache no Edificio em que

<sup>(25)</sup> *Casas da Câmara de Lisboa*, págs. 126 e segs. — *Ruas de Lisboa*, vol. II, págs. 72 e segs. — *Lisboa Antiga*, vol. X, págs. 77 e segs.

está o Banco (ao Pelourinho) para que o mesmo Senhor à vista do expedido se digne ordenar o que for do seu Real Agrado. D.<sup>a</sup> G.<sup>o</sup> a V. Ex.<sup>a</sup> m.<sup>os</sup> anos.»

No mês seguinte, nas vésperas do início das operações, e ainda fundamentado no seu regulamento, o Banco pediu igualmente à entidade já citada, que superintendia nos serviços militares, que se dignasse «fazer expedir as Ordens necessárias às mais Guardas para que dêem auxilio à do Banco no cazo (não esperado) de assim ser necessário».

Nesses tempos de política efervescente, com frequente alteração da ordem pública, nem sempre os poderes militares tiveram possibilidades de ir ao encontro dos interesses do Banco — que já bem ligados estavam aos da Nação —, como se deduz da Ordem do dia apresentada à Direcção em 17 de Julho de 1833, pelo comandante da Guarda do Banco.

Nesse documento, expedido do Quartel General da Rua do Quelhas, o General visconde do Pezo da Régua transmitia as ordens do marechal do Exército Duque do Cadaval, e por elas ficava a Guarda do Banco reduzida a «hum Patroilha de hum Inferior, hum cabo, e 9 soldados, destacados da Guarda do Erário, ficando a execução do serviço à responsabilidade do Sr. Official Comandante desta Guarda». Dizia-se mais: «Os referidos nove soldados fornecem tres effectivas sentinellas, Armas, Pateo, e a do interior, que vigia as Portas e Livro do Deposito; e quando o Porteiro do Deposito pedir a Sentinella, que lhe dá auxilio, he a do Pateo, que sobe para o lugar do costume, tornando-se neste cazo a Sentinella das Armas rondante, para tomar cuidado nas Letras da porta do Banco, e nos mais deveres da dita Sentinella, o que cessa de fazer iogo que o Porteiro se retira, e retorna a seu posto a dita Sentinella do Pateo».

Não se confirmou o Banco com tais determinações e, três dias depois, por intermédio do ministro da Fazenda, representou a Sua Magestade pedindo a revogação daquela determinação, cujas instruções, «não só alterão e diminuem o numero das Sentinellas estabelecidas e indispensaveis para a segurança do Banco; mas que até lhe deixa a descoberto alguns locaes, que até aqui se tem julgado de necessaria vigia».

O marquês de Fronteira, referindo-se ao Corpo de Voluntários Reais do Comércio de Lisboa <sup>(56)</sup>, que chegou a comandar, e do qual deixou um caloroso elogio, deve explicar, ou antes, justificar medidas, que tanto inquietaram os directores do Banco de Lisboa, quando diz que «a guarda da capital, tanto na época das linhas de Torres Vedras, como em 1823 quando o Corpo ficou só em Lisboa, sabendo manter a ordem publica e impedindo a anarquia e a desordem, como em 1833 quando todos os Corpos correram a defender as linhas de Lisboa dos ataques do Marechal Bourmont, época em que o mesmo Corpo se distinguiu, fazendo a guarda do Real Palácio e dos estabelecimentos publicos» <sup>(57)</sup>.

A Direcção do Banco, sempre zelosa pela segurança dos bens próprios e alheios, de que era responsável, e porque lhe causava apreensões a diminuta guarda, não perdia o contacto com o official da Guarda, expedindo instruções como esta: «que desde o anoitecer tenha sempre o portão de ferro fechado, o mesmo de dia (no caso não esperado) de observar qualquer motim na proximidade do Edificio, esperando a Direcção que da parte da Guarda haja a maior vigilancia a este respeito» <sup>(58)</sup>.

O Banco nunca desistiu de ver a recomposição da Guarda do Banco. E, paralelamente às providências já enunciadas, chamava a atenção do visconde de Reguengo <sup>(59)</sup>, tenente-general comandante da 1.<sup>a</sup> Divisão Militar, para a especial função do Banco emissor e para as «circunstancias criticas» em que se vivia, e assim obteve cabal satisfação dos seus desejos, passando a força a ser constituída por 29 praças.

Simultaneamente, solicitava autorização para «recorrer em caso de necessidade a qualquer corpo de Guarda, e a qualquer cidadão armado de 1.<sup>a</sup> linha, de Guarda Nacional ou Municipal, ordenando que toda e qualquer das Autoridades, a quem a mesma Direcção recorrer, preste ao Banco todo o auxilio que lhe for possível».

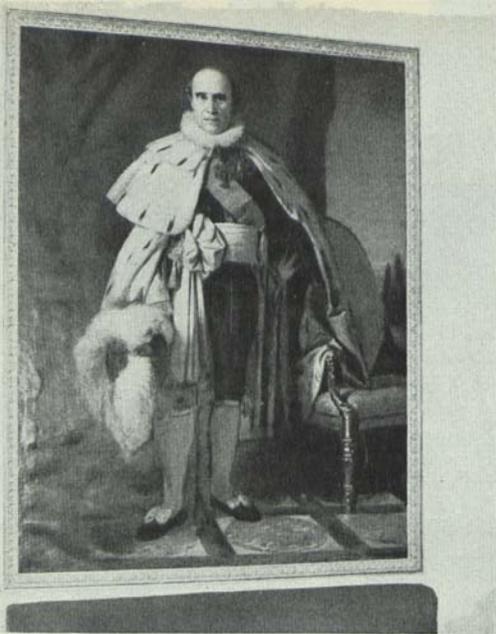
E, não satisfeita, a Direcção ainda conseguiu que os empregados do Banco, em numero de 17,

<sup>(56)</sup> Criado em 28 de Dezembro de 1808. A sua existência foi entrecortada por várias dissoluções e reorganizações, até à sua extinção definitiva em 14 de Maio de 1853.

<sup>(57)</sup> *Memórias*, vol. IV, pág. 338.

<sup>(58)</sup> Transmittida em 22 de Agosto de 1837 e renovada em 14 de Agosto de 1840 e 9 de Maio de 1845.

<sup>(59)</sup> Accionista da Companhia «Confiança».



*Retrato do Conde de Porto Covo de Bandeira,  
Presidente da Direcção do Banco de Lisboa*

pertencentes aos diversos corpos da Guarda Nacional, fossem considerados como agregados à guarda permanente, para «que vigiem o mesmo Estabelecimento de dia, e de noite, a fim de se darem a tempo as providências que algum caso imprevisto possa reclamar».

Este regime teve início em 25 de Agosto de 1837, sendo o respectivo comando entregue ao tenente do 11.º Batalhão, Augusto da Costa Cordon, um dos empregados do Banco, tendo-se feito expedir a seguinte ordem de serviço: «A Direcção do Banco de Lisboa, em conformidade com as ordens de S. Ex.<sup>a</sup> o General da Provincia, determina que todos os Empregados deste Estabelecimento que pertencem à Guarda Nacional, se apresentem armados, e promptos às cinco horas do dia de hoje, para tomar posse da Guarda do mesmo Banco debaixo do comando do Tenente Augusto da Costa Cordon».

Em compensação, os referidos empregados ficaram isentos da prestação de quaisquer outros serviços militares, como já o haviam sido de tomar parte em paradas, quando estas se realizassem em dias úteis de trabalho.

A força militar chegou a ser constituída por 40 homens, e, em 1838, pretendeu o visconde de

Reguengo, Comandante da 1.ª Divisão Militar (quartel na Calçada das Necessidades), transferir para os Paços do Concelho a Guarda Principal do Terreiro do Paço, composta de 80 baionetas, o que não chegou a efectivar-se, por a Direcção do Banco ter demonstrado a impossibilidade de acomodar nas escassas instalações de que dispunha para o efeito, tão elevado número de praças.

Para auxiliar a composição deste quadro, em que figura a força militar ao serviço do Banco de Lisboa, julgamos útil mencionar as instruções para a Guarda do Banco de Lisboa, transmitidas em 9 de Maio de 1845 ao Comandante da 1.ª Divisão Militar, Conde da Ponte de Santa Maria, e previamente combinadas com o oficial do Estado Maior enviado a conferenciar com a Direcção do Banco:

«Esta Guarda tem a postar duas sentinellas durante o dia e tres durante a noite pela maneira e com as obrigações abaixo especificadas. — A saber:

A 1.ª sentinella á porta do Edificio hé permanente de dia e noite e vigia pela segurança do mesmo e pela das armas da Guarda.

A 2.ª sentinella á porta da escada do Edificio hé postada de dia em quanto o Banco está aberto, com o fim de auxiliar o porteiro do mesmo quando este o requerer, conservando o pateo em accio, e não consentindo que se vertão aguas fora do lugar para isso destinado.

A 3.ª sentinella deve ser postada ao anoitecer e conservada até amanhecer na esquina da Rua dos Capelistas e vigiará o Estabelecimento por aquelle lado do Edificio não permitindo que junto a elle se demóre o publico, evitando o arrombamento de portas ou janellas, e dando signal ao corpo da guarda de qualquer incendio que possa ocorrer.

A 4.ª sentinella que deve ser postada também ao anoitecer e conservada até amanhecer na Rua do Arsenal em frente do meio do Edificio do Banco tem obrigações iguaes ás da Sentinella da Rua dos Capelistas, e uma e outra se auxiliarão mutuamente na sua constante vegilia» (60).

O quarto do official da guarda — como salta dum officio de 15 de Fevereiro de 1828, dirigido pelo Banco ao Intendente Fiscal das Obras Públicas,

(60) Já em 14 de Outubro de 1840, sendo Comandante da 1.ª Divisão o Conde de Avilez, tinham sido fixadas idénticas instruções.

brigadeiro Francisco António Raposo, que pretendia se fizesse uma mudança, com a qual a Direcção não concordou — ficava situado à entrada do edifício, porque assim convinha ao Estabelecimento.

Um escritor contemporâneo refere-se a tal compartimento, que classifica de «escuro e taciturno», e dá conta de um jantar «profuso e rico, digno duma sala», que o comandante da guarda, em 9 de Fevereiro de 1836, ofereceu a cinco dos seus amigos <sup>(61)</sup>, o que leva a crer que os oficiais a quem competia prestar esse serviço, faziam o possível por amenizar as intermináveis noites em que aí estavam retidos, ao serviço do Banco e da manutenção da ordem.

★

Quando se deu o incêndio dos Paços do Concelho, já o serviço de segurança do Banco de Portugal estava a cargo da Guarda Municipal, que teve a sua formação em 1834 <sup>(62)</sup>, confiando-se-lhe as funções que estavam entregues à extinta Guarda Real de Polícia <sup>(63)</sup> na defesa do trono e da ordem. A Guarda Nacional fora dissolvida em 1846, em consequência da revolução da «Maria da Fonte» <sup>(64)</sup>.

Por carência de elementos, não nos foi possível concretizar até que data a vigilância do Banco de Lisboa esteve a cargo da Guarda Nacional — um Corpo Militar de natureza política, que por isso mesmo, durante a sua existência, sofreu várias remodelações ou reorganizações — e, consequentemente, é muito provável que outros regimentos tivessem sido destacados para esse serviço, antes dele ser entregue à novel Guarda Municipal.

Após a sinistra ocorrência a que nos referimos acima, as sentinelas destacaram-se-iam da Casa da Guarda Principal do Terreiro do Paço, que tinha por missão fornecer patrulhamento e destacar sentinelas para os vários edifícios públicos do Terreiro

do Paço, e que, bastante mais tarde, aí por 1920-1921 — segundo parece — se instalou na Rua dos Capelistas, nos compartimentos que, depois, o Estado cedeu à Caixa Económica Portuguesa. E sabe-se que, em 1893, quando o Banco de Portugal adquiriu o 2.º prédio situado nessa Rua, a sua Direcção destinou as lojas n.ºs 162 e 164 para o posto da mesma guarda <sup>(65)</sup>, que chegou a transitar para os n.ºs 166 e 168, e de lá saiu para dar lugar à 4.ª Esquadra da Polícia Civil. Depois do advento da República, este Corpo de Segurança sofreu importante reforma, passando a designar-se «Corpo de Polícia Cívica», e aquela Esquadra tomou o n.º 2. Por sua vez, a Guarda Principal do Terreiro do Paço foi transferida para a Rua Henriques Nogueira, donde saiu em 1935, sendo substituída pela 2.ª Esquadra da Polícia, que deixara em 1932, as dependências do Banco, que delas carecia em absoluto <sup>(66)</sup>. E, da guarda do Ministério do Interior, vieram a ser incumbidos os elementos dessa Esquadra.

★

Quanto a segurança pública, os tempos mudaram muito, a partir dos meados do século passado. O País entrou numa grande normalidade. Os lares ficaram melhor defendidos e os transeuntes adquiriram maior confiança. A polícia foi reorganizada em 1867 <sup>(67)</sup>, dotando-se a Guarda Municipal de maior força e as tropas de linha passaram a ter maior eficiência. A desnecessidade duma apertada e rigorosa vigilância junto dos edifícios públicos e privados, mormente daqueles onde se guardam os réditos públicos e as fortunas dos particulares, acentuou-se no primeiro quartel deste século.

Deste modo, à porta principal do Banco de Portugal — o n.º 148 da Rua do Comércio — deixou de ver-se o guarda de serviço, junto da sua guarita de madeira. Primeiro, era um soldado da Guarda Municipal, e, a partir de 1910, foi uma praça da Guarda Nacional Republicana <sup>(68)</sup>, mera tradição que vinha dos inquietos tempos em que se fundou o Banco de Lisboa.

<sup>(61)</sup> *Apontamentos da vida de um homem obscuro*, por Francisco José de Almeida, pág. 259.

<sup>(62)</sup> Decreto de 3 de Julho.

<sup>(63)</sup> Em 26 de Maio de 1834.

<sup>(64)</sup> Decreto de 7 de Outubro — A esse Corpo do exército fez o Marquês de Fronteira vários comentários, que têm algum interesse (*Memórias*, vol. I, págs. 268-308; III, 133-293 e IV, 120-122). Publicou-se um número único (29 de Janeiro de 1837), do jornal órgão da Corporação, *A Guarda Nacional de Lisboa*.

<sup>(65)</sup> Relatório e contas da gerência de 1893.

<sup>(66)</sup> *Subsídios para a história da localização das Esquadras de Polícia de Lisboa*, pelo Tenente Armando Vitorino Ribeiro. A 2.ª Esquadra da Polícia de Segurança Pública de Lisboa e o local onde hoje se encontra instalada, pelo mesmo.

<sup>(67)</sup> Lei de 2 de Julho.

<sup>(68)</sup> Decretos de 29 de Outubro de 1910 e 3 de Abril e 3 de Maio de 1911.

Nos dias da revolução de Outubro de 1910, a guarda do Banco esteve substituída por civis e marinheiros, armados de carabina, acontecimento que causou estupefação pública e de que deram testemunho os jornais e ilustrações da época.



Como modesta achega para a «História da Gravura em Portugal», e porque o distinto escritor António Gomes da Rocha Madahil<sup>(68)</sup>, já muito se referiu a artistas gravadores ao serviço dos Bancos emissores, vamos anotar duas palavras dedicadas aos artistas que intervieram na produção das primeiras notas do Banco de Lisboa, às quais a sua direcção se referiu com satisfação, pela forma como o público acolheu tais títulos fiduciários e pelas dificuldades que os mesmos viriam a oferecer na sua pretensa imitação.

O artista preferido para o desenho foi Domingos António de Sequeira e abriu as respectivas chapas o gravador Francisco de Borja Freire. Quanto ao primeiro, esta revelação constitui uma nota inédita a juntar à biografia do pintor ilustre, de que tantos homens de letras, críticos e coleccionadores de Arte se têm ocupado.

Dois artistas de grande valor, naturais de Lisboa. O primeiro, filho de gente pobre — seu pai era pescador — nasceu em Belém em 1768 e faleceu em Roma em 1837. E o seu colaborador, 22 anos mais novo, também de origem modesta, morreu em 1869 na situação de reformado da Casa da Moeda, para onde entrou como praticante de abridor em 1814, desempenhando desde 1842 o primeiro lugar nessa difícil arte.

Domingos António de Sequeira, «o mais representativo artista português na primeira metade do século XIX», incumbido em 1813 de desenhar e dirigir o labor da sumptuosa baixela de prata que os governadores do Reino ofereceram ao Duque de Wellington<sup>(69)</sup>, não dispensou, como lavrante, o concurso de Borja Freire, tendo conseguido da Regência uma ordem para a direcção

da Casa da Moeda, para que dispensasse o artista, a fim de poder ultimar a maravilhosa obra, que hoje faz parte do Museu Vitória e Alberto, de Londres. Os desenhos guardam-se no nosso Museu Nacional de Arte Antiga<sup>(71)</sup>. É geralmente conhecida a biografia de Domingos Sequeira, a quem Raczyński chamou «Rembrandt do claro escuro» e que em 1802 recebeu a nomeação régia de pintor da Câmara e Corte. São inúmeras as suas produções de pintura e desenho, espalhadas pelo nosso País e estrangeiro, onde deixou um nome que ficou através dos tempos. Quanto a Borja Freire, podemos acrescentar que foi aluno da escola de desenho e gravura do Arsenal Real do Exército, ao mesmo tempo que praticava na ourivesaria de seu pai; frequentou as aulas de física e de química do Real Laboratório da Moeda; esteve em Londres em 1836 e em 1852, por conta da Casa da Moeda, primeiro para se aperfeiçoar no desenho e na arte de abrir em metais e depois para estudar o processo de impressão de selos; gravou o primeiro selo do correio português, trabalho que lhe grangeou grande conceito, suportando o confronto com os poucos selos estrangeiros que então eram conhecidos; foi gravador de moedas, medalhas e outros selos; e era Cavaleiro da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa. A sua fortuna, que era apreciável, deixou-a a estabelecimentos de caridade e assistência<sup>(72)</sup>.

É de crer que a honrosa intervenção de Domingos António de Sequeira se deva ao seu amigo Pedro de Sousa, alferes da 5.<sup>a</sup> Companhia do Regimento de Cavalaria do Comércio de Lisboa<sup>(73)</sup>. Tendo-se inscrito ambos no mesmo dia como accionistas do Banco de Lisboa, em Pedro de Sousa recaiu a eleição para director, mas só da primeira gerência fez parte, porque, após os acontecimentos políticos de Maio de 1823, emigrou para Londres.

(68) Terminada a execução em 1816. A sua história está descrita, em minucioso detalhe, pelo marquês de Sousa Holstein (*Artes e Letras*, vol. IV, págs. 70/1). O Dr. José de Figueiredo escreveu que essa baixela foi realizada por cópia de modelos em barro, trabalho de Machado de Castro (*A Baixela Germã*, pág. 5).

(69) *100 anos do Selo do Correio Português*, por Godofredo Ferreira, págs. 127 e segs.

(70) Alistou-se como furiel, quando foi criado o Corpo de Voluntários Reais do Comércio de Lisboa (28 de Dezembro de 1808).

(68) *Integração do Gravador António Pais Ferreira, Abridor e Desenhador de Ex-libris, na tradição nacional da Gravura Artística* (Separata de *A Arte do Ex-libris*. Boletim da Associação Portuense de Ex-libris).

(69) É do mesmo artista a *gouache* a cores «Apotheose a Lord Wellington».

Antes de Setembro do ano posterior já vivia em Paris, na maior intimidade com o grande pintor, que aí retratou o amigo, em desenho, óleo e litografia. No fim de Julho de 1825 partiram ambos para Roma, onde Sequeira continuou a viver até aos seus últimos dias (1837); e Pedro de Sousa, seguindo para Paris em fins de Maio de 1826, regressava a Lisboa em Julho do ano seguinte.

Domingos Sequeira, nas suas cartas para o cunhado, João Baptista Verde, estabelecido com loja de ferragens na Rua do Arsenal, n.º 26, que hoje tem o n.º 116, referia-se ao «nosso honrado Pedro de Souza», a quem a filha do pintor chamava «o meu *petit Titi* cá de Paris».

Outra ilustre personagem, também com funções electivas no Banco de Lisboa, se ligou pela amizade a Domingos Sequeira, de quem foi senhorio quando o artista morou na Calçada do Arroz, hoje Calçada do Ferragial. Foi José Inácio de Andrade (<sup>74</sup>), sargento-mor do Corpo de Voluntários Reais do Comércio de Lisboa, igualmente dedicado à causa liberal e presidente da Câmara de Lisboa. Entregou-se desde novo à vida comercial e marítima, e, como capitão de navios, realizou diferentes viagens ao Oriente, que se recordam nas suas *Cartas escritas da Índia e da China nos anos de 1815 a 1835*, de entre as quais há várias endereçadas a Sequeira, para Roma (<sup>75</sup>). No Banco de Lisboa pertenceu à Comissão de Contas do ano de 1845, e, no Banco de Portugal, entrou na Comissão Fiscal de 1847 e 1849 e fez parte da sua direcção de 1851 a 1861.

Também trabalhou para o Banco de Lisboa, Gregório Francisco de Queirós—considerado «o maior artista português na arte de abridor», produzindo alguns desenhos de notas.

A sua obra gravada é vasta e variada, como diz, com a sua reconhecida autoridade, o mestre competentíssimo, Senhor Ernesto Soares, que do artista deu uma extensa resenha histórica, seguida da lista dos seus numerosos trabalhos (<sup>76</sup>). Encon-

trou-se com Domingos António Sequeira em Londres, tornaram-se amigos, retrataram-se mutuamente e vieram a trabalhar em conjunto. A gravura de *A Sopa dos Pobres*, de extensa vulgarização, e que aquele notável artista desenhou, também é devida à autoria de Queirós.

Gregório Francisco de Queirós, foi primeiramente discípulo da Aula Régia de Gravura, dirigida por Carneiro da Silva, e mais tarde da de gravura a água-forte de Jerónimo de Barros Ferreira, tendo sido mestre na Aula de Desenho, gravura e escultura, da direcção de Duarte José Fava. Em Londres, tendo recebido lições de Francisco Bartolozzi, substituiu este, por sua morte, em 1815, como Mestre de Desenho e Gravura, na Aula de Gravura da Imprensa Régia. Usou também os nomes de Gregório Francisco de Assis, Gregório Francisco de Assis Gonella e Gregório Francisco de Assis Queirós e obteve carta de nomeação de Cavaleiro da Ordem de Cristo, com isenção nas provanças. Nasceu a 4 de Janeiro de 1768, na casa de seus pais, à Rua do Poço dos Negros, e faleceu a 29 de Março de 1845, na sua residência na Rua da Madre de Deus, n.º 45, no estado de casado, tendo deixado um filho de nome Gregório José de Queirós.

Como não obtivesse a tempo a satisfação da encomenda da indispensável máquina de estampar — um tórculo que mandara fazer a Jacob Bernardo Haas — a Direcção do Banco recorreu à Imprensa Nacional, por intermédio da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, para o empréstimo temporário de uma prensa de igual tipo, obra do mesmo fabricante, que ali se encontrava fora de uso e já servira na oficina de Bartolozzi, o grande gravador florentino que trabalhou muitos anos em Portugal, e foi em 1802 contratado por D. Rodrigo de Sousa Coutinho, como mestre de gravadores da Imprensa Régia, e aqui faleceu em 1815.

Quer dizer, as primeiras notas do Banco de Lisboa foram estampadas no tórculo daquelas Oficinas do Estado, visto o mesmo só ter sido restituído em 13 de Agosto de 1822, por envio directo ao respectivo director, quando o Banco já estava de posse da máquina encomendada, que importou em Réis 408\$000.

(<sup>74</sup>) Cartas do pintor Sequeira, da filha e do genro depois da emigração de 1823, publicadas por Luís Xavier da Costa. Prefácio do mesmo, no *Catálogo da Exposição de desenhos de Domingos António de Sequeira* no Museu das Janelas Verdes, em Agosto de 1939.

(<sup>75</sup>) O 1.º volume reproduz um retrato do autor feito por Sequeira.

(<sup>76</sup>) *História da Gravura Artística em Portugal*, vol. II — Gregório Francisco de Queirós — gravador em metal — A sua vida e a sua obra.

O antigo tórculo da Imprensa Nacional ainda hoje serve na oficina de litografia. Possui as iniciais do fabricante — J. B. H. — e é todo de madeira. Tem dois cilindros, que trabalham no sentido de calandra, intercalando uma prancheta sobre a qual se coloca a chapa de cobre gravada, da qual se pretende tirar provas.

Jacob Bernardo Haas, de nacionalidade alemã, era considerado um hábil artista e maquinista. Foi o primeiro mestre da fábrica e oficina de instrumentos matemáticos e meteorológicos, instalada na Cordoaria Nacional em 1813, no ano de 1862 transferida para o Arsenal de Marinha, ocupando o pavimento superior do edifício da Escola Naval e que em 1884 passou para uma casa no terraço da Sala do Risco.

O primitivo mestre foi substituído por um seu parente, de nome João Frederico Haas, que em 1851 ainda se mantinha no lugar <sup>(77)</sup>.

Entre os seus descendentes, teve destaque a escritora D. Maria Eugénia Haas da Costa Ramos, profundamente culta e conhecedora de vários idiomas, que deixou alguns livros de sua autoria e artigos publicados em vários jornais e revistas, com os pseudónimos *Mimi Haas* e *Diana de Lis*. A cidade de Évora, donde era natural, homenageou a sua memória com uma sessão solene e deu o seu nome literário a uma das melhores artérias. Nasceu em 1892 e faleceu em 1930.

★

Também nos parece de interesse a transcrição do seguinte «Auto de juramento à Carta Constitucional, Decretada e Dada pelo Snr. D. Pedro IV, para os Reinos de Portugal, Algarves, e seus Domínios, em 29 d'Abri! de 1826», prestado pela Direcção e Empregados do Banco de Lisboa:

«Aos dois de Agosto de mil oito centos e vinte seis, tendo-se recebido hum Officio do Presidente da Assembleia Geral do Banco de Lisboa Marino Miguel Franzini, dirigido ao Presidente da Direcção Geral do mesmo Banco, para que fosse prestar na Secretaria da mesma Assembleia Geral

o Juramento á Carta Constitucional, na conformidade do que prescreve o Programa, tendo elle prestado o mesmo Juramento nas Mãos da Serenissima Senhora Infanta D. Isabel Maria, na qualidade de Presidente da Assembleia Geral do Banco, para o que tinha sido chamado por Aviso da Secretaria d'Estado dos Negocios do Reino de 21 do sobredito mez: Não estando presente o Presidente da mesma Direcção do Banco, foi o Director Manoel Alves do Rio prestar o mesmo Juramento á Secretaria da Assembleia Geral, para depois o defferir á Direcção Geral e aos mais Empregados no Banco, em conformidade do mesmo Programma. Em consequência os abaixo assignados Directores, e mais Empregados no Banco de Lisboa, pondo as suas Mãos em o Missal, fizeram o seu Juramento na forma seguinte = Juro cumprir e guardar a Carta Constitucional, Decretada e Dada pelo Senhor Dom Pedro IV em 29 de Abril de 1826 para os Reinos de Portugal e Algarves, e seus Domínios, tão inteira e fielmente, como nella se contem, e são os seguintes. = Os Directores—Antonio Francisco d'Oliveira Duarte — Jozé Antonio de Sequeira Nobre — Fernando Jose da Silva—Henrique Nunes Cardozo—João Jose Dias Costa — João da Matta Rebello — e José Joaquim Cordeiro — José Silvestre d'Andrade, primeiro Guarda Livros e Secretario—João Gomes da Costa <sup>(78)</sup>, Thesoureiro Geral — Joaquim Dally — Marcolino de Freitas Tavares — Jose Ventura — Felix da Costa Pinto, segundo Guarda Livros e Vice Secretario <sup>(79)</sup> — Augusto da Costa Cordon — Deziderio Joaquim d'Oliveira — Joaquim José de Souza, Caixeiro — João Francisco d'Azevedo e Silva — Paulo Luiz de Carvalho — Antonio Peregrino Madeira — João Climaco da Silveira — Luiz Manoel Gonsalves Vianna, primeiro Fiel e Ajudante do Thesoureiro Geral — José dos Santos Bello — Antonio Rodrigues Grillo — António Jose Vieira da Silva —

<sup>(78)</sup> O primeiro tesoureiro do Banco de Lisboa tornou-se proprietário do Convento de Santo António da Convallescença, de que o proficuo investigador Sr. Godofredo Ferreira escreveu um interessante estudo, em que se refere muito detalhadamente a João Gomes da Costa.

<sup>(79)</sup> Foi director do Banco de Portugal. O seu antecessor, Carlos Morato Roma, occupou na Sociedade e nos meios económicos e financeiros, uma posição de alto destaque. Fez parte da Mesa da Assembleia Geral e da Commissão do Exame de Contas do Banco de Lisboa e foi director-substituto do Banco de Portugal.

<sup>(77)</sup> *História dos estabelecimentos científicos, literários e artísticos de Portugal nos successivos reinados da Monarquia*, por José Silvestre Ribeiro, vol. XIV, pág. 324. *Catálogo official dos objectos enviados à Exposição Industrial Portuguesa em 1888*, por José Cândido Correia, pág. 193.

João Jeremias Layd — Felix Nicolau Calleya — Antonio José Leitão — Francisco Jose de Freitas Rego — José Martins da Rocha — Angelo Calleya — João Martins da Rocha — Manoel Luiz Rebello — Joaquim Ignacio de Souza — José Maria Rodrigues — Francisco d'Assumpção — Manoel de Miranda — João Antonio d'Almeida = Aos quacs todos defferi o Juramento na forma declarada, mandando fazer o presente Termo, para assim constar. E eu José Silvestre d'Andrade, Secretario o subscrevi — (Assignado) Manoel Alves do Rio.»

Numa das «Sallas das Casas do Senado da Câmara» teve lugar, em 1 de Março de 1822, a primeira sessão, em que se elegeu a Mesa da Assembleia Geral que havia de dirigir os trabalhos de eleição da futura Direcção, e, em 1 de Julho seguinte, o presidente daquele Corpo Social, «conferiu o juramento dos Santos Evangelhos aos Presidentes da Direcção, Directores, e Substitutos,

para que elles administrassem os fundos do Banco como melhor entendessem segundo suas consciencias, promovendo os interesses communs d'elle sem contemplação de pessoa alguma; cumprindo, e fazendo observar as Leis, e disposições do Regulamento, assim como todas as mais d'Assemblea Geral»:

A Direcção ficou assim constituída:

Barão de Porto Covo de Bandeira — Presidente  
António Esteves Costa (Visconde das Picôas)  
Manuel Gonçalves Pereira  
José Bento de Araújo  
Jacinto José Dias de Carvalho  
João Rufino Alves Bastos  
Pedro de Sousa  
António Francisco Machado  
José Diogo de Bastos — Substituto  
Manuel Emygdio da Silva — Substituto

*O edificio dos Paços do Concelho dominado pelo incêndio de 19 de Novembro de 1863  
(Grav. do «Arquivo Pitoreco»)*





## O SENADO DA CÂMARA E OS SEUS PRESIDENTES

(CONTINUAÇÃO DO NÚMERO ANTERIOR)

POR FERREIRA DE ANDRADE

PAULO DE CARVALHO E MENDONÇA

1764-1769

Um outro irmão de Sebastião José de Carvalho e Melo passa a ocupar lugar de destacado relevo na gerência da administração pública.

Reduzida, quase, a uma simples repartição da Secretaria do Reino e, mesmo, da Secretaria da

Marinha e Ultramar — de cujos titulares emanavam, como nos temos referido, os «avisos» — o Senado readquiriria as suas funções, embora dentro dos limites que a preponderância do Conde de Oeiras determinava.

A 18 de Setembro de 1764 é nomeado para a presidência Paulo de Carvalho e Mendonça. Da vereação transitaram os dois únicos vereadores, então existentes, Carlos Pery de Linde e Manuel Campos e Sousa.

A carta régia de nomeação (1) é concebida nos seguintes termos:

«D. José, por graça de Deus, rei de Portugal e dos Algarves, etc. Faço saber aos que esta minha carta virem, que, tendo consideração às qualidades, merecimentos e mais circunstâncias que concorrem na pessoa de Paulo de Carvalho e Mendonça, do meu conselho e do da rainha, minha sobre todas muito amada e prezada mulher, vedor da sua real fazenda e estado e presidente do seu conselho, prelado da santa igreja de Lisboa, provedor e administrador das capelas dos Senhores reis D. Afonso IV, D. Brites e D. Catarina e do infante D. Luís, do conselho geral do santo officio, commissario geral apostolico da bula da Cruzada e dom prior da insigne e real collegiada de Guimarães, e pela grande satisfação com que se emprega no meu real serviço, hei por bem e me praz fazer-lhe mercê do cargo de presidente do Senado da Camara e governo da cidade de Lisboa, por tempo de tres anos, com jurisdição, preeminencias, privilégios, prerrogativas, liberdades e franquezas que pelo dito cargo lhe pertencem e são concedidas; com declaração que, sobre as materias de que se houver de dar contas tocantes ao Governo da Camara e causas que concorrem pelo tribunal dela, se me façam papeis ou consultas que se me enviarão na forma em que o fazem os mais tribunais, por ser isto o que mais convem ao meu serviço e ao bom governo da mesma cidade. E por esta o hei por metido de posse do dito governo e cargo, para o servir de baixo do juramento que já tem dado na minha chancelaria, e mando aos vereadores do Senado da Camara, procuradores da cidade de Lisboa, e procuradores dos mesteres dela e mais ministros e officiaes de quem ele, como presidente, é superior, que o hajam por provido por mim no referido emprego, para o servir conforme o regimento; e vencerá o ordenado, proes e precalços que directamente lhe pertencerem...» (2).

(1) Livro *Carnezim*, fls. 224 v. e 225 v.

(2) Despacho do Senado exarado neste documento: Cumpra-se e registre-se — Mesa, 24 de Setembro de 1764 — com duas rubricas dos ministros vereadores — Bravo — Bento Rodrigues Chaves — Jacinto José Ferreira — Mateus dos Santos — António José Pessanha Coutinho.

O primeiro «assento» do Senado em que figura o nome de Paulo de Carvalho e Mendonça, é de 16 de Outubro (Livro *XXIII de Assentos*, fl. 115) e a primeira assinatura consta do mesmo livro a fls. 115.

No dia immediato à nomeação do novo presidente da Camara foram exonerados dos cargos de «comissarios e inspectores» o Dr. António Velho de Corte e António de Brito Freire.

A Câmara entrara na normalidade administrativa. Desde então — é curioso o facto — toda a correspondência entre Câmara e Governo transitava através dos três filhos de Manuel de Carvalho e Ataíde.

No início do ano immediato, uma nova orgânica era imposta, porém, ao regime da nomeação vitalícia dos vereadores. O preâmbulo do alvará de 2 de Janeiro de 1765 salienta claramente a vantagem de uma substituição temporária da edilidade olisiponense. De facto, a vitalidade desses lugares, transformando os vereadores em verdadeiros funcionários da administração municipal, acarretava, por vezes, embaraços à orientação dos presidentes. Lê-se no introito deste documento (3): «porquanto se tem manifestado por uma sucessiva e longa experiência, os grandes e notórios prejuízos que ao bem comum da cidade de Lisboa se seguiram de se haverem feito vitalícios os lugares de vereadores do Senado da Câmara dela, contra as sólidas razões da utilidade pública, em que se estabeleceu a universal observância de serem anuais os ditos lugares em todas as outras cidades e vilas dos meus domínios, de tal sorte que as reconduções dos mesmos vereadores foram sempre e são actualmente proibidas, como nocivas aos povos, para cujo benefício foram creados os sobreditos lugares. . .».

O mesmo alvará designa para entrarem em exercicio desde logo, como vereadores, «os quatro desembargadores do numero da casa da suplicação, que nela se acham mais modernos».



São bastante limitadas as biografias de Paulo de Carvalho e Mendonça. Pouco se sabe da sua personalidade e da sua actividade eclesiástica. Da sua acção administrativa, ao longo dos cinco anos do seu governo, falamos vagamente alguns documentos e o relato de um memorialista seu contemporâneo. Dificil é, no entanto, traçar-se

(3) *Col. de Leg. portuguesa*, de António Delgado da Silva, pág. 135.

uma resenha dos empreendimentos levados a efeito pelo Senado da sua presidência, tal a ingerência das directrizes governativas na orientação dos trabalhos de reconstrução e alargamento da cidade. E, se atendermos ainda à observação feita por Dumouriez — que, na sua obra *État présent du Royaume de Portugal en l'année de 1796* (\*) —, escreve ser Paulo de Carvalho e Mendonça «homem completamente dedicado a seu irmão a quem, ao mesmo tempo, teme e adora, devendo-lhe tudo o que é e sendo-lhe prodigiosamente inferior» — temos de concluir que toda a acção administrativa da cidade de Lisboa nesse período pós-terramoto, era exercida pelo pulso férreo do enérgico Conde de Oeiras.

Conta-nos José Gorani, na sua obra sobre Portugal (\*\*) un: episódio curioso a propósito da doença do Conde de Oeiras em 1765: «Não o deixavam entregue aos criados; a mulher, as filhas e o filho mais velho velaram-no, revezando-se. Francisco Xavier de Mendonça não podia perder a noite junto do irmão por causa dos achaques e o outro irmão, Paulo de Carvalho, era atreito por demais ao sono para que se lhe confiasse semelhante missão, pois muitas vezes, durante o dia, deixava-se dormir onde quer que estivesse, na igreja, na corte, no Conselho de Estado, na Inquisição, e não era, portanto, fácil que junto do irmão doente ele permanecesse acordado. . . ».



Antes de esboçarmos algumas notas sobre a reconstrução da cidade nestes cinco anos da gerência de Paulo de Carvalho e Mendonça, vejamos, segundo ainda testemunho do italiano José Gorani, qual o estado de Lisboa no primeiro ano em que é nomeado presidente do Senado o irmão do Conde de Oeiras:

«Lisboa vista do Tejo, a montante ou jusante do rio, induz a considerarem-se como bairros da cidade uma quantidade de lugares e de aldeias que lhe estão próximas, para o que contribui o terem-se feito, depois do terramoto de 1755, arruamentos nos espaços livres que ligam a cidade a estes lugares e aldeias. Mas, quando ali

vastos bairros que não eram mais do que enormes montões de escombros de casas destruídas. Soube por viajantes que estiveram nesta cidade bastante residi (1765-1767), existiam no centro da cidade tempo depois de eu lá ter estanciado, que estes escombros desapareceram para dar lugar a bairros bem construídos e povoados».

Mais adiante e depois de nos descrever — segundo, decerto, depoimentos colhidos após a sua chegada a Lisboa — os efeitos do terramoto e de nos informar que durante a sua estadia nesta cidade «houve dezassete tremores de terra», escreve:

«Levando em linha de conta o tempo decorrido desde o desastre até à minha chegada a Lisboa, ao entrar nesta capital pareceu-me que não se haviam apressado muito a reconstruí-la. Só o Arsenal, o teatro e alguns outros edifícios públicos estavam reconstruídos. Mas a Alfândega ardera logo após (\*) a reconstrução e este incêndio motivou prejuízos quase tão grandes como os do terramoto». No entanto reconhece a causa da morosidade da reconstrução: «É preciso que o terramoto — esclarece — tivesse sido extremamente violento para que dez anos depois, quando cheguei a Lisboa, ainda nesta cidade existissem tantos escombros. Apesar do que já se havia construído e dos edifícios e casas que diariamente se iam construindo, numerosas ruas estavam ainda atravancadas de escombros. . . ».

E acrescenta: «Contudo, a pavimentação das ruas que estavam a ser construídas era muito boa e a cidade obtinha grande vantagem com a destruição das antigas ruelas e casas insalubres, porque agora se construíam novas ruas, largas, regulares, bem pavimentadas e ladeadas de passeios. Os novos prédios eram altos, uniformes e sólidos. . . ».

E Gorani prossegue: «O facto é que assim que pus pé nesta capital, verifiquei logo quão terríveis haviam sido os efeitos do terramoto e do fogo, porque mal desembarcado vi, na extensão de um quarto de légua, algumas ruas cujas casas de um lado e de outro estavam todas arruinadas, no mesmo estado em que ficaram em 1755. À direita e à esquerda vi estas ruínas, enquanto percorria a soberba rua *Augusta*, recentemente construída, mas ainda não completamente acabada. As ruas transversais não passavam de montões de escombros. . . ».

(\*) Pág. 222.

(\*\*) «Portugal, a corte e o País nos anos de 1765 a 1767», pág. 92, da tradução do Dr. Castelo Branco Chaves.

(\*) 31 de Maio de 1764.

Certo é que muitos dos deturpadores da obra de Sebastião José de Carvalho e Melo apontam como incúria, má administração ou inépcia a morosidade da reconstrução da cidade. Se, de facto, não houve aquela rapidez que seria de desejar, há, no entanto, que reconhecer a urgência das medidas tomadas, da concepção dos planos — estudos de uma tal magnitude a que o tempo não poderia de forma alguma impor prazos — a reedificação e início das obras das duas primeiras praças da cidade e da rua principal que as ligaria. Há, ainda, que transportar-nos ao tempo, à época, para reconhecer a penúria do erário público, a miséria orçamental do Senado. Podem os críticos exigentes, os historiadores imparciais, analisar em toda a sua extensão a grandiosa obra do estadista de D. José, trazer à superação erros e desmandos, arbitrariedades e crueldade mesmo, mas, temos de concordar, impossível é obscurecer o esforço extraordinário, o infatigável interesse, a sua obstinada vontade de reerguer Lisboa dos escombros. Mais ainda, de fazer renascer a velha Olisipo como uma cidade moderna, digna, embora sem exuberância de grandezas, que, conhecedor das possibilidades do Estado, nunca o Conde de Oeiras poderia ambicionar.

Não foram indiferentes ao estadista os seis anos passados em Londres e a sua estadia em Viena. A visão rasgada de urbanismo — que, decerto, influenciaria bastante os técnicos que o rodearam — recebera-a principalmente da metrópole do Tamisa.

Quase um século antes (1666) Londres sofrera os efeitos calamitosos de um pavoroso incêndio. Soerguera-se, alindada, de ruas largas, edifícios nobres e alinhados, perspectivas amplas, esgotos e passeios. A obra extraordinária de Sir Christopher Wren, não a esquecer a Conde de Oeiras. No seu espírito — observador arguto e subtil que era — recordava ainda, também, a grandiosidade da obra de reconstrução empreendida em 1714 pelo arquitecto Juvare na cidade de Turim, empreendimento admirável de concepção que espantara a Europa.

O seu dinamismo, o conhecimento profundo dos grandes problemas que se debatiam nas principais urbes por onde passara e vivera, foram factores primordiais que o impuzeram ao respeito e admiração dos seus técnicos, embora dotados estes de espantosos conhecimentos urbanísticos, de apu-

rada sensibilidade artística, de um conhecimento perfeito dos problemas principais da cidade mártir. Renovador, por temperamento irrequieto, soube, de facto, escolher um escol admirável de urbanistas.

Ao fim sòmente de dois meses e meio, Manuel da Maia apresenta, como atrás se salientou, o seu projecto, ou melhor, vários projectos, dos quais Sebastião José de Carvalho e Melo escolheu o que melhor, no seu entender de homem experimentado, se adequaria às possibilidades financeiras do erário e ia de encontro ao seu próprio desejo de seguir o exemplo das duas grandes reconstruções que mantinha presentes como admiráveis e salutareis lições de urbanismo.

Manuel da Maia e os técnicos que o seguiram souberam de facto aliar aos seus conhecimentos técnicos os conselhos do estadista, isto é: as lições que através de Sebastião de Carvalho e Melo receberam de Sir Christopher Wren e de Juvare.

Com razão, o saudoso mestre olisipógrafo Matos Sequeira filia o nosso estilo pombalino nas construções então feitas em Londres e em Turim (como Pierre Lavedan, na sua «Histoire de l'Urbanisme»).

Manuel da Maia, lembra o autor do *Carmo e a Trindade*, soube «traduzir em português, a arquitectura turina». Recorda as nossas mansardas e trazeiras, como influenciadas nos *lucarnos* de Turim e as arcadas do Terreiro do Paço, nas do Convent-Garden, como da reconstrução de Londres igualmente viera a ideia do sistema de esgotos, dos passeios, etc.

E todo esse plano, delineado por Manuel da Maia, que recebera a aprovação do inteligente Ministro, teria transformado, por completo, a ser realizado, inteiramente, o *facies* da cidade central, desde a Baixa a Campolide, enorme quadrilátero de linhas direitas, onde, aqui e além, se rasgariam amplas praças quadrangulares. Deste projecto, aproveitariam, mais tarde Rosa Araújo e Ressano Garcia.

★

Tanto Jácome Ratto como Frei Cláudio da Conceição falam-nos das obras executadas pelo Senado da Câmara da presidência de Paulo de Carvalho e Mendonça. Analisemo-las, uma a uma, cotejando a sua citação com os documentos que até nós chegaram. E bem poucos são, visto

muitos dos projectos não existirem na Câmara, por terem sido elaborados, como dissemos, pelos técnicos directamente subordinados ao Conde de Oeiras.

A primeira das obras apontadas é a do Terceiro Público.

Destruído pelo terramoto o velho edifício, apropriado para a *vendagem de pão e fangas da farinha*, houve que erguer-se «uma casa competente, na qual o comércio do pão tivesse segura guarda e pronta expedição».

A Câmara solicita, a pedido da Casa dos Vinte e Quatro, autorização para empregar na obra «o produto das corridas de touros». A respectiva consulta, de 4 de Maio de 1765 (?), teve a aprovação régia, havendo então o Senado dado início, no Campo da Lã (\*), a uma nova edificação, inaugurada em Janeiro de 1767. Nela foram aproveitadas, para os quatro portais, a pedraria da destruída Igreja da Patriarcal, assim como o próprio portal foi igualmente utilizado na frontaria da Igreja de S. Domingos.

Cláudio da Conceição (°) dá-nos a leitura da inscrição ainda existente em 1830, no frontispício do prédio:

JOSEPH. I  
AUGUSTO INVICTO PIO  
REY E PAY CLEMENTISSIMO  
DOS SEUS VASSALLOS  
PARA ASSEGURAR ABUNDANCIA DE PÃO  
AOS MORADORES DA SUA NOBRE E LEAL CIDA-  
DE DE LISBOA  
E DESTERRAR DELA A IMPIEDADE DOS  
MONOPÓLIOS  
DEBAIXO DA INSPECÇÃO DO SENADO  
DA CAMARA  
SENDO PRESIDENTE DELLE PAULO  
DE CARVALHO DE MENDONÇA  
MANDOU EDIFICAR DESDE OS FUNDAMENTOS  
ESTE CELLEIRO PUBLICO  
ANNO MDCCLXVI

Não foi porém necessário aplicar o rendimento das corridas de touros na construção. Um decreto de 11 de Julho de 1765 determina que a obra fosse custeada pelos «Cofres do Deposito Publico redundantes de cabedal empatado e inutil» (10).

Dos bens municipais foram ainda despendidos 107:711,477 (11). Em 1777 ainda a Câmara se lamentava de estar «devendo cento e vinte e cinco mil cruzados dos trezentos mil cruzados que tanto importou a construção daquele grande edificio do Terreiro Publico» (12).

Em Santa Apolónia construíram-se novas caldeiras e respectivos cais, cuja obra igualmente ficou, pelo menos até 1830 (13), assinalada por esta lápide:

PARA BENEFICIO COMMUM  
DO LEAL POVO DE LISBOA E DOS NAVEGANTES  
[DO TEJO  
REINANDO  
EL-REI D. JOSE O I. A. I. P.  
O SENADO DA CAMARA DESTA CIDADE  
SENDO PRESIDENTE PAULO DE CARVALHO DE MEN-  
DONÇA  
MANDOU EDIFICAR ESTES RECEPTACULOS  
E MOLHES  
ANNO DE MDCCLXVIII

Com estas duas obras da Ribeira de Lisboa, igualmente, na orla do Tejo, se construíram os cais dos Remolares, de Santarém, praça e cais da Ribeira Nova e o *Ver o Peso* na Ribeira Velha, construção esta, note-se, que só teve efectivo início em 1770 e se arrastou até 1785 (14).

Para alargar a Ribeira, construíram-se ainda, nesse período, a estrada que conduzia a Oeiras e a Carcavelos e toda a muralha que sustentava as ribancas.

Jácome Ratton fala-nos, também, como sendo uma realização de Paulo de Carvalho e Mendonça, da construção das «novas Estradas Reais que vão de Oeiras até Cintra e de Queluz até Mafra». Porém, se estas obras tiveram início e se foram todas custeadas pelo Senado de Lisboa, ignora-mo-lo. Sabe-se, no entanto, que ainda em 1777 a Câmara se queixava das «dividas antigas» provenientes das despesas com as calçadas de Mafra.

★

Estavam já, como escrevemos, lançadas as bases da reconstrução da cidade, delineadas as principais artérias, erguidos os primeiros edificios de har-

(?) Livro XIV de Cons. e doc. de D. José I, fl. 75.

(\*) O nome adveio do facto de, no mesmo local, se lavar e estender a lã.

(°) Gabinete Histórico, vol. XVI, pág. 308.

(10) Livro do cofre da obra do Terreiro, fl. 1.

(11) *Idem*, fls. 3 e seg.

(12) Em 1852 foi reunida esta Alfândega com a das *Sete Casas*, passando desde então a designar-se por Alfândega Municipal de Lisboa e em 1875 por Alfândega de Consumo de Lisboa.

(13) Possivelmente até 1859, quando foram demolidas as caldeiras para a construção do Caminho de Ferro.

(14) *Elementos*, etc., vol. I, pág. 157.

monia com o plano aprovado. 1760 marca de facto um novo ciclo no ressurgir da urbe. Rasgam-se as primeiras ruas que cortam os terrenos calcinados do Hospital Real de Todos os Santos e elevam-se os primeiros prédios nas ruas da Alfândega e dos Remédios, nas ruas da Madalena e na Baixa, na rua Nova do Almada, em Santa Clara, nos Loios, na rua Nova da Palma. Para ocidente, traçam-se artérias, rectificam-se outras, como na Junqueira, na Ajuda, em Belém, em S. Paulo e em parte do bairro da Lapa.

Nos edifícios públicos, além dos já apontados, nota-se igualmente um incremento que traduz uma actividade constante:

O Colégio dos Nobres, em 1766; a Impressão Régia, em 1768; o Jardim Botânico da Ajuda, em 1768. Na própria vida da cidade uma nova «atmosfera» envolvia a população. Em 1764 e em 1765 inauguram-se os teatros da Ajuda e dos Condes. Funcionava já, porém, desde 1761, nas ruínas do Palácio do Conde de Soure, o «Teatro do Bairro Alto».



Algumas das obras que Jácome Ratton também atribui a Paulo de Carvalho e Mendonça são as das «casas em que actualmente (o Senado) faz as suas sessões e aquela onde se acha o depósito, ocupando o dito tribunal em quanto estas se não acabaram, a casa de João de Almada, sita no largo da Madalena, que resistiu ao terramoto» (15).

Embora sem nos alongarmos em considerações sobre a localização do Senado da Câmara de Lisboa, citaremos, no entanto, quais os edifícios ocupados pela vereação lisbonense desde a separação da cidade em dois Senados. Isto passou-se, como na devida altura recordámos, em 1717. O Senado oriental continuou a funcionar nos Paços do Concelho, em Santo António da Sé, passando o ocidental a ocupar, primeiro (Janeiro e Março) algumas salas do Hospital Real de Todos os Santos e, depois, também no Rossio, umas casas de um tal Miranda Henriques, alugadas para o efeito, e adquiridas, mais tarde, em 1720. Unificadas, no ano de 1741 as duas cidades, a Câmara não voltou mais a Santo An-

tónio da Sé: ali ficou, em pleno Rossio, precisamente no local onde mais tarde se ergueria o Teatro Nacional de D. Maria II, até ao dia calamitoso do primeiro de Novembro.

Impossível é averiguar-se onde se reunia a Câmara e funcionavam os serviços após o sismo e até Agosto do ano seguinte. Não o conseguiram os próprios autores (16) do trabalho profundo e consciencioso sobre as «Casas da Camara de Lisboa», de onde respigámos estas notas. Nesta obra, pode ler-se (17): «É de crer que nos primeiros dias imediatos ao cataclismo o Senado houvesse reunido, por emergência, em qualquer local eventual, sem formalidades que a situação não admitia, apenas para que o seu presidente, Marquês de Alegrete, transmitisse as instruções recebidas do Secretário de Estado, e que os vereadores e procuradores executariam consoante as circunstâncias».

Depois, volvidos alguns meses, decerto o Senado se reuniria em qualquer edifício. Deste não chegou igualmente até nós notícia alguma. Sòmente, ia já em meio o ano de 1756, um dos documentos do Arquivo Municipal (18) dá-nos a indicação de que o Senado (e todo o seu arquivo) estava instalado numa barraca de madeira no Campo do Curral. E este mesmo aviso elucidado-nos ainda sobre a ideia da Câmara de alugar para instalação dos seus serviços o Palácio Almada (hoje da Independência). Embora designado desde logo Eugénio dos Santos para «reparar do preciso o edifício», a transacção do aluguer e as obras arrastaram-se até pouco antes do começo de 1758 (19). Em 14 de Dezembro de 1768 já a Câmara «fazia as suas conferencias» no prédio que ainda hoje se situa na esquina do largo da Madalena para as travessas do Almada e das Pedras Negras. E desde quando? Igualmente se ignora. Sòmente se sabe que bem pouco tempo ali esteve. Em 1770 (a primeira citação é de 8 de Janeiro), já ocupava o Senado o Palácio do Conde de Sampaio, à Boavista. Presidia ainda Paulo de Carvalho e Mendonça, que nesse mesmo mês, no dia 17, falecia.

(15) Norberto de Araújo e Luís Pastor de Macedo.

(16) Pág. 93.

(17) Livro IX de cons. de D. José I, fl. 337.

(18) Ler, para melhor conhecimento deste trabalho, a obra cit. de Norberto de Araújo e Pastor de Macedo.

(15) Recordações, pág. 157.

★

Segundo o autor do *Gabinete Histórico*, Paulo de Carvalho, Monsenhor Mitrado da Santa Igreja Patriarcal, exerceu também os altos cargos eclesiásticos de inquisidor da mesa do Santo Ofício, Comissário da Bula da Santa Cruzada, cumulativamente com a dignidade de Dom Prior-Mor de Guimarães. No civil, ocupou ainda o lugar de presidente do Conselho da Rainha.

Certamente pela alta influência de seu irmão, muito embora só fosse restabelecida a harmonia entre Portugal e a Santa Sé uns meses depois, o Papa Gongonalli, no Consistório de 29 de Janeiro, 12 dias após a sua morte (cuja notícia impossível era ter chegado a Roma) eleva-o à púrpura cardinalícia <sup>(28)</sup>.

<sup>(28)</sup> Jácome Ratton escreveu erradamente ter morrido Paulo de Carvalho na «dignidade de Cardeal, porquanto o chapéu vinha pelo caminho, no tempo que expirou...»

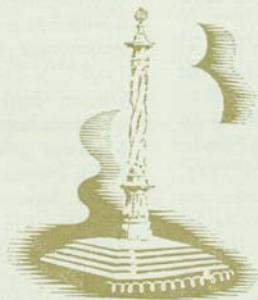
Paulo de Carvalho foi sepultado na Igreja das Mercês <sup>(21)</sup>, para cujo túmulo escreveu o Padre António Pereira de Figueiredo a seguinte inscrição <sup>(22)</sup>:

PAVLO. CARVALIO. DE. MENDOCIA  
MAGNI. SEBASTIANI. FRATI  
ET. VIRTVTVM. AEMULO  
QVI. PRIMARIS. DVM. VIVERET. FVNCTVS.  
[HONORIBVS  
VT. OSTENDERET. TAMEN. VILESCERE. SIBI  
TEMPORALIA. OMNIA  
SOLAQUE. ÆTERNA. CVRARI  
INSCIVS. FACTVS. EST. CARDINALIS  
EST. VBI. FACTVS. EST. EVOLAVIT AD SVPEROS  
PVRPVATO. DESIDERATISSIMO  
ATRATA. MATER. ECCLESIA LVGENS. PARENTAT.  
ET. VT. PARENTTVR. AB. OMNIBVS  
ROGAT

(Continua)

<sup>(21)</sup> Este templo foi edificado pelo tio de Paulo de Carvalho e Mendonça, também Paulo de Carvalho, que em 1632 conseguiu do Cabido de Lisboa a criação de uma nova freguesia, a das Mercês, ficando desde então, até 1835, a ermida como cabeça de paróquia. Com o terramoto o templo sofreu grandes estragos e, transferida a freguesia para a Igreja de Nossa Senhora de Jesus, passou a servir de Panteão da família Pombal. Ali esteve sepultado o Primeiro-Ministro de D. José.

<sup>(22)</sup> *Gabinete Histórico*, vol. XVI, pág. 310.





## O Jardim Zoológico dos Pequeninós

POR ANTÓNIA DE SOUSA

### REALIZAÇÃO QUE RESSUMA TERNURA

**D**uas entradas possui o Jardim Zoológico: a velha entrada, pelos portões de Farrobo, na Estrada de Benfica, e a entrada por Sete Rios. À primeira, reveste-a o encanto dado pela patina do tempo. A segunda, com o ar lavado das edificações recentes, leva-nos, de chofre, a uma realização em que cada pedaço ressuma ternura. Uma põe-nos em contacto com o esplendor da natureza; a outra, com uma obra que é fruto doce do sentimento humano. Valiosas ambas. Por onde começar: pela natureza ou pelo sentimento? Pelo expepte ou pela raiz?

O espírito, para apreender todo o significado das coisas grandes, necessita de preparação. Tudo deve começar pelo princípio. E o princípio é esse grande seio materno que alberga o filho gracioso do amor; é o velho Jardim Zoológico, com as

suas belas árvores seculares, o seu roseiral, as românticas estátuas de estância aristocrática, o exotismo da variedade de animais em que predominam belas aves cuja plumagem causará inveja aos maiores pintores coloristas.

Dizem ser necessárias, pelo menos, três horas para visitar o Jardim Zoológico e que, nesse espaço de tempo, dificilmente se conterà o percurso da Mata das Águas Boas e da Quinta de Santo António. Com certeza. Não é, porém, numa visita que se pode ver tudo. O olhar inteligente de um símio reterá a nossa atenção indefinidamente; o mesmo acontecerá com o gorgoejo de um pássaro, as penas de uma ave dos trópicos, o garbo de um animal da selva. Cada recanto do Jardim convida ao repouso e à meditação. Ter-se-á de lá voltar uma e mais vezes para poder afirmar que se viu tudo.



*Esta é a entrada, com feição um tanto senborial,  
do gracioso jardim Zoológico dos Pequeninos*

*As vigilantes aos sábados e domingos multiplicam-se  
para atender as centenas de crianças que brincam no  
jardim, mas nos outros dias acompanham e dirigem  
a brincadeira dos pequeninos*



Veja-se, embora de relance, mas repare-se primeiro nesse maravilhoso cenário que emoldura a pequena obra-prima de bom gosto: o Jardim Zoológico dos Pequeninos

### UM SONHO TORNADO REALIDADE

Essa obra, sonho acalentado por Manuel Emygdio da Silva, teve bela concretização graças à maestria do lápis do arquitecto Raul Lino. Inaugurado no distante mês de Outubro de 1938, possuía várias instalações para animais pequenos e outras destinadas aos divertimentos das crianças. O conjunto mereceu inteiro aplauso. Tanto que uma voz se ergueu — a do engenheiro Duarte Pacheco — para exclamar: «Parece um sonho!» E parecia.

É com incontido entusiasmo que um jovem de vinte e tantos anos nos fala desse Jardim Zoológico em miniatura. Os seus folguedos infantis passaram-se lá. A sua juventude está povoada por gratas recordações de uma infância vivida nesse

Jardim. É filho de um dos empregados do Zoo e hoje está também ao seu serviço. Evoca com enlevo as construções de então. Reconstrói-as, localiza-as. Ante os nossos olhos perpassam o solar dos leões, a maternidade dos macacos, o fosso dos ursos, o aquário, o aviário, as maravilhosas árvores que embelezavam e davam sombra ao conjunto.

A largueza do recinto permitia que se organizassem corridas pedestres, corridas de sacos, etc.; e era uma alegria para as crianças concorrentes ou espectadoras. No final eram distribuídos brinquedos aos vencedores. A enumeração das instalações é longa. Havia a casa do jerico que, ao longe, parecia um fecho *éclair*, o monte das cabras em cuja gruta se instalava pelo Natal o presépio... O nosso interlocutor sorri ao falar dos biberões de leite que estavam à venda e se davam aos macaquitos e filhotes dos ursos. Existia ainda um rинque de patinagem, o labirinto, o teatro, a baraca de fantoches que deixou depois de funcionar, o circo para palhaços, baloiços, rio atravessado de pontes, biblioteca, leitaria, balança, etc.

*O baloiço de vavém exerce o seu poder dlicante tanto nos pequeninos como nos mais crescidos que gostam de sentir o seu doce embalo*





*No restaurante, crianças e adultos podem merendar no ambiente da descuidada alegria que habita o recinto*

Quanto custou esta realização? Lê-se no relatório da Sociedade do Jardim Zoológico referente a 1937, a respeito do Jardim dos Pequeninos: «Para execução deste projecto abrimos uma subscrição entre amigos nossos e amigos do Jardim, a qual rendeu um total de 24 804\$00. Não devemos deixar de mencionar os amigos coloniais. Por iniciativa sua, o benemérito amigo do Jardim, Sr. Major Luís António Carvalho Viegas, ilustre governador da Guiné, promoveu, também, naquela colónia, uma subscrição com o mesmo fim, que rendeu 14 074\$00, quantia superior ao rendimento da metrópole.»

#### A REALIZAÇÃO DO ACTUAL JARDIM DOS PEQUENINOS

Vinte e um anos se passaram desde esse dia de Outubro de 1938. A capital cresceu num ritmo acentuado. O pequeno Jardim, em todo esse tempo, cumpriu, com diversos melhoramentos, as suas funções educativas e recreativas.

Era um mimo; mas teve de desaparecer ante o «camartelo destruidor»... do Progresso. Assim o exigia o plano urbanístico da cidade. O traçado da Avenida 28 de Maio e as obras do Metropolitano obrigaram a eliminá-lo. As crianças, porém, não ficaram sem o seu Jardim. A título provisório — por espaço de dois anos —, continuaram os seus folguedos em instalações, reduzidas ao indispensável, no Jardim de Farrobo.

Graças a um acordo entre a Câmara Municipal de Lisboa e a Sociedade do Jardim, ficou estabelecida uma permuta de terrenos. O Município cedia a área necessária da antiga Quinta da Barbacena bem como a via de acesso ao Palácio de Farrobo pela Estrada de Benfica; a Sociedade, em compensação, dava-lhe o terreno do antigo Jardim dos Pequeninos necessário para os alinhamentos projectados. A Câmara assumia, também, os encargos inerentes à demolição e reconstrução do Jardim dos Pequeninos e seus complementos, tudo avaliado em dois mil contos. Como estamos longe dos vinte e tantos contos de 1938!



Gira o carrocel levando consigo automóveis de diversos modelos, bicicletas, etc. Os adultos olham complacentes para uma diversão em que também, num tamanho proporcional, gostariam de participar

O baloiço-baloíça de cá para lá, de lá para cá, no jardim anexo onde os mais pequeninos podem brincar sobre os olhares vigilantes dos papás



Por esta permuta, o Jardim Zoológico ficou enriquecido com um terreno mais espaçoso, mas inóspito. Tudo teve de ser feito de novo. O talento do arquitecto Raul Lino foi posto, novamente, à prova. Reergueu-se o Jardim Zoológico dos Pequeninos. Ficaram a ser em número de trinta as suas instalações. Algumas das antigas foram eliminadas, outras reproduzidas mais ou menos conforme as anteriores e introduzidos novos divertimentos. Só falta o arvoredado frondoso. As árvores, porém, estão plantadas e dentro de alguns anos darão ao recinto o encanto da sua sombra.

Há agora um carrocel que gira levando os garotos em bicicletas, automóveis, etc. Gira, diariamente, desde 25 de Outubro de 1961 data em que foi solenemente inaugurado o novo Jardim dos Pequeninos.

Gira o carrocel; andam de cá para lá e de lá para cá os baloiços; rodopiam as cordas da argola que roda; rasgam-se os fundilhos nos escorregadoiros; brincam as meninas às donas de casa (com cuidado para não partir a loiça... 1\$50 por cada pècinha); toma-se sol, pelas tardes de Verão, na minúscula praia; merenda-se na leitaria; corre-se livremente por toda a parte e ouvem-se exclamações de agrado: «Olha, que

bonito!»; corre-se mais; e o baloiço baloiça de cá para lá, de lá para cá, pois é sempre o brinquedo preferido.

O comboio eléctrico é engraçado; dizem o mesmo do comboio a vapor; riem diante dos espelhos deformantes; acham lindas as aves e os outros animais; mas o que mais agrada é o baloiço.

Nas tardes de domingos e feriados, há grande animação. Acorre ao Jardim maior número de crianças. Os mais pequeninos são gentilmente afastados para o parque anexo onde podem ser acompanhados pelos pais. Os palhaços, José e Eirmilita, dizem graças e fazem cabriolas no rondel. Por outro lado a Sr.<sup>a</sup> D. Cecília Menano dirige a «Tarde Infantil». Organiza concursos de canto, jogos do «stop», de permanência no salto à corda, etc., com a distribuição de cartões para uma entrada gratuita aos vencedores e à pessoa que os acompanha. Ao fim e ao cabo, porém, se perguntarmos a um garoto ou garota o que mais aprecia, ouvimos: baloiçar!

Que o Jardim Zoológico dos Pequeninos é, como o grande Zoo, uma «Instituição de Utilidade Pública», demonstram-no as risadas das sessenta mil e tantas crianças, de mais de cinco anos, que lá entraram no transcurso de um ano. Não contando com as de menos de cinco anos que não pagam entrada.





CULTO LISBOETA

## *Duas procissões tradicionais em Lisboa*

POR COSTA GARCEZ

### *II—A Senhora da Saúde*

Como prometemos no artigo anterior falá-vos-emos hoje da *Procissão de Nossa Senhora da Saúde* e um pouco, também, da sua Irmandade, de nobres tradições cuja criação remonta à segunda metade do século XVI.

Corria o ano de 1569, o primeiro do reinado de D. Sebastião que havia sido aclamado aos 14 anos, quando, nos fins de Maio—escreve Queirós Veloso— «começaram a sentir-se em Lisboa os primeiros rebates da peste. Como, há cerca de quarenta anos a capital não voltara a ser açoiçada com esse flagelo, os próprios médicos atribuíram, a princípio, o andaço à prolongada invernia. Mas durante o mês de Junho, a doença acentuou-se tão rapidamente, que já não podia

haver dúvidas; e a 22, saiu o Rei para Sintra, levando em sua companhia o Cardeal. D. Catarina e a infanta D. Maria foram para Vila Franca; e passados dias para Alenquer...».

E Queirós Veloso continua: «A violência da epidemia aumentou. Nos meses de Julho, Agosto e Setembro, a mortalidade foi tamanha que os cadáveres ficaram insepultos, apesar de serem enterrados ás dezenas na mesma cova e de haverem sido comutadas as penas aos forçados das galés sob condição de trabalharem nesse piedoso serviço. Os cronistas não são concordes no cômputo das pessoas vitimadas pela peste, oscilando entre quarenta a oitenta mil. Este número é evidentemente exagerado em vista da



*Primitiva imagem de S. Sebastião, hoje retirada do culto, mas conservada decentemente numa dependência, a qual parecia ao Abade Castro e Sousa, por volta de 1857, ser a venerada pelos Artilheiros desde a fundação da Capela, opinião que, também, perfilhamos*

população de Lisboa; mas que fossem só quarenta mil, na cidade e seu termo, justificavam de sobra o nome de *peste grande* por que é conhecida».

O enorme flagelo, combatido com a eficácia facultada pelos meios de que dispunham os físicos naquele terceiro quartel do século XVI, começou a abrandar, em Outubro, tendo a notícia sido transmitida a El-Rei, para a Vila de Montemor-o-Novo, em 6 desse mês. Logo em 16, El-Rei, ainda segundo Queirós Veloso, «escreveu ao Senado para que, em acção de graças, se construísse na cidade um templo consagrado a S. Sebastião. Destinado primeiramente ao sítio onde estava a igreja de S. Sebastião da Mouraria, começou depois (19 de Abril de 1571) a ser levantado no Terreiro do Paço».

Deste modo, segundo opinião de Queirós Veloso, aliás baseado num passo das «MEMÓRIAS DE EL-REI D. SEBASTIÃO», de Barbosa Machado e até que apareçam documentos fidedignos, temos de

localizar a construção do templo da Mouraria, onde presentemente existe a Irmandade de Nossa Senhora da Saúde e de S. Sebastião, em ano anterior ao de 1569 e, portanto, como voto pelo restabelecimento da saúde na cidade após epidemia de peste anterior à chamada *peste grande*.

É voz corrente que o templo da Mouraria foi erguido pelos Artilheiros do Castelo de S. Jorge graças à generosa colaboração da Rainha D. Catarina, mulher de D. João III e avó do jovem rei chacinado, em: Alcácer-Kibir.

Como é sabido a rainha celebrou os seus esponsais em 1525, tendo, por morte do real esposo, assumido a regência, até 1562, ano em que a mesma foi entregue ao Cardeal D. Henrique.

Conhecem-se as divergências entre D. Catarina e seu neto pelo que se afigura mais provável que o templo tenha sido erguido no período do reinado, ou da regência e não mais tarde.

*Imagem da Virgem, encontrada abandonada numa dependência das casas da Irmandade e recentemente restaurada, a qual supomos ser a que um clérigo, que morava próximo da capela, ofereceu aos artilheiros para ser exposta ao culto, e que possuía a invocação do Socorro, sem menino e com os braços em atitude de implorar*



«S. Christovão — opina Freire de Oliveira nos «ELEMENTOS PARA A HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE LISBOA» — foi o primeiro patrono que (a cidade) escolheu (para defensor da peste); seguiu-se S. Roque, S. Sebastião, Nossa Senhora da Saúde e a *Imaculada Conceição da Santíssima Mãe de Deus, vulgarmente venerada com o título de — Roxa — (Rocha) junto do Rio Jamor.*»

Só depois de 1523, ano em que houve epidemia de peste em Lisboa, se escolheu S. Sebastião para advogado desse mal, uma vez que se fundou «então por voto dos senadores de Lisboa, uma ermida dedicada a S. Roque, no Rossio da Trindade, onde hoje está a igreja da Misericórdia ou de S. Roque». (Freire de Oliveira, loc. cit.).

Portanto, há que localizar, com evidente lógica, a construção do templo da Mouraria, após uma epidemia que tenha grassado no reino, ou melhor, em Lisboa, no espaço de tempo em que D. Catarina deteve o poder (1525-1562), o que parece acomodar-se até à sucessão dos cultos, isto é, à substituição de S. Roque por S. Sebastião como advogado dos pestíferos.

Nesse interim há a registar, segundo Freire de Oliveira, alguns casos de peste nos anos de 1524/1525, outros, de menor importância, em 1527 e um surto, de certo vulto, logo a seguir aos abalos de terra do início do ano de 1531.

Pondo de parte as duas primeiras datas, por motivos óbvios, (a de 1524/25, corresponde ao ano do casamento da soberana e a segunda não teve consequências de maior) resta-nos a peste de 1531 que, sobrevindo aos terremotos, deve ter causado certo pânico na capital.

É entre essa data e 1569 que se deve ter constituído a Irmandade de S. Sebastião e construído o templo, fora de Portas de S. Vicente, ou da Mouraria, em um chão que era pertença do Mosteiro de S. Vicente, dos Cônegos Regrantes de Santo Agostinho. Aceitamos, por ora, como possível o ano de 1560, por vezes citado como o da fundação do templo.

Apesar desta suposição — quase certeza — não nos foi possível, por ora, localizar qualquer documento relativo ao contrato de cedência da propriedade efectuada pelos Cônegos em favor da rainha, tida como instituidora da capela.



Fac-símile da folha 50 v. do «Livro Carmesim» do Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa de que consta o assento de vereação em que a mesma se obrigou a fazer, anualmente, a procissão da saúde



Vista a instalação dos Artilheiros do Castelo de S. Jorge na sua capela das Portas da Mouraria de que era patrono S. Sebastião, passemos, exactamente, a estudar a forma como surgiu, em Lisboa, o culto da Senhora da Saúde.

Debelada a *peste grande* (1569/1570), logo neste último ano, a 20 de Abril, — escreve Freire de Oliveira — «celebrou a câmara uma solene *procissão de graças a Nosso Senhor* (sic) pelos grandes milagres e maravilhas que operara, restituindo a saúde à cidade, e *desimpedindo-a de tão grande fogo e mal contagioso*».

O mesmo autor assegura que o cortejo saiu da Sé às 11 horas da manhã e recolheu a S. Domingos pelas 2 horas da tarde, depois de haver percorrido as principais ruas da cidade.

Não consta que em 1571 se voltasse a fazer a procissão. Porém, no ano seguinte, dela fala o assento de vereação: «Aos dez dias do mes d'abril de mil e quinhêtos e setemta e dous años, na

cam<sup>ra</sup> da vereação desta mui nobre e sempre leal cidade de lix<sup>a</sup>, sendo presentes dom duarte da costa e o doutor amt<sup>o</sup> dias, vereadores da dita cidade, e allu<sup>o</sup> de Moraes e bastião de luçena, p.<sup>dores</sup> della, e Gaspar da costa e Luis mendes, e amt<sup>o</sup> pires e bertolameu pires, p.<sup>dores</sup> dos mesteres da dita cidade, e presença de m<sup>i</sup>, Amt<sup>o</sup> Nunes, que syruo de scripuao de dita cam<sup>ra</sup>, p<sup>r</sup> elles ditos vereadores e officiaes foi pratuado e tratado da mui mortifera peste, q<sup>ue</sup> na dita Cidade ouuera o año de 569, que foi a maior que os nacidos virão, e que não se achaua e memoria dos homẽs ayer out<sup>a</sup> igual; e tanta man<sup>ra</sup> q<sup>ue</sup>, sendo esta cidade a mais insygne q<sup>ue</sup> avia no mundo, de que todo bem e saude deste Reino pemdia, te vio assolada e cheia de mortos, q<sup>ue</sup> caiam e bandos, soo e deseparada de todos; tudo nela era foguo e mortandade, chotos e gemidos, e hia e tanto crecimento, q<sup>ue</sup> os antigos da dita cidade e fisiquos, asi naturaes como estrangeiros, homẽs de m<sup>ta</sup> autoridade, a ouuerão por perdida e estraguada, e que tarde ou numq<sup>a</sup> teria ser nẽ nome; p<sup>r</sup> o que cõsiderando eles as grandes marauilhas e milagres q<sup>ue</sup> noso s<sup>nor</sup> (sic) p<sup>r</sup> ela fizera, e a Restituir de nouo a seu primeiro estado, e tã depresa saramdoia e liuramdoia milagrosamẽte, e desempidimdoia de tam grande foguo e mal cõtágioso, do q<sup>ue</sup> toda fora toquada e inficionada; e como he cousa mui justa e mui divina que tam milagrosa saude e vitoria Recebida de hũ d<sup>s</sup> tam propicio e misericordioso, seja p<sup>r</sup> sempre lembrada: Assemtarão q<sup>ue</sup> em memoria de tão alto beneficio, a cidade fizese e cada hũ año hũa procissão de graças ao s<sup>nor</sup>. (sic), e hũa qymta ffr<sup>a</sup>, que cair mais chegada, aos vinte dias do mes dabrill, por no dito dia de quimta f<sup>a</sup>, e que se a prim<sup>ra</sup> procissam fez, serẽ vinte dias do dito mes do año de 1570, e q<sup>ue</sup> se faça com a mesma solenidade, por não cairmos e tão feio pequado, como he o da imgratidão, q<sup>ue</sup> sequa os Rios das misericordias de d<sup>s</sup>, como tambem por q<sup>ue</sup> cõ tão justo Reconhecimẽto o teremos mais propio p<sup>r</sup> aplaquer sua hira, e q<sup>ue</sup> por nosos grandes pecados cada dia caimos. Ant<sup>o</sup> Nunes o fez escrever — Antonio Dias — Bertolameu Pires—Bastião de Lucena—Luyes Mendes —Allu<sup>o</sup> de Moraes — Gaspar da Costa».

Como se vê pela transcrição feita de Freire de Oliveira, aliás segundo o «LIVRO CARMESIM», fls. 50 V.<sup>o</sup>, a *procissão da saude* que sempre assim foi chamada, celebrava-se, de acordo com este

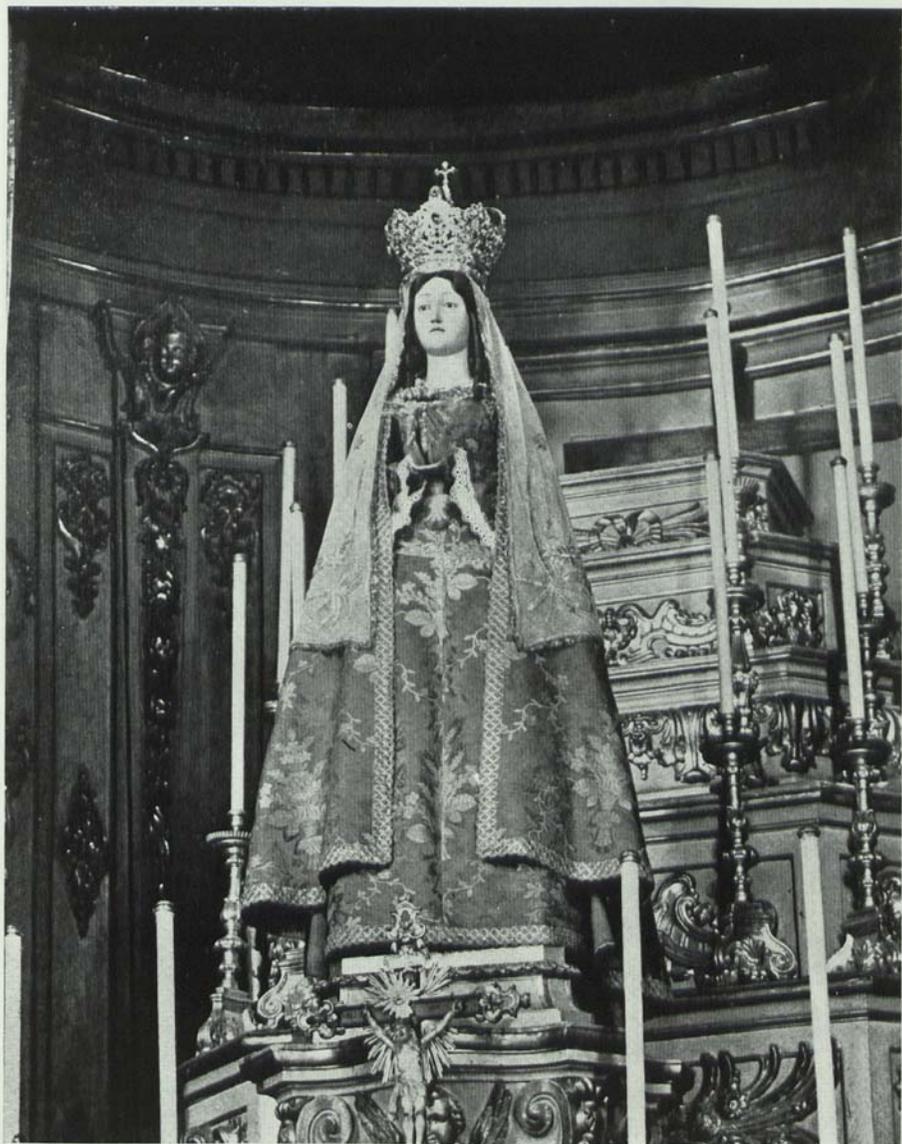
documento, em *acção de graças a Nosso Senhor* (sic) e, ao invés do que afirmam, vulgarmente, os autores de monografias ou apontamentos sobre a origem do culto não se recolheu a qualquer templo na Rua da Mouraria, mas sim a S. Domingos.



Existia, porém, na mesma Mouraria, quase defronte do templo dos Artilheiros, no enorme casarão que, na actualidade, conhecemos pelo *Edifício do Amparo* um hospital para crianças, cuja fundação se devia à «Rainha D. Brites (ou Beatriz) — conforme escreve o Abade Castro e Sousa na «ORIGEM DA PROCISSÃO DE NOSSA SENHORA COM A INVOCAÇÃO DA SAÚDE, QUE É COSTUME CELEBRAR-SE TODOS OS ANOS NESTA CIDADE DE LISBOA» — mulher de El-Rei D. Afonso 3.<sup>o</sup> e mãe de El-Rei D. Dinis» ao qual «a Rainha D. Catarina, mulher de El-Rei D. João 3.<sup>o</sup> deu dote (...) para a sua sustentação e manutenção». Convém esclarecer que tais doações da mulher do *Piedoso* foram feitas com o espírito de beneficiar não a velha instituição de D. Brites, mas sim o novo «Colégio de Jesus dos Meninos Órfãos da Mouraria», fundado em 15 de Agosto de 1549, pelo P.<sup>o</sup> Pedro Domenech, grande amigo de Loyola e de Xavier o qual se destinava a formar jóvens órfãos, arrancados à rua, com o intuito de os mandar para o Ultramar, a fim de colaborarem na missãoação dos padres da Companhia de Jesus.

Ora aconteceu que, em data impossível de fixar, (e dizemos impossível de fixar, pois, que passamos todo o Cartório da Irmandade e o que resta dos papéis dos Meninos Órfãos — Arquivo da Casa Pia de Lisboa — sem qualquer resultado), mas que supomos ser mais ou menos coeva da do voto dos Artilheiros, a nobreza do reino e, sobretudo, a de Lisboa, se resolveu agrupar numa confraria a que deu o nome de Irmandade de Nossa Senhora da Saúde, com sede na ermida do Hospital dos Meninos da Invocação de Nossa Senhora do Monserrate.

Quer esta Irmandade, quer a dos Artilheiros, se incorporavam na *procissão da saúde* o que motivou que, a certa altura esta, em vez de se fazer em *acção de graças a Nosso Senhor*, conforme o assento da vereação, se passasse a fazer em honra de Nossa Senhora com a invocação da Saúde.



*Imagem de Nossa Senhora da Saúde*



*Um aspecto do interior da Ermida de Nossa Senhora da Saúde e de S. Sebastião, vendo-se, na Capela-Mor, a Imagem da Virgem, a do Mártir S. Sebastião, recentemente adquirida e benzida, em 24 de Abril de 1962 pelo actual Capelão P.<sup>o</sup> Fausto da Silveira e a de Santo António (da Mouraria), aqui deixada pela sua extinta Irmandade e que era, supomos, a que se venerava no nicho da Rua da Mouraria*

Quando surgiu no préstito pela primeira vez a imagem da Virgem não o podemos, também, fixar, pois que, por exemplo, o assento de vereação de 18 de Abril de 1592 diz, apenas, que nele «ira huã charola cõ as Reliquias da bem aventurada Sta. Ana e de S. Sebastião».

Não cremos que nessa data se incorporasse já o andor da Virgem, dado que o documento fala, ainda, claramente, na «procissão q̃ se faz cada año pella saude» no jeito do assento de 10 de Abril de 1572.

O que corresponde à verdade é que no ano de 1662 já a procissão se fazia por intermédio da Irmandade de Nossa Senhora da Saúde, saindo

o cortejo da capelinha do Colégio de Jesus dos Meninos Órfãos e nele figurando a respectiva imagem.

Foi o caso que, nesse ano se acentuaram mais e mais as divergências existentes entre a Irmandade de Nossa Senhora da Saúde e a do Menino Jesus, ambas instaladas na Capela de Monserrate. Resolveram, então, os irmãos da Senhora construírem novo templo para seu uso próprio. «Sabendo desta resolução — elucida Sebastião Joaquim Baçam nos «MONUMENTOS SACROS DE LISBOA e OUTRAS CURIOSIDADES» — os Artilheiros lembraram a junção das duas corporações e assim se fez, ficando com um só título, Irmandade de Nossa Senhora

da Saude e S. Sebastião e os cargos da mesa ocupados por uns e outros irmãos. Lavrou-se a escriptura pública que se conservou no cartório até ao ano de 1755, confirmando a união das referidas Irmandades, por um Breve do Sumo Pontífice Alexandre VII.

Já ao tempo o Senado da Câmara de Lisboa se havia comprometido com outro voto do mesmo género, resolvido em mesa, em 28 de Janeiro de 1599, pelo qual se passou a fazer, anualmente, na madrugada do dia 25 de Agosto, uma procissão que ia à Igreja de Nossa Senhora da Penha de França, a qual ficou a ser conhecida pela *procissão dos ferrolhos*.



É, depois da junção das duas irmandades, verificado como dissemos, em 1662, que a sua história começa a tomar foros de veracidade,

*Portal da Ermida de Nossa Senhora do Monserrate do Colégio de Jesus dos Meninos Orfãos da Mouraria (Edifício do Amparo) onde foi instituída a Irmandade de Nossa Senhora da Saúde, hoje ocupada por uma esquadra da P. S. P.*



*Imagem, ainda existente num dos altares do lado do Evangelho da Igreja de Nossa Senhora do Desterro e a que prestava culto, inicialmente, a Irmandade de Santo António Lisbonense*

saindo de uma obscura série de lendas, tecidas pela imaginação crente e piedosa de alguns cronistas que enredaram de tal forma a verdade com o mito que é difícil saber-se onde acaba e começa o outro, para entrar num período de realidades confirmadas pelo rico cartório que, felizmente, ainda, se conserva na Capelinha da Mouraria.

Antes de irmos mais adiante queremos dar nota de um inquilino que a Ihanesa da Irmandade permitiu que se lhe instalasse na Capela, em satisfação de um pedido apresentado na sessão da mesa, de 16 de Junho de 1864.

De facto, nessa data «recebeu-se um requerimento assinado pelo Assistente do Juiz, o Marquês de Pombal e pelo 2.º-escrivão da Mesa da Real Irmandade de Santo António Lisbonense que foi constituída na Igreja de Nossa Senhora do Desterro em que a mesma pede que a respectiva imagem seja colocada na Real Capela de Nossa



pelos livros existentes no Cartório da Igreja da Saúde, tendo tido, ainda, conforme um recibo de 1 de Janeiro de 1895, um Juiz Assistente Perpétuo que foi Francisco Simões Margiochi.

★

E parece-nos já ser tempo de irmos para a rua ver passar a procissão.

Com o indiferente desfolhar do calendário, em breve chegaremos outra vez ao último domingo de Abril — nele se efectua agora, normalmente, a procissão — e, então, o velho bairro estará em festa, para assistir à passagem do cortejo; para ver a Senhora da Saúde.

«Há festa na Mouraria  
É dia da procissão  
Da Senhora da Saúde  
Até a Rosa Maria  
Da Rua do Capelão  
Parece que tem virtude.»

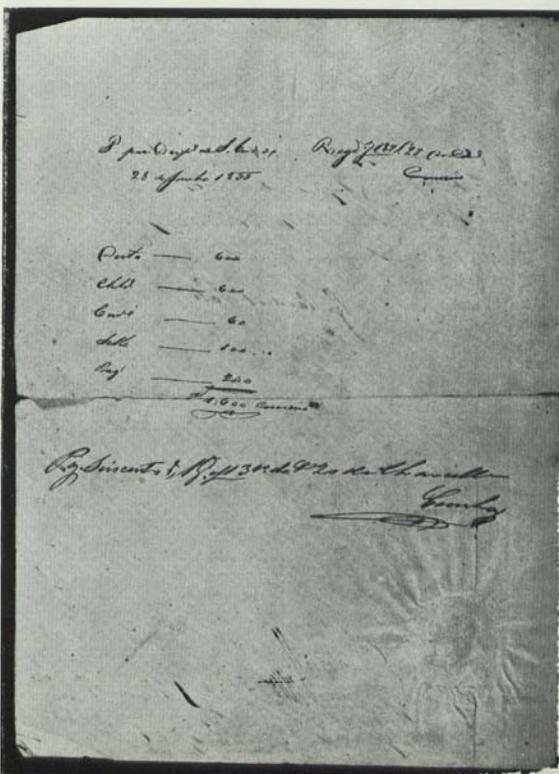
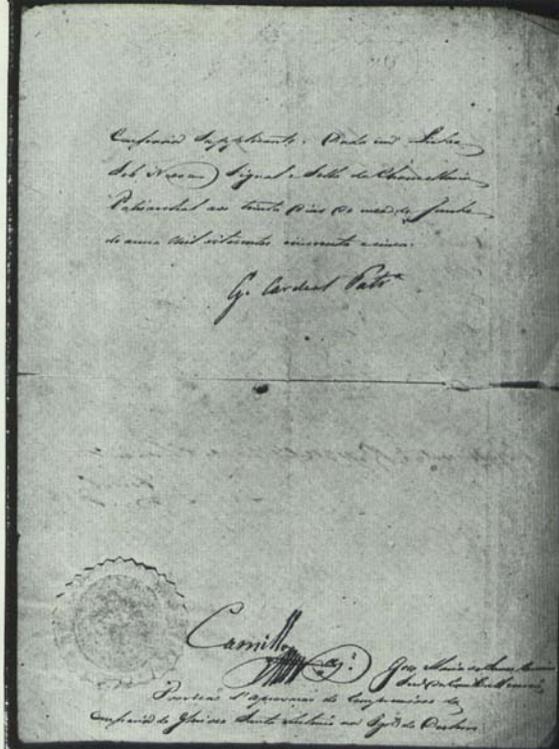
As ruas do trajecto são, nesse dia, uma sinfonia de cor. As janelas ostentarão ricos panejamentos, ou apenas, uma colgadura singela de flores silvestres, entretecidas com raminhos de alecrim e folhagens verdes. E o poeta popular, ao que nos dizem Alfredo Marceneiro, continua a cantar:

«Colchas ricas nas janelas,  
Pétalas soltas no chão,  
Almas crentes, povo rude  
Andam a pé nas vielas  
É dia da procissão  
Da Senhora da Saúde.»

As bandas de música far-se-ão ouvir, sonoras e estridentes, cadenciando a marcha dos soldados, acompanhando, em triunfo, a Virgem da Saúde, festejada, em unísono, por todas as armas e serviços do Exército, Marinha e Aeronáutica.

Naquela tarde de domingo a Virgem andará na rua, sorrindo, por entre alas de povo, apinhando-se, mais para rezar do que para ver. Naquela tarde

Fac-simile da provisão, datada de 30 de Junho de 1855 e assinada pelo Cardeal Patriarca de Lisboa, D. Guilherme I, aprovando o compromisso da Irmandade de Santo António Lisbonense (págs. 3 e 4)



de domingo Lisboa estará inteira na Mouraria e, quando a Senhora vier, no meio de revoadas de anjos, capas e murças brancas e azuis, vestidos negros, fardas imponentes e armas rebrilhando ao Sol, pairarão, de certo, nas esquinas do velho bairro os espectros dos boémios de outrora que, naquele dia, deixavam em casa as guitarras e, devagar, sem estúrdias, nem arruaças abandonavam vinho e rameiras, numa devoção única no ano, mas muito deles.

«Naquele bairro fadista  
Calaram-se as guitarradas,  
Não se canta nesse dia,  
Velha tradição bairrista,  
Vibram no ar badaladas  
Há festa na Mouraria.»

E, se atentarmos melhor, talvez, ainda, lobri-guemos a Severa, com um rancho de outras mulheres, de saiotos rodados, mangas rendadas, cordões e arrecadas *de ver a Deus*, ali, ao fim da Rua do Capelão, com um sorriso a morrer-lhes nos lábios e uma lágrima a morder-lhes, teimosa, o canto dos olhos.

O pendão segue, agora, devagar, pela Rua da Mouraria. Rufam os tambores, em marcha lenta; brilham ao Sol de Lisboa os capacetes dos soldados, iguais aos que outros jôvens usam, lá longe, em terras portuguesas de África, trágicamente ameaçados, na hora que passa.

Vem gente de todas as categorias sociais.

A imagem da Senhora saiu o portal do templo e avança sempre. . .

«Após um curto rumor,  
Profundo silêncio pesa,  
Em todo o Largo da Guia;  
Passa a Virgem no Andor,  
Tudo ajoelha e reza,  
Até a Rosa Maria.»

Na Rua do Benfornoso é uma apoteose que não esqueece. O percurso continua. Intendente, Rua dos Anjos, tornejando, ao Cinema Lis, para o Almirante Reis e Rua da Palma. Aqui as perspectivas alargam-se. . . A multidão comprime-se mais; quase que é *chique* assistir à passagem da Procissão da Senhora da Saúde, nestas artérias desafogadas. . . Praça da Figueira; Poço do Bor-

ratém; Rua do Marquês de Alegrete. . . Já não passa a Virgem sob o arco de tantos anos. . . Aquelas pedras velhinhas, carcomidas, por sóis, por chuvas, por ventos, onde quer que as tenham arrecadado, devem murmurar, baixinho, o estribilho de outro poeta popular:

«Nunca mais, ao sol pôr,  
P'lo arco de mais virtude,  
Passará o andor  
da Senhora da Saúde! . . .»

Recolheu a procissão. . . A multidão debanda. . . No interior da igreja, voltaram para os altares a imagem da Virgem, a do Mártir S. Sebastião e a de Santo António. . . Um órgão, que já não é o antigo, vindo de Mafra, graças à generosidade de El-Rei, em Abril de 1875, acompanha preces, suaves e lentas, naquele entardecer que se coa pelas janelas, ricamente panejadas. . .



Nós, se o leitor estiver disposto, recuaremos no tempo, para vermos o que foi a procissão no passado. . .

Quinta-feira, 20 de Abril de 1570! . . .

Demos a palavra a Freire de Oliveira que, através dos muitos documentos do Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa, nos descreve, assim, o cortejo: Nesse dia—diz—«achando-se já extinto o horrível flagelo — a *peste grande* — que tivera começo no ano antecedente, celebrou a câmara uma solene *procissão de graças a Nosso Senhor* pelos grandes milagres e maravilhas que operara, restituindo a saúde á cidade. . .»

«No luzido préstito — continua — (que, como se disse, saiu da Sé pelas 11 horas da manhã e se recolheu a S. Domingos pelas 2 horas da tarde) ia a câmara em corpo de vereação, acompanhada dos cidadãos e oficiais da cidade, mestres, e de todas as religiões (ordens religiosas) de Lisboa, clerezia, confrarias e freguesias, não faltando as danças e as *invenções* (. . .) como era de boa prática e costume em semelhantes autos.»

Outra referência à *procissão da saúde* com que topamos, é, para nós um tanto misteriosa e, por vezes, faz-nos repensar no que se tem escrito acerca da história deste culto lisboeta e, até, na

nossa concepção sobre o assunto. Diz ela respeito ao ano de 1756 e afirma que nesse ano, seguinte ao do *terremoto grande*, saíram da Ermida de S. Joaquim e Sant'Ana, a Alcântara, já desaparecida, fundada pelos Marqueses de Fontes, junto do Palácio da Marquesa de Abrantes as procissões de Nossa Senhora da Saúde, das Ladainhas e da Senhora dos Mártires. As datas — segundo o mesmo Freire de Oliveira citando o L.<sup>o</sup> x de reg.<sup>a</sup> de Cartas do Senado, fls. 26 v e 28 v — foram 22 e 25 de Abril e 13 de Maio. É certo que a Santa Igreja Patriarcal se mudara para aquela capela, mas, a verdade, é que não atinamos com a, por ora, para nós, aparente desorientação que há nesta notícia, uma vez que o templo da Mouraria pouco sofrera com o terremoto o que é confirmado pelo «L.<sup>o</sup> DAS CERTIDÃO/ES DAS MISSAS E/OFF.<sup>o</sup> Q A MESA DE/N. S. DA SAUDE TEM/OBRIGAC DE MAN/DAR DIZER TODOS/OS ANN. P.<sup>ta</sup> ALMA/DE MARIA RIBEIRA», onde, a fls. 10 v o P.<sup>o</sup> Joseph Sanches da Silva atesta que cumprira a obrigação da Irmandade, em 8 de Dezembro de 1756. Mas este é um problema que sai um tanto fora do âmbito do nosso artigo e, por isso, o deixamos em aberto, para o reatarmos, oportunamente, em estudo circunstanciado sobre a Irmandade que estamos a preparar. E já, agora, damos de novo a palavra a Freire de Oliveira: «Em 1848 comecei a fazer-se a procissão com maior aparato do que nos últimos tempos mais próximos fora costume. Em 1861, fez-se com mais ostentação ainda; e desde esse ano, em que, por alvará de 6 de fevereiro, as duas confrarias foram tomadas sob a protecção do monarca sempre à procissão se tem dado o maior luzimento e pompa». Esta benesse régia foi conferida a pedido do Marechal Duque de Saldanha, Mordomo-Mor, em face do requerimento, datado de 30 de Janeiro do mencionado ano. Avançamos bastante no tempo. Estamos na segunda metade do século XIX. Deixemos falar alguns jornalistas de então. Eis a primeira notícia, inserta em «O PORTUGUÊS» n.<sup>o</sup> 2994, de 24 de Abril de 1863: «É esta procissão talvez a mais bonita e decente que se faz em Lisboa, e concorre a ela no seu largo trânsito, grande quantidade de povo, parte para ver, parte pela devoção que tem nesta imagem da Virgem.»

# À VIRGEM SANTÍSSIMA DA SAUDE

Offerecem os moradores e logistas  
da Travessa de S. Domingos a seguinte:

## AVE MARIA!

*Ave Maria Purissima*  
Refugio dos peccadores;  
Tu és, ó Virgem Santissima  
Remedio ár' nas nossas dores.

*Bento o fructo do teu ventre*  
Que nos trouxe a redempção;  
Faz que em nossos peitos entre  
Doce paz, terna união.

*Eheia do graça radiante*  
Mão do nosso Redemptor;  
Tu consagramos constante  
Os votos do nosso amor.

*Santa Maria, Mãe de Deus*  
Virgem Mãe sem ter igual  
O proteges os filhos teus  
Livra-os pois de todo o mal.

*O Senhor sempre é contigo,*  
Sê pois nossa Advogada,  
Dos mortaes és sempre abrigo  
Nesta vida atribulada.

*Roga por nós peccadores*  
Ao teu Filho sempre amado,  
E da peste os seus horrores  
Alfasta do nosso lado!

*Benta és tu entre as mulheres*  
Virgem Santa Mãe de Deos;  
Tu podes se hum quizeres  
Dar-nos o reino dos Ceus!

*Agora e á hora da morte*  
Sê nossa Auxiliadora  
Dai aos luzos boa sorte  
O querida mãe protectora.

*Amen Jesus! Tu dirás*  
Ó Virgem Santa dos Ceus  
E terna abençoarás.  
Hoje e sempre os filhos teus.

Lx.<sup>o</sup> 20 d'Abril, 1871.

F. C. B.

*Reprodução de uma das folhas volantes com versos, distribuidas, no fim do século passado, nos dias de procissão da Senhora da Saúde*

No mesmo dia, mês e ano «A REVOLUÇÃO DE SETEMBRO» escrevia:

«Como nos demais anos, a procissão hoje produziu jubiloso alvoroço na capital, porque é profunda e jubilosa a devoção pela imagem da Senhora».

«Por volta das 10 horas saiu o préstito da Igreja à Mouraria em direcção à Igreja de S. Vicente e, feitas ali as cerimónias do estilo, voltou pela Rua do Limoeiro, à Rua dos Retrozeiros, entrou na Rua Augusta, Rocio, até dar entrada em S. Domingos, de onde, findo o sermão, regressou a sua Igreja.»

É por essa altura que começa a surgir o hábito de se distribuírem, durante a passagem da pro-



*Capela de Nossa Senhora da Saúde antes das demolições à sua volta, vendo-se, sobre a empena da Rua da Mouraria, a torre sineira inaugurada, em 26 de Novembro de 1875, graças aos fundos angariados por uma comissão presidida pelo mordomo de então D. José Trasmundo Mascarenhas Barreto*

cissão, folhas volantes com versos alusivos. Damos alguns exemplos:

À VIRGEM  
Santíssima da Saúde  
Offerecem os moradores e logistas  
da Travessa de S. Domingos a seguinte:  
AVE MARIA!  
.....  
Amen Jesus! Tu dirás  
Ó Virgem Santa dos Céus  
E terna abençoarás  
Hoje e sempre os filhos teus!

A folha é datada de 20 de Abril de 1871 e assinada F. C. B.

São Sebastião não era esquecido, como se vê por esta amostra, assinada pelo referido F. C. B.:

AO MARTIR S. SEBASTIÃO  
offerecem os moradores da Travessa de  
S. Domingos em signal de respeito e devoção

Santo Martyr militante  
Campeão da Cristandade  
Recebe o preito constante  
Que é devido à Santidade.

Chegou mesmo a fundar-se uma associação para organizar os festejos em algumas ruas do que dá fé o documento: «Hymno/A Virgem Santissima/ /Nossa Senhora da Saude/oferecido/Pela Associação dos festejos na Travessa de S. Domingos, em Lisboa/em 18 de Abril de 1872.

Começavam também a surgir os que não tomavam aquilo da procissão muito a sério... Ideias liberais... É o caso de Mariano Pina num folhetim do «DIÁRIO DO COMÉRCIO», de 20 de Abril de 1879:

«... Quinta-feira da saúde foi um dia de verdadeira primavera, em que o Sol se espalhou risonho pelas fachadas dos prédios...»

«... A procissão, como uma bicha sagrada que serpenteia monotona pelas ruas da cidade, vinha este ano mais exuberante...»

«... Continuemos a ver a procissão. As salas despejavam janotas muito magras para as janelas, deixando ver, na morna languidez do olhar, um tédio imenso pela procissão, e uma sensibilidade exaltada pelos estoiradinhos que cavalgavam magros corseis castanhos, choteando pelas ruas em grandes oscilações vergonhosas...»

«... No meio do préstito, os anjos, vestidos de branco, simulam trouxas de gaze que se movem, que se arrastam, ao som atroador da banda da municipal...»

«... Os andores moviam-se a custo. S. Sebastião na ampla liberdade da sua nudés. (...) A Senhora da Saúde, com um sorriso e uma palidês contínua, embrulhava-se na sua custosa capa de setim e ouro, ponto onde convergiam as vistas ambiciosas dos nossos larápios...»

Ou este artigo de «O Dia», de 23 de Abril de 1891:

«... Atrás de S. Sebastião caminhavam mais de 200 pessoas, muito perto de 300 mesmo, com

velas, pernas, braços e olhos de cera, numa exposição completa de tudo quanto a industria cerceira produz, para vender aos crentes. Iam cumprindo promessas...»



Com a implantação da República a procissão deixou de fazer-se. Nunca se perdeu, no entanto, a devoção pela Senhora, cuja Irmandade teve, aliás, bem poucos problemas com o novo regime, tal o prestígio de que, sobretudo os irmãos, disfrutavam.

Decorreram, precisamente, 30 anos. 21 de Abril de 1940!... A Mouraria está mais uma vez em festa. Graças às diligências do Presidente da Junta de Freguesia do Socorro, a freguesia lisboeta que teve o seu início na Capelinha do Largo da Guia, Alfredo César de Mendonça e do jornalista Sousa Júnior «por voto de uma doença grave que quase o vitimou» — escreveu o «DIÁRIO DE NOTÍCIAS» do dia seguinte — e da Irmandade, vai haver, como outrora, a procissão...

*Um aspecto actual da procissão da Senhora da Saúde, colhido na Rua do Benfornoso*



«O SÉCULO» fazia, deste modo, a reportagem do acontecimento:

«...Para a Mouraria foi ontem, como era há 30 e há 40 anos, dia de festa — porque a procissão não é de penitência, mas de alegria...»

«...Não houve morador de casa da Rua da Mouraria, da Rua de Martim Moniz, ou do Benfornoso que deixasse de colocar colchas ou panos de cor, bordados, nas janelas, como quase não houve na rua da Palma e Largo do Intendente quem se esquecesse de adornar, também, com colchas e panos bordados, as fachadas das suas residências...»

«Eram delicioso postal ilustrado de cores vivas mas delicadas — um postal que o povo pintou a seu gosto, como pôde e como soube, mas apareceu a nossos olhos com curiosíssimas manchas e a riqueza da paleta de mestre pintor...»



Longo vai, decerto, este artigo em que evocamos, como havíamos prometido, outro aspecto do culto dos lisboetas. Falamos da Senhora da Saúde, de sua procissão e de sua Irmandade.

Não terminaremos sem lembrarmos que, entre os muitos legados pios deixados à Irmandade, se

conta o de D. Maria Balbina dos Reis Pinto, falecida em 20 de Junho de 1890, e que motivou largo pleito judicial em que os interesses da confraria foram defendidos pelo advogado Lopes Vieira, pai do poeta. Foi em cumprimento de uma cláusula desse legado que surgiu o Asilo de Cegos de Nossa Senhora da Saúde, instituição, ainda hoje existente a cargo da Irmandade e que bem pouco é conhecida pelos lisboetas, apesar de ficar no coração de um bairro populoso, na Rua de Silva Carvalho, n.º 36.



E chegámos ao fim!...

Obrigados a todos os escritores que nos serviram de guias. Que nos desculpem aqueles de cujas opiniões discordamos, embora as respeitemos.

Obrigados, finalmente, à Irmandade de Nossa Senhora da Saúde e de S. Sebastião, sobretudo, nas pessoas do seu Provedor General Monteiro do Amaral e do Capitão Macieira a quem ficamos a dever amável convívio e a gentileza de termos ao nosso dispor o manancial imenso dos livros e papéis do cartório da Capelinha da Mouraria que, prometemos solenemente, continuaremos a estudar.





# acontecimentos citadinos



RECEIÇÃO AO PRESIDENTE KUBITSCHK — O PRESIDENTE DA C. M. L. DISCURSANDO DURANTE O BANQUETE



## RECEPÇÃO AO PRESIDENTE KUBITSCHK

OS CUMPRIMENTOS DAS ENTIDADES QUE  
COMPARECERAM A RECEPÇÃO,  
NO SALÃO NOBRE DOS PAÇOS DO CONCELHO

A APRESENTAÇÃO DO «GRUPO CORAL  
FEMININO HARMONIA»



A EXIBIÇÃO DO GRUPO «VERDE GAIO»



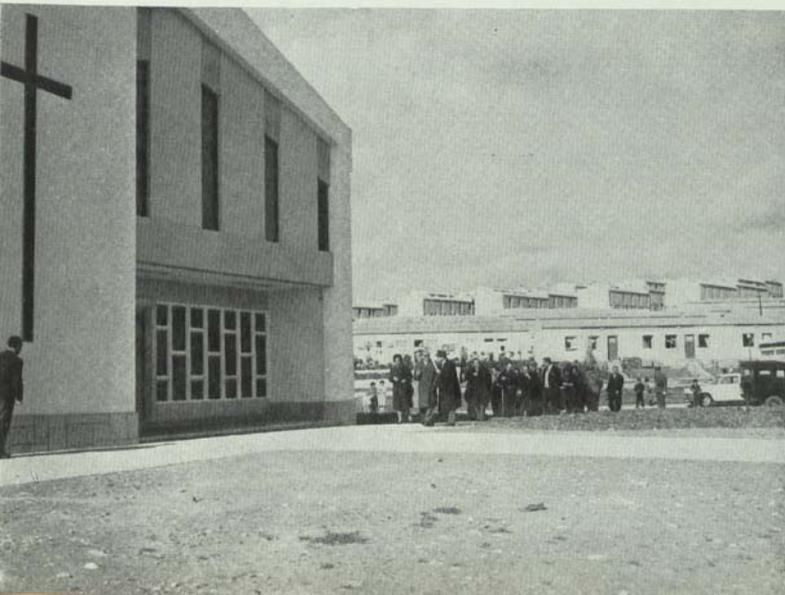
RECEPÇÃO  
AO PRESIDENTE  
KUBITSCHER

A ESPOSA DO  
PRESIDENTE  
KUBITSCHER OBSERVA  
A SALVA DE PRATA  
D'OURADA  
QUE A C. M. L.  
LHE OFERECIU



JUNTO DO  
PRESIDENTE  
DA C. M. L. E DO  
EMBAIXADOR  
DO SEU PAIS,  
O PRESIDENTE  
KUBITSCHER OBSERVA  
UM JOGO DE XADREZ  
EM PORCELANA,  
OFERECIDO  
PELA C. M. L.

VISITA DA PRESIDENCIA E VEREAÇÃO  
AO PALACIO DO PIMENTA  
—NO SALÃO NOBRE



VISITA DA PRESIDENCIA  
E VEREAÇÃO AO BAIRRO  
DO PADRE CRUZ—A VISITA  
À IGREJA DO BAIRRO



COMEMORAÇÕES DO DIA DE S. VICENTE — O PRESIDENTE DA C. M. L. DE PONDÓ FLORES  
NO ALTAR DA RELÍQUIA.

INAUGURAÇÃO DA EXPOSIÇÃO  
BIBLIOGRÁFICA, ICONOGRÁFICA  
E DOCUMENTAL DE GUSTAVO DE MATOS  
SEQUEIRA — O DR. OLIVEIRA GUIMARÃES,  
EM NOME DA FAMÍLIA, AGRADECE  
O ELOGIO E A HOMENAGEM PRESTADA



O PRESIDENTE AGRADECE AOS ALUNOS  
DO CURSO DE FORMAÇÃO DE  
FUNCIONÁRIOS ADMINISTRATIVOS  
DE ESPANHA, OS CUMPRIMENTOS  
QUE APRESENTARAM À C. M. L.



VOO INAUGURAL DA «TAP»  
GENEVA-LISBOA—O PRESIDENTE  
DA C. M. L. AGRADECE OS CUMPRIMENTOS  
DAS ENTIDADES SUÍÇAS



VOO INAUGURAL MUNIQUE-LISBOA  
—QUANDO DOS CUMPRIMENTOS À C. M. L.,  
FOI OFERECIDA UMA JARRA DE PORCELANA  
PELO SR. DR. URSCHLECHTER,  
BURGOMESTRE DE NUREMBERGA





VISITA DA PRESIDENCIA  
E VEREAÇÃO A  
NOVA ESTAÇÃO  
DO METROPOLITANO,  
N O R O S S I O

POSSE DO CARGO  
DE CHEFE DA  
1.ª REPARTIÇÃO  
DA D. S. F., PELO  
SR. JOAQUIM  
VALLE LOBO  
FERNANDES  
—O PRESIDENTE  
FAZ O FLOGIO  
DO EMPOSSADO.



APRESENTAÇÃO  
DE CUMPRIMENTOS  
DAS INDIVIDUALIDADES  
ALEMÁS DO ESTADO  
DA BAVIERA, QUE VIERAM  
A CONVITE DA «TAB».



HOMENAGEM PÓSTUMA AO JORNALISTA  
JOÃO PEREIRA DA ROSA

UM NETO DO HOMENAGEADO, DESCERRA  
UMA LÁPIDE COM O SEU NOME,  
NA ANTIGA CALÇADA DOS CAETANOS

O PRESIDENTE DA C. M. L.  
DISCURSANDO QUANDO  
DO DESCERRAMENTO  
DA LÁPIDE NA  
CALÇADA DOS CAETANOS



OS PRINCIPAIS  
DELEGADOS  
DA IV REUNIÃO  
DE GRUPOS DE  
TRABALHO EUROPEU  
DE CARTOGRAFIA E  
CLASSIFICAÇÃO  
DE SOLOS DA  
COMUNIDADE  
EUROPEIA  
DE AGRICULTURA  
APRESENTAM  
CUMPRIMENTOS  
AO PRESIDENTE  
DA C. M. L.



O ENGENHEIRO PESSOA  
LOPES, EM NOME  
DOS DELEGADOS DA  
IV REUNIÃO DO GRUPO  
DE TRABALHO EUROPEU DE  
CARTOGRAFIA  
E CLASSIFICAÇÃO DE SOLOS  
DA COMUNIDADE  
EUROPEIA DE  
AGRICULTURA, APRESENTA  
CUMPRIMENTOS À C. M. L.



INAUGURAÇÃO DA CIRCULAR  
SOB O VIADUTO DO  
CALHARIZ DE BENFICA  
—A PASSAGEM DAS  
ENTIDADES OFICIAIS



INAUGURAÇÃO  
DO MERCADO DE LEVANTE  
DO BAIRRO SANTOS  
—UM ASPECTO GERAL  
DO MERCADO



INAUGURAÇÃO DA CARREIRA  
DE AUTOCARROS  
RESTAURADORES-BAIRRO DO  
PADRE CRUZ—UM MORADOR  
DO BAIRRO AGRADECE À  
C. M. L. O MELHORAMENTO



*Visita do «alcalde» de Las Palmas a Lisboa — Recepção nos Paços do Concelho*

## D. JOSÉ RAMIREZ BETHENCOURT

«ALCALDE» DA GRANDE CANÁRIA

HÓSPEDE DE HONRA DO MUNICÍPIO

Muitas individualidades estrangeiras, com funções municipais de relevo e com a mais alta representação, já passaram por Lisboa, sendo recebidas oficialmente na cidade, como convidados de honra. D. José Ramirez Bethencourt tem jus a emparceirar com essas personalidades, por méritos pessoais, por muitas qualidades e pela sua devoção ao nosso país e à capital portuguesa. «Alcalde» de Las Palmas, quer oficialmente, quer particularmente, tem dispensado aos portugueses de visita à linda ilha do

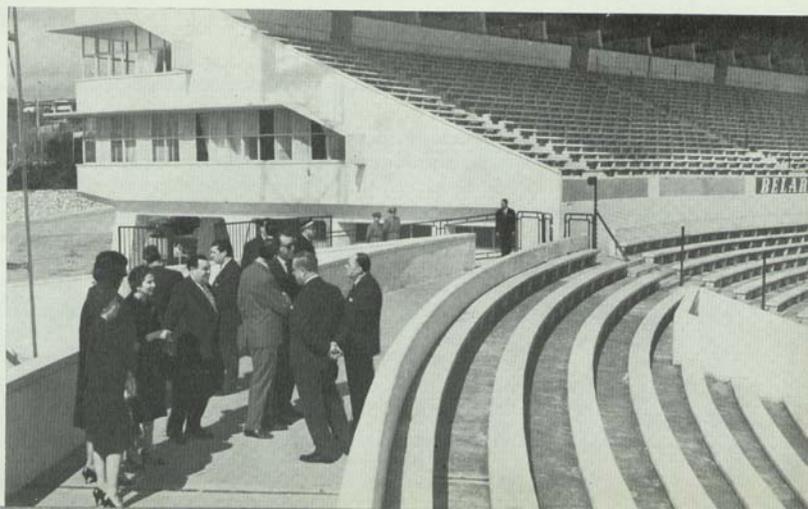
Atlântico as maiores atenções. Assim fez, com cortezia sem limites e amizade traduzida por mil e uma atenções, quando da estada do sr. general França Borges na Grande Canária. Cortezia e amizade, repetimos, envolvendo Portugal e Lisboa, e expressas de maneira calorosa, sincera.

Todas estas circunstâncias justificavam uma retribuição condigna, em que a simpatia fosse correspondida com simpatia, a amizade com amizade, a cortezia com cortezia, tudo representando simultaneamente justa homenagem a Espanha, através



VISITA DO «ALCALDE» DE LAS PALMAS  
A LISBOA—EM ALFAMA

VISITA DO «ALCALDE»  
DE LAS PALMAS  
A LISBOA  
—NO ESTÁDIO  
MUNICIPAL  
DO RESTELO



VISITA DO «ALCALDE»  
DE LAS PALMAS  
A LISBOA  
— A VISITA AO SALÃO  
NOBRE DO MUNICIPIO



VISITA DO «ALCALDE»  
DE LAS PALMAS  
A LISBOA  
— NO CASTELO  
DE SÃO JORGE





VISITA DO «ALCALDE»  
DE LAS PALMAS  
A LISBOA  
— NO MUSEU  
DOS COCHES



VISITA DO «ALCALDE»  
DE LAS PALMAS  
A LISBOA  
— NA ESTUFA FRIA

da pessoa daquele ilustre servidor da nação vizinha na maravilhosa ilha atlântica onde flutua a bandeira «Gualda y oro».

Lisboa recebeu e homenageou o seu hóspede, mostrou-lhe o que mais precioso possui. Pela mão do presidente da Câmara, foi deabalada até aos arredores, famosos pela história, pelas belezas naturais, pela sedução turística.

Chegado na noite de 26 de Março, o «alcalde» D. José Ramirez Bethencourt, acompanhado da esposa e do secretário do «Ayuntamiento», teve acolhimento afectuoso no aeroporto. E logo no dia seguinte, depois de visitar os Paços do Concelho, para cumprimentar o sr. general França Borges e para dizer quanto o impressionara, nessa manhã, a cidade—gentileza a que o presidente do Município correspondeu com palavras vibrantes de exaltação a Espanha e à Grande Canária — foi a Alfama, ao Castelo de S. Jorge, ao Museu de Arte Antiga e ao Museu dos Coches, (locais onde recolheu impressões, como confessor, e que o deslumbraram). Do velho bairro lisboeta e da vetusta fortaleza, pôde admirar o Tejo na vastidão do estuário, os panoramas ribeirinhos, os cromos distantes, a graciosidade das fragatas vogando em todos os sentidos.

Outro dia e novas visitas, iniciadas por domínios municipais: o Estádio do Restelo e o Parque de

Turismo e Campismo de Monsanto, onde o «alcalde» passou a manhã, para, depois, almoçar na Cozinha Velha. Os Palácios de Queluz e da Pena muito interessaram D. José Ramirez Bethencourt, que passou ainda pelos Seteais. Regressado à cidade, foi jantar a Montes Claros, onde chegou ao fim da tarde, a tempo de admirar a vegetação ordenada e frondosa daquela zona do Parque Florestal de Monsanto.

O penúltimo dia foi preenchido com visitas à Estufa Fria, que o «alcalde» da Grande Canária muito apreciou, e a vários pontos da cidade, seguidas, na parte da tarde, de outras a Cascais e ao Guincho. À noite, o ilustre hóspede da Câmara Municipal de Lisboa assistiu ao espectáculo de ópera no Teatro Nacional de S. Carlos.

A 30 de Março, depois de almoçar no aeroporto, a convite da administração dos Transportes Aéreos Portugueses, tomou o avião que o levou à encantadora ilha atlântica, levando, como declarou ao presidente da Câmara Municipal de Lisboa e às numerosas pessoas que lhe apresentaram cumprimentos de despedida, as melhores impressões da capital portuguesa e dos arredores. Partia encantado com o que observara e com as gentilezas de que o haviam rodeado. Portugal era um país hospitaleiro e Lisboa uma cidade incomparável, encantadora.

*Visita do «alcalde» de Las Palmas a Lisboa—Jantar em Montes Claros*



# EDIÇÕES MUNICIPAIS DE PROPAGANDA E TURISMO

ALBUM DE POSTAIS COLORIDOS: «CAIS E RIO», «CASTELO DE S. JORGE», «ESTUFA FRIA», «JARDINS DE LISBOA», «LISBOA MODERNA», «LISBOA PITORESCA», «MIRADOUROS DE LISBOA», «MUSEU DA CIDADE» E «PARQUE FLORESTAL DE MONSANTO»

ANÁIS DO MUNICÍPIO

ARCOS DE LISBOA

GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA

CHAFARIZES DE LISBOA

LUIS CHAVES

O CASTELO DE S. JORGE

COSTA GARCEZ

ESCULTURAS DE LISBOA

FERNANDO CASTELO-BRANCO

IGREJAS DE LISBOA

MATOS SEQUEIRA

JANELAS DE LISBOA

MANUEL VAZ FERREIRA DE ANDRADE

LISBOA

LUIS TEIXEIRA

MUSEUS DE LISBOA

FERNANDO CASTELO-BRANCO

POSTAIS «COSTUMES DE LISBOA»

DESENHOS DE LINO ANTONIO

REVISTA MUNICIPAL

NO PRELO:

GUIA TURISTICO DE LISBOA

PORTAS E BRASOES DE LISBOA

LUIS FERROS PONCE DE LEXO



*Composto e impresso  
nas Oficinas Gráficas da Câmara Municipal de Lisboa*

*PREÇARIO DA REVISTA:*

Preço avulso . . . . .	12\$50
Números duplos . . . . .	20\$00
Assinatura (por cada série de 4 números) . . . . .	40\$00

*DEPOSITARIO GERAL:*

Grupo «Amigos de Lisboa» — Largo Trindade Coelho, n.º 9, 1.º  
Telefone 32 57 11

*CORRESPONDENCIA:*

Secção de Propaganda e Turismo da Câmara Municipal de Lisboa  
Praça do Município — Telefone 36 29 51

